AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Primeira Infância

PRIORIDADE ABSOLUTA

Brasil e Santa Catarina
Cuidado integral em cada território



instituto infâncias



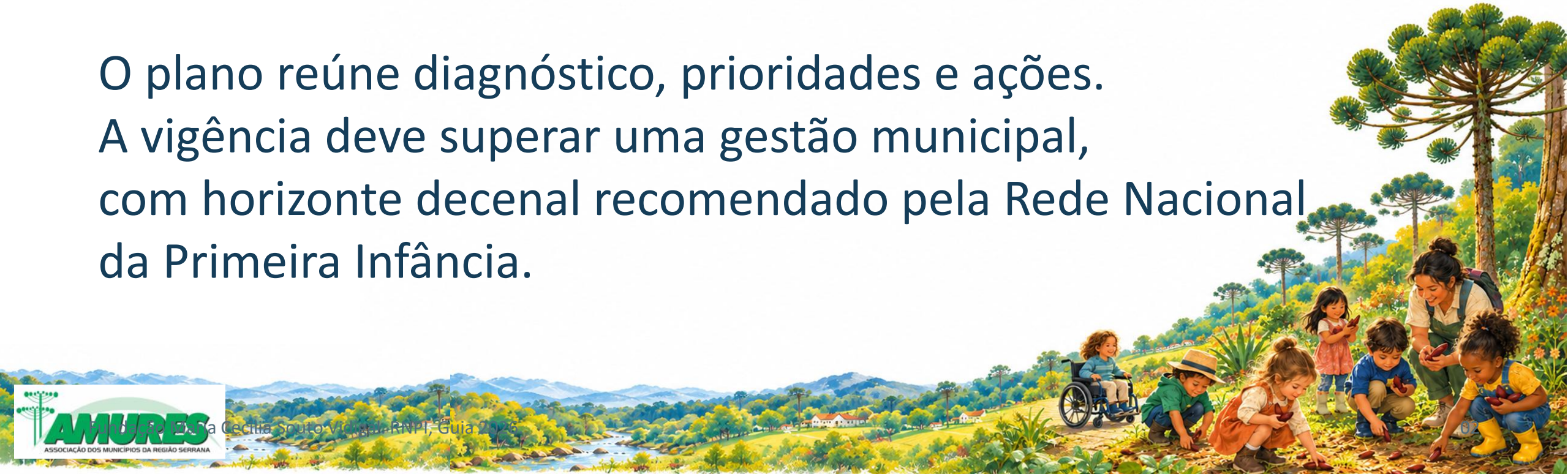
Plano Municipal da Primeira Infância

AMURES

O que é o Plano Municipal da Primeira Infância?

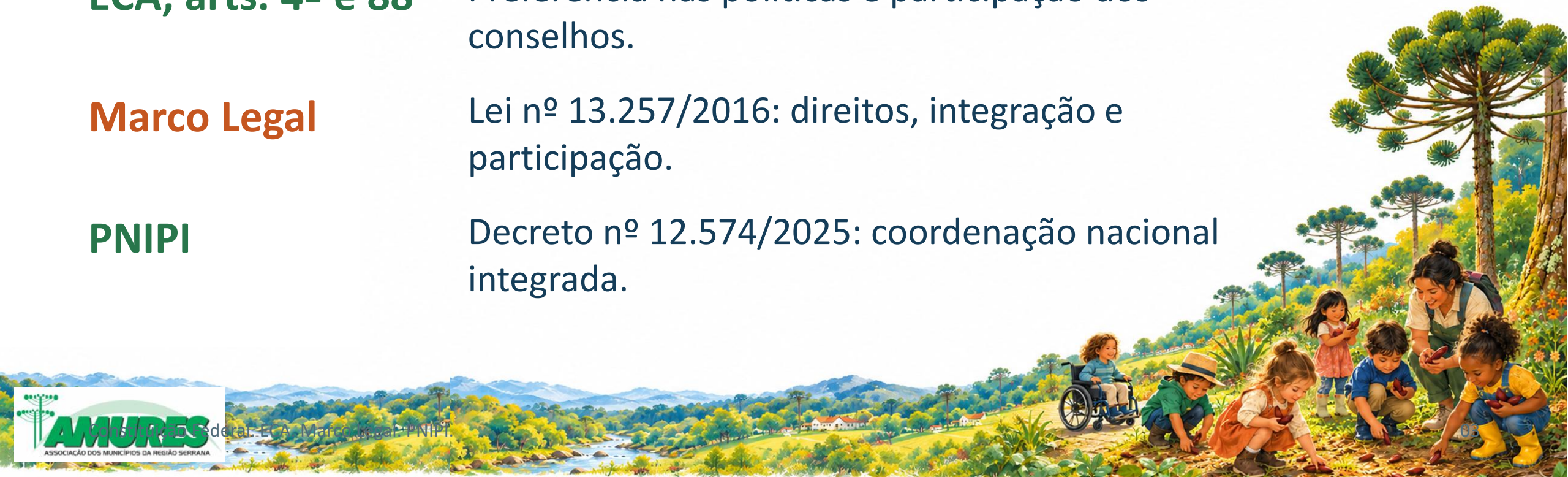
Um compromisso municipal com os direitos das crianças

O plano reúne diagnóstico, prioridades e ações.
A vigência deve superar uma gestão municipal,
com horizonte decenal recomendado pela Rede Nacional
da Primeira Infância.



A base legal do planejamento

Constituição, art. 227	Prioridade absoluta e responsabilidade compartilhada.
ECA, arts. 4º e 88	Preferência nas políticas e participação dos conselhos.
Marco Legal	Lei nº 13.257/2016: direitos, integração e participação.
PNIPI	Decreto nº 12.574/2025: coordenação nacional integrada.



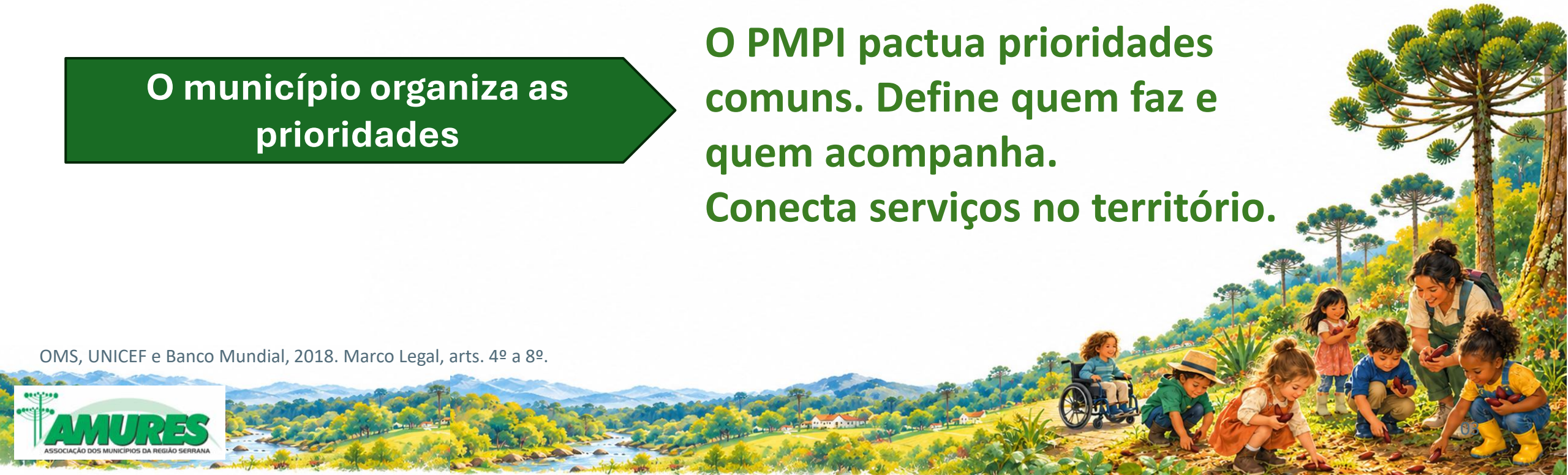
Por que o PMPI envolve todos os setores?

A criança vive uma vida inteira

Saúde, vínculos e aprendizagem se relacionam desde cedo. Os direitos precisam chegar juntos.

O município organiza as prioridades

O PMPI pactua prioridades comuns. Define quem faz e quem acompanha.
Conecta serviços no território.



OMS, UNICEF e Banco Mundial, 2018. Marco Legal, arts. 4º a 8º.

FUNDAMENTOS À LUZ DA CIÊNCIA E DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

1. A Primeira Infância como fase decisiva do desenvolvimento humano

- Segundo Harvard: O Center on the Developing Child (Universidade de Harvard) afirma que os primeiros 1.000 dias de vida — desde a gestação até os três anos — são críticos para o desenvolvimento cerebral.
- Nesse período, formam-se mais de 1 milhão de conexões neurais (sinapses) por segundo;
- As experiências precoces moldam a arquitetura do cérebro;
- O afeto, o estímulo e a segurança emocional são nutrientes tão vitais quanto o alimento.

2. Segundo o Marco Legal da Primeira Infância

Define-se a Primeira Infância como o período do nascimento até os seis anos de idade, e reconhece essa etapa como fundamental para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social.

O artigo 5º da Lei nº 13.257/2016 afirma que as políticas públicas devem assegurar condições para o pleno desenvolvimento da criança em todos esses aspectos.

3. A importância das interações responsivas (“Jogo de Ação e Reação”)

O desenvolvimento saudável depende de interações recíprocas e responsivas entre adultos e crianças — o chamado processo de “serve and return” (ação e resposta).Quando o bebê sorri, balbucia ou aponta algo, e o adulto responde com afeto e atenção, cria-se um diálogo neural e emocional que fortalece circuitos cerebrais.

A ausência dessa reciprocidade — o chamado “estresse tóxico” — prejudica o desenvolvimento emocional e cognitivo.

4. Convivência Familiar e Comunitária

No Marco Legal da Primeira Infância, no artigo 14, enfatiza o direito à convivência familiar e comunitária e o dever do Estado de apoiar os cuidadores e educadores para que as interações com as crianças sejam respeitosas, estáveis e afetivas.

A criança é reconhecida como sujeito de direitos e não como objeto de proteção.

5. A integração entre cuidado, educação e proteção

O desenvolvimento integral não pode ser fragmentado: saúde, nutrição, afeto e estímulo cognitivo formam um sistema integrado.

Ambientes seguros e ricos em linguagem e brincadeira são determinantes para o sucesso escolar futuro e para a saúde mental na vida adulta.

6. A prevenção do estresse tóxico e a promoção de vínculos afetivos

Experiências adversas na infância — como violência, negligência, fome ou abandono — liberam níveis elevados de cortisol, que podem interromper o desenvolvimento das conexões neurais.

Esses efeitos são reversíveis quando há relações estáveis e protetoras com adultos.

7. Intersetorialidade nas Políticas Públicas

- O artigo 2º do Marco Legal, estabelece a intersetorialidade das políticas: saúde, assistência, educação, cultura e direitos humanos devem atuar conjuntamente.
- O artigo 9º reforça que a Educação Infantil é o espaço privilegiado para o desenvolvimento integral, articulando cuidado e aprendizagem.
- O artigo 6º prevê ações para prevenir e mitigar experiências adversas, garantindo ambientes de proteção e escuta. O Estado deve promover políticas de parentalidade positiva, fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

8. O brincar como direito e linguagem da infância

O brincar é uma atividade estruturante do cérebro — promove funções executivas, criatividade e empatia.
É no brincar livre e nas interações com pares que a criança aprende a resolver problemas, lidar com frustrações e imaginar futuros.

O artigo 17 assegura o direito ao brincar, à cultura e ao lazer, reconhecendo o brincar como dimensão essencial do desenvolvimento e da aprendizagem. Também dialoga com a BNCC (2017), que define o brincar e a interação como eixos estruturantes da Educação Infantil.

9. A Corresponsabilidade da Sociedade e do Estado

- A ciência aponta que nenhuma criança se desenvolve sozinha: o desenvolvimento humano é um processo ecológico.

- Ambientes seguros, famílias apoiadas e políticas públicas estáveis são indispensáveis para o desenvolvimento infantil.

- A corresponsabilidade está nos artigos 4º e 8º, que atribuem responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade civil.
- A proteção integral é um dever coletivo, não apenas familiar.

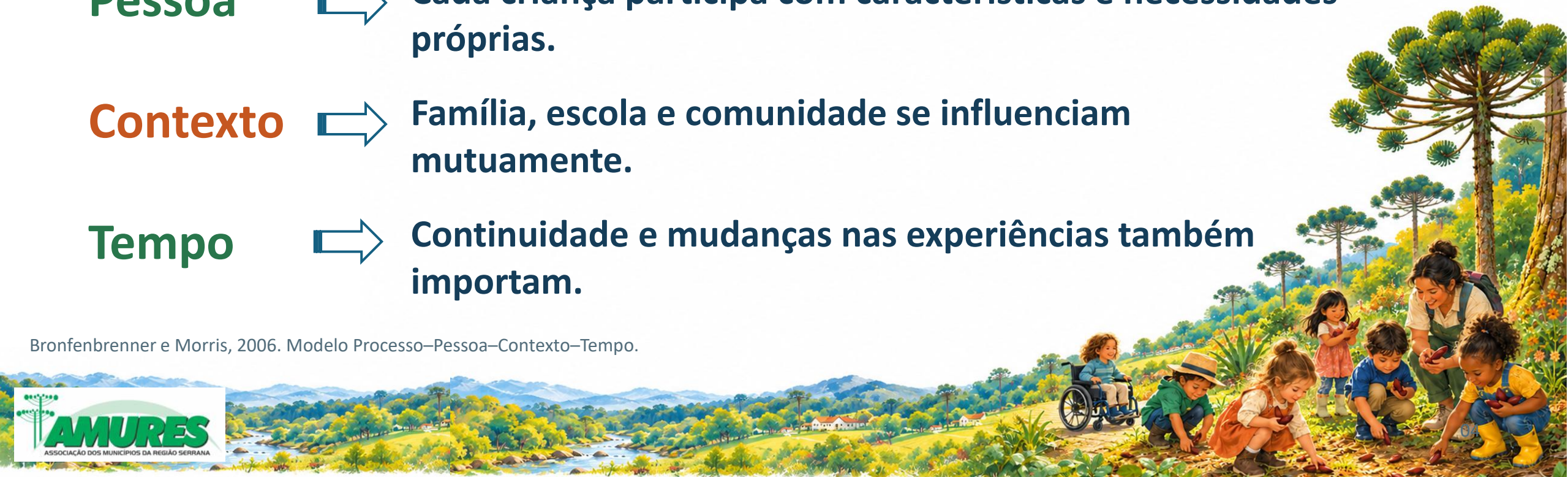
Fundamento teórico: a bioecologia

Processos ⇨ **Interações regulares e significativas sustentam o desenvolvimento.**

Pessoa ⇨ **Cada criança participa com características e necessidades próprias.**

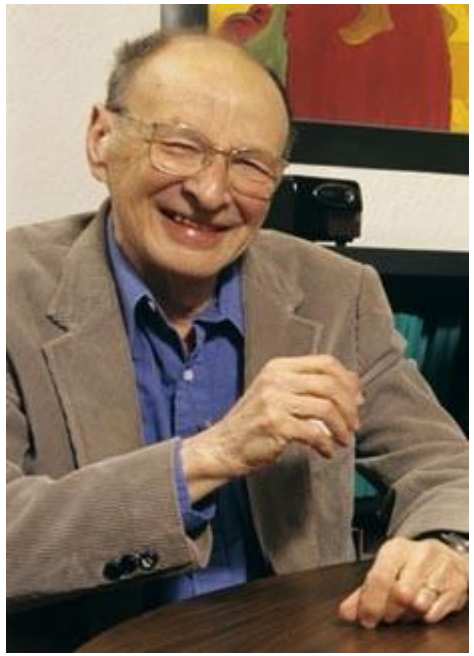
Contexto ⇨ **Família, escola e comunidade se influenciam mutuamente.**

Tempo ⇨ **Continuidade e mudanças nas experiências também importam.**

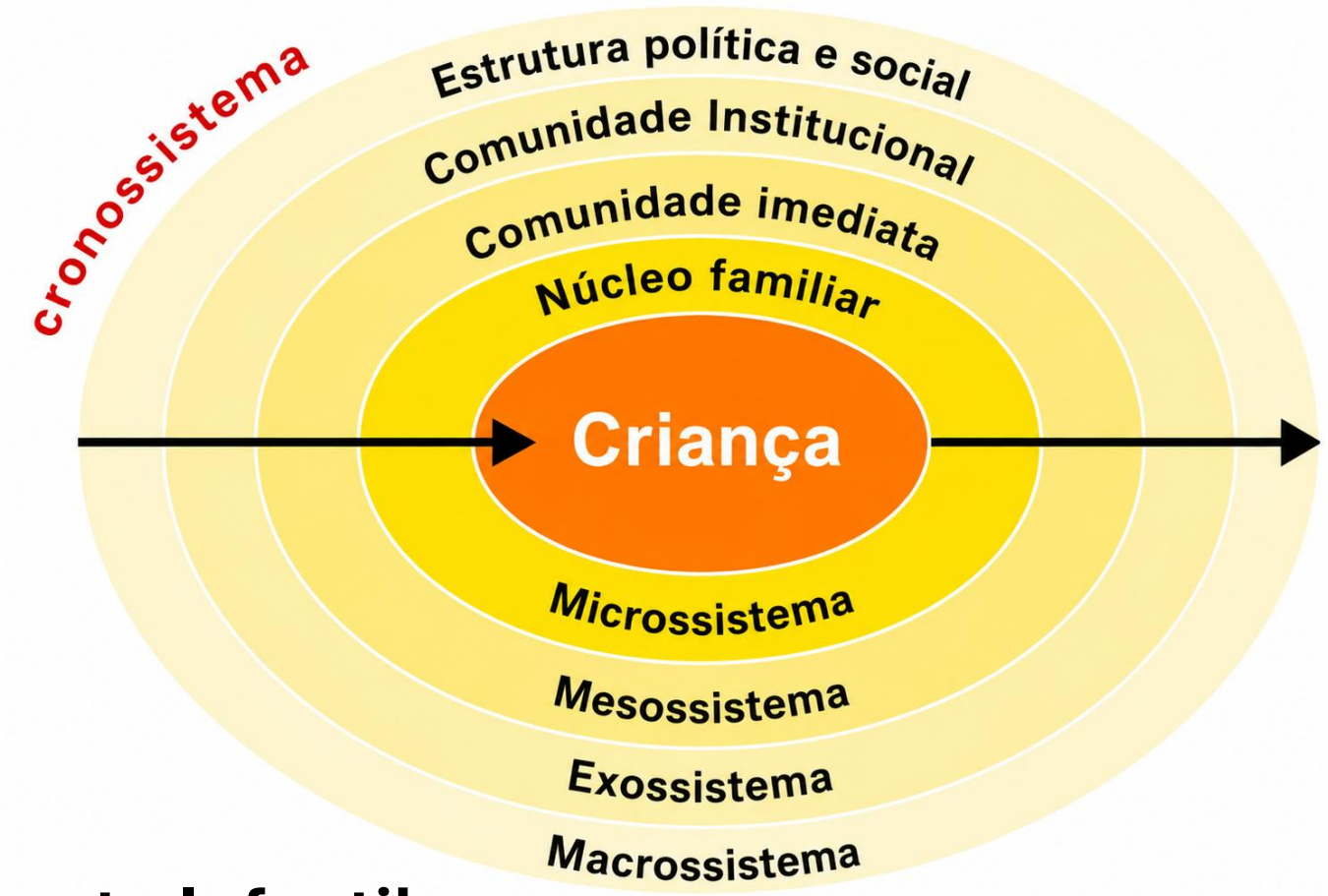


Bronfenbrenner e Morris, 2006. Modelo Processo–Pessoa–Contexto–Tempo.

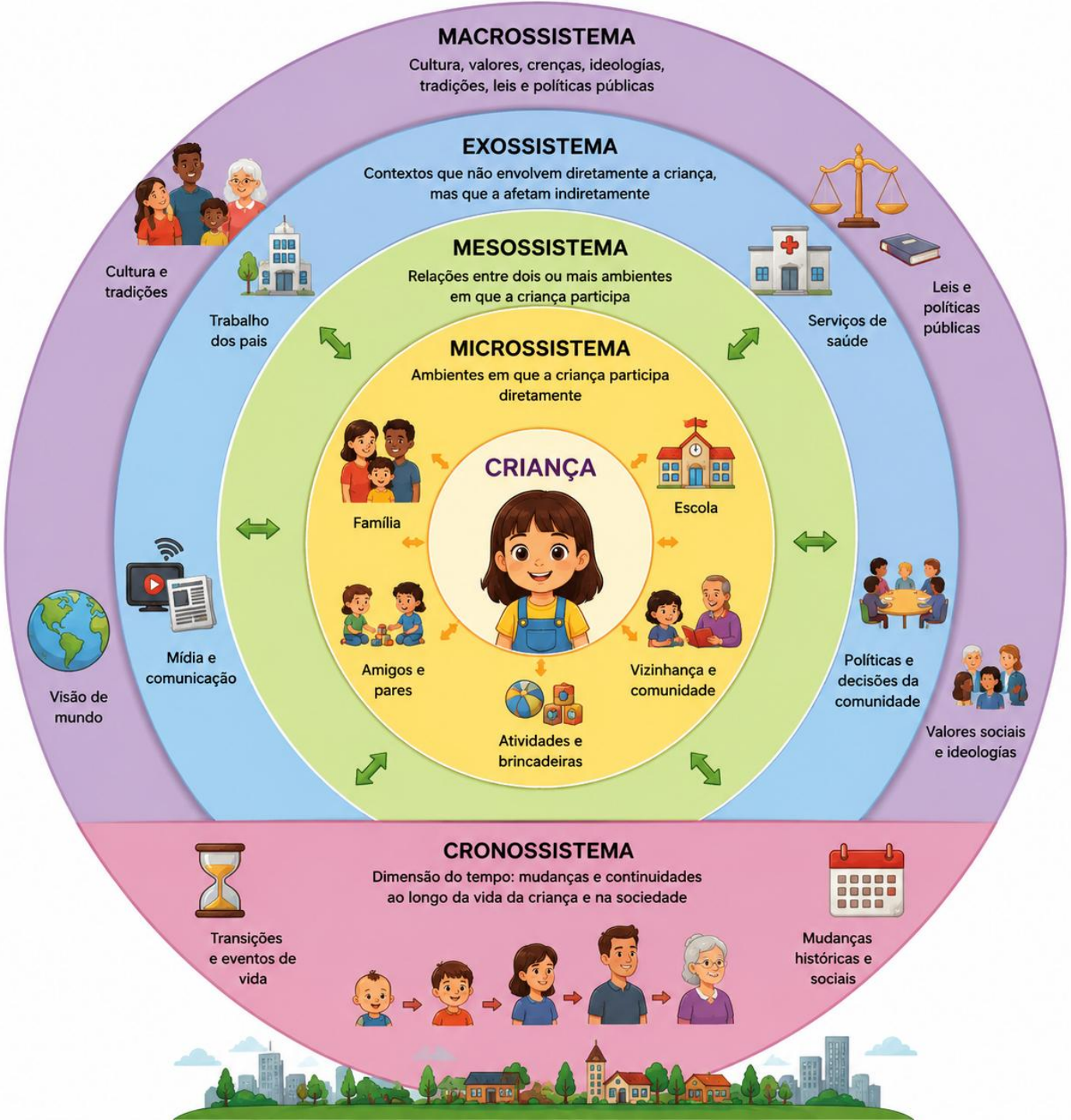
Urie Bronfenbrenner







Visão Sistêmica do Desenvolvimento Infantil



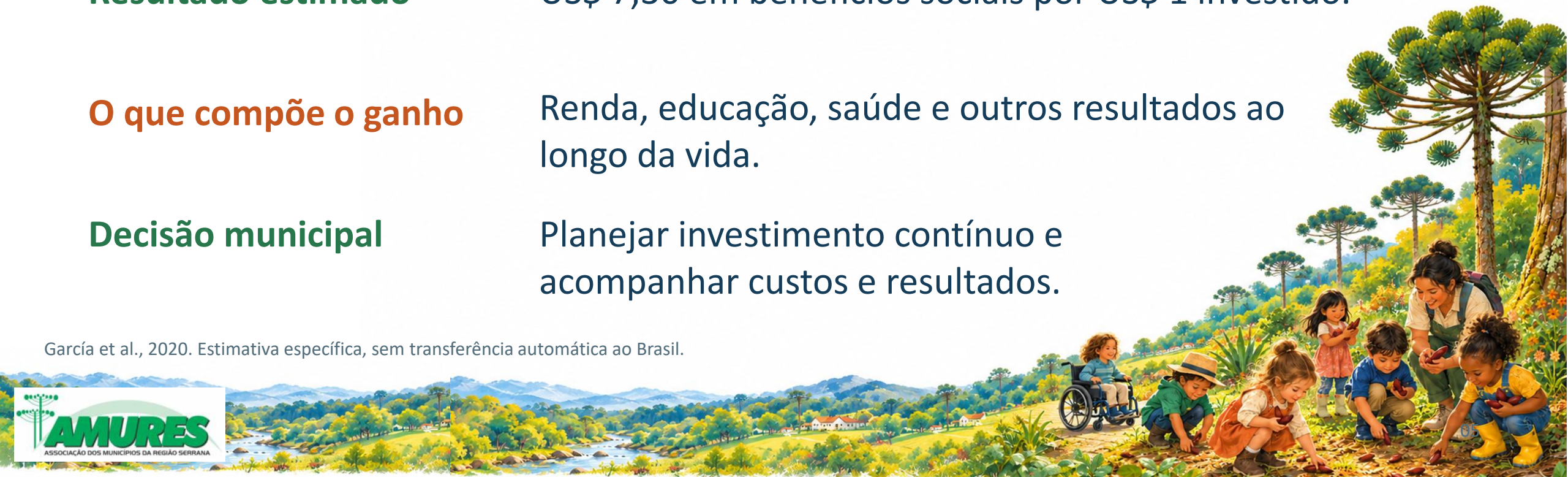
"Educar uma criança é cuidar das relações que a cercam. Quando fortalecemos a família, a escola, a comunidade e as políticas públicas, ampliamos as possibilidades de desenvolvimento humano.“

"Se queremos transformar a vida das crianças, não basta olhar para a criança. Precisamos transformar os ambientes, fortalecer os vínculos e construir uma sociedade que favoreça o seu desenvolvimento.“
Urie Brondenbrenner



Economia: benefícios ao longo da vida

Pesquisa	García, Heckman e colegas avaliaram os programas ABC/CARE, nos EUA.
Resultado estimado	US$ 7,30 em benefícios sociais por US$ 1 investido.
O que compõe o ganho	Renda, educação, saúde e outros resultados ao longo da vida.
Decisão municipal	Planejar investimento contínuo e acompanhar custos e resultados.

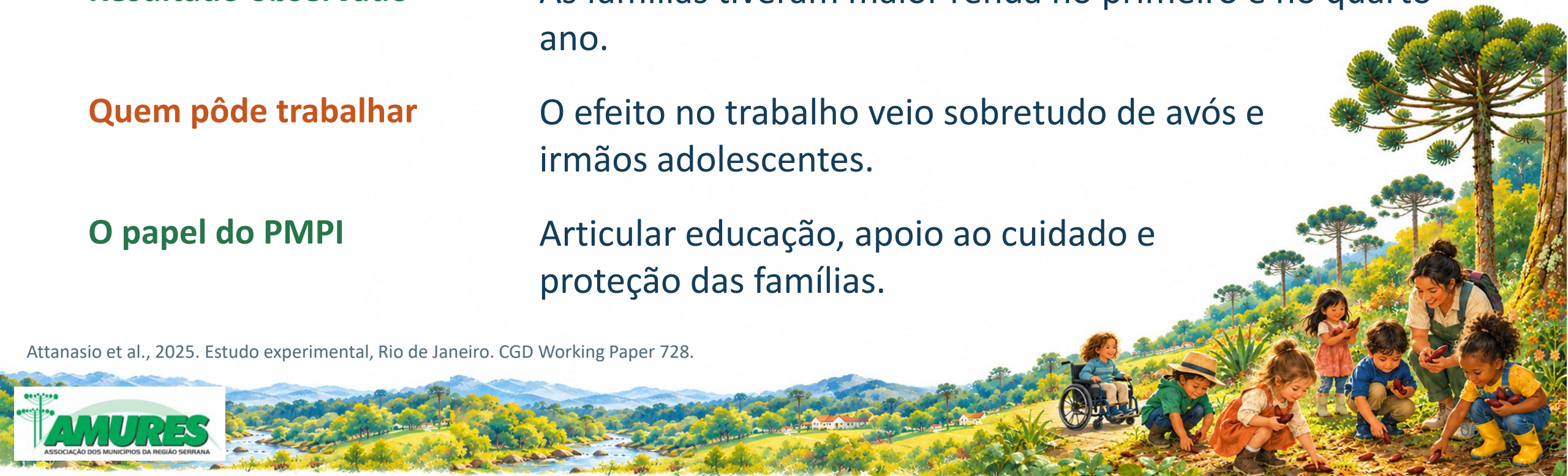


García et al., 2020. Estimativa específica, sem transferência automática ao Brasil.

Economia: creche, trabalho e renda

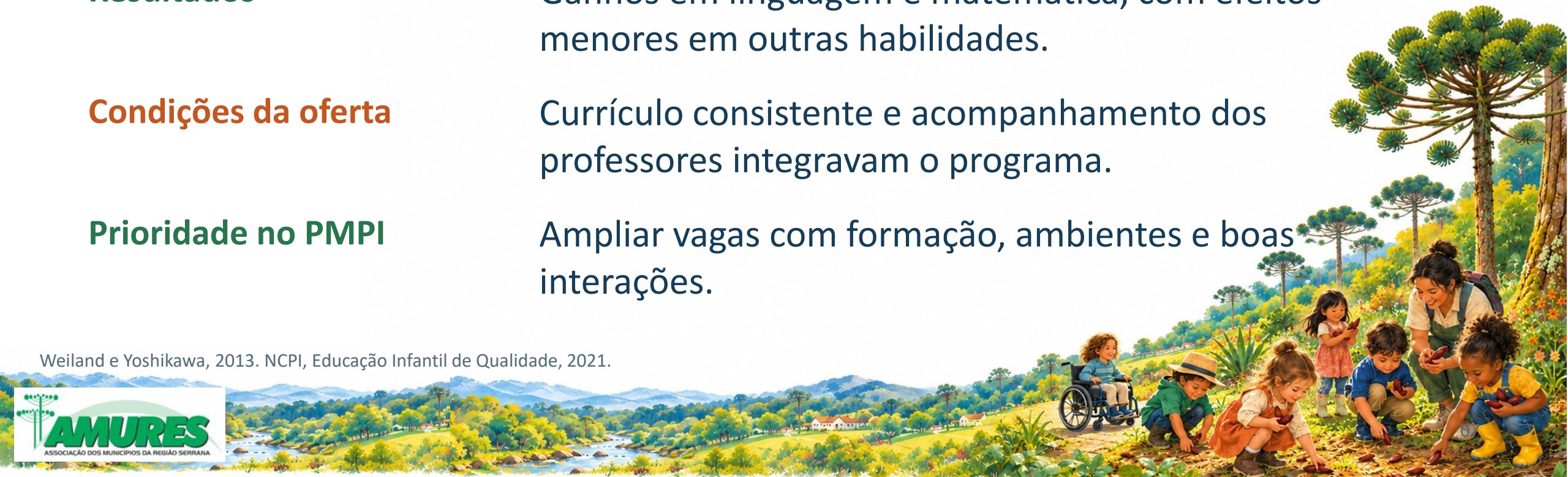
Evidência brasileira	Sorteio de vagas em creches do Rio permitiu avaliar seus efeitos.
Resultado observado	As famílias tiveram maior renda no primeiro e no quarto ano.
Quem pôde trabalhar	O efeito no trabalho veio sobretudo de avós e irmãos adolescentes.
O papel do PMPI	Articular educação, apoio ao cuidado e proteção das famílias.

Attanasio et al., 2025. Estudo experimental, Rio de Janeiro. CGD Working Paper 728.



Educação: acesso com qualidade

Pesquisa em Boston	Weiland e Yoshikawa estudaram um programa com 2.018 crianças.
Resultados	Ganhos em linguagem e matemática, com efeitos menores em outras habilidades.
Condições da oferta	Currículo consistente e acompanhamento dos professores integravam o programa.
Prioridade no PMPI	Ampliar vagas com formação, ambientes e boas interações.



Weiland e Yoshikawa, 2013. NCPI, Educação Infantil de Qualidade, 2021.

Saúde: cuidado integral desde a gestação

Condições para se desenvolver

Boa saúde e nutrição adequada.
Segurança e proteção.
Cuidado responsivo.
Oportunidades de aprender.

Compromisso do PMPI

Integrar o pré-natal ao cuidado infantil.
Acompanhar o desenvolvimento.
Apoiar a família e garantir retorno aos encaminhamentos.



OMS, UNICEF e Banco Mundial. Nurturing Care Framework, 2018.

Sociedade: renda, equidade e proteção social

Pesquisa brasileira

Rasella e colegas analisaram 2.853 municípios, entre 2004 e 2009.

Associação encontrada

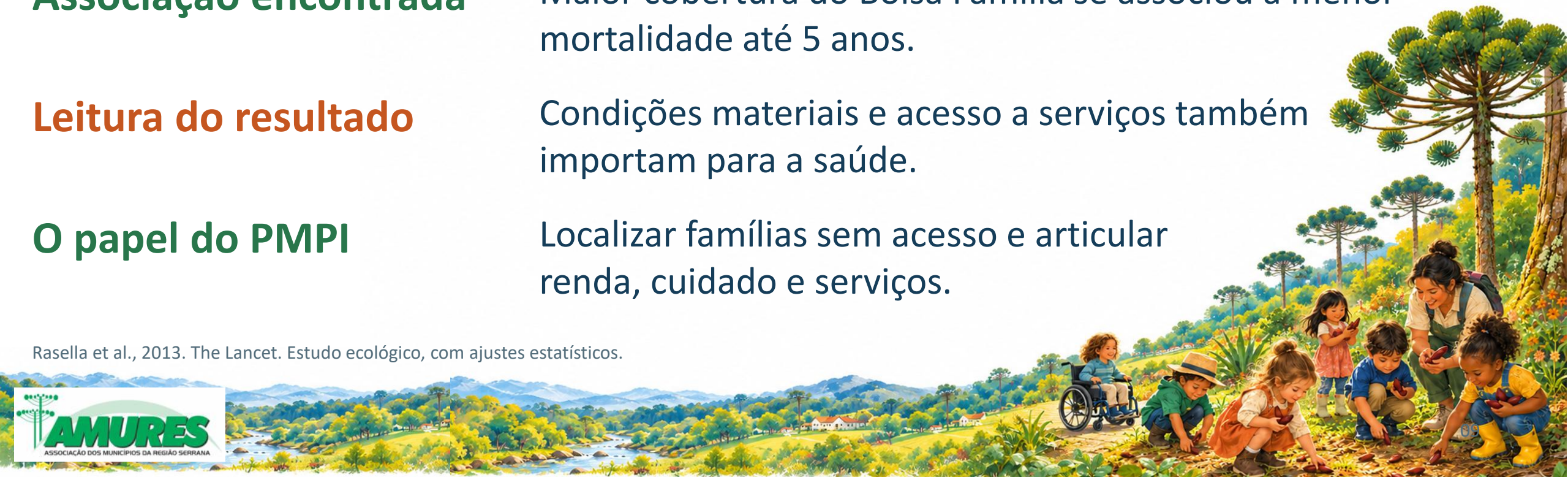
Maior cobertura do Bolsa Família se associou a menor mortalidade até 5 anos.

Leitura do resultado

Condições materiais e acesso a serviços também importam para a saúde.

O papel do PMPI

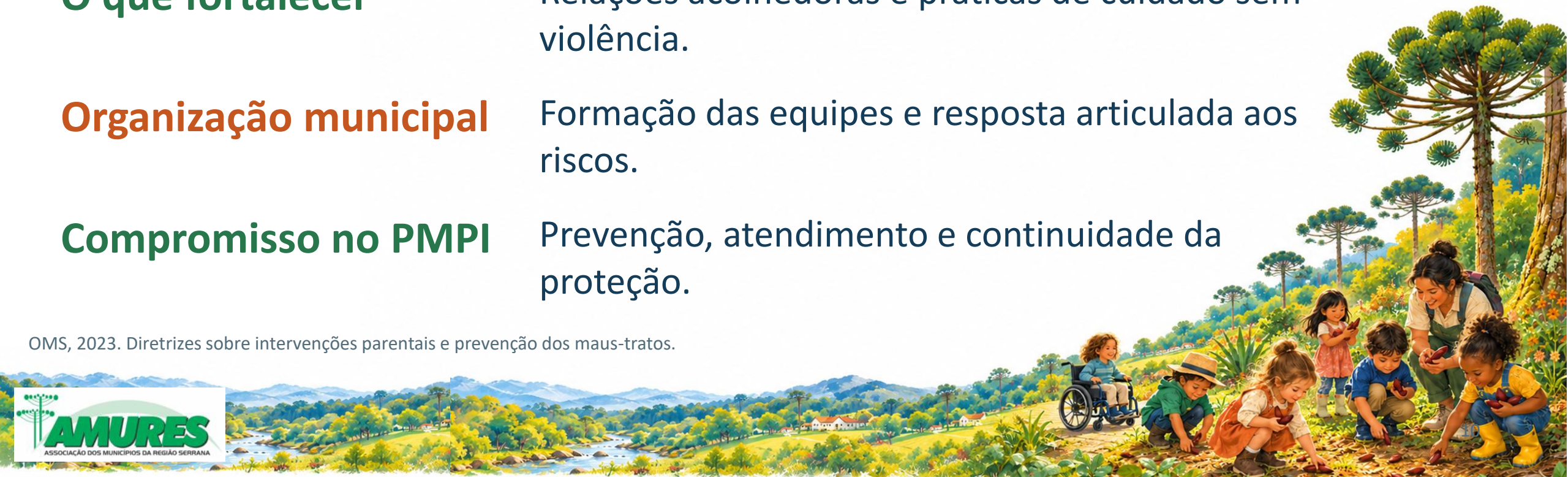
Localizar famílias sem acesso e articular renda, cuidado e serviços.



Rasella et al., 2013. The Lancet. Estudo ecológico, com ajustes estatísticos.

Proteção: prevenir a violência

Diretriz da OMS	Intervenções parentais baseadas em evidências podem reduzir maus-tratos.
O que fortalecer	Relações acolhedoras e práticas de cuidado sem violência.
Organização municipal	Formação das equipes e resposta articulada aos riscos.
Compromisso no PMPI	Prevenção, atendimento e continuidade da proteção.



OMS, 2023. Diretrizes sobre intervenções parentais e prevenção dos maus-tratos.

Famílias: apoio à parentalidade

Síntese de pesquisas

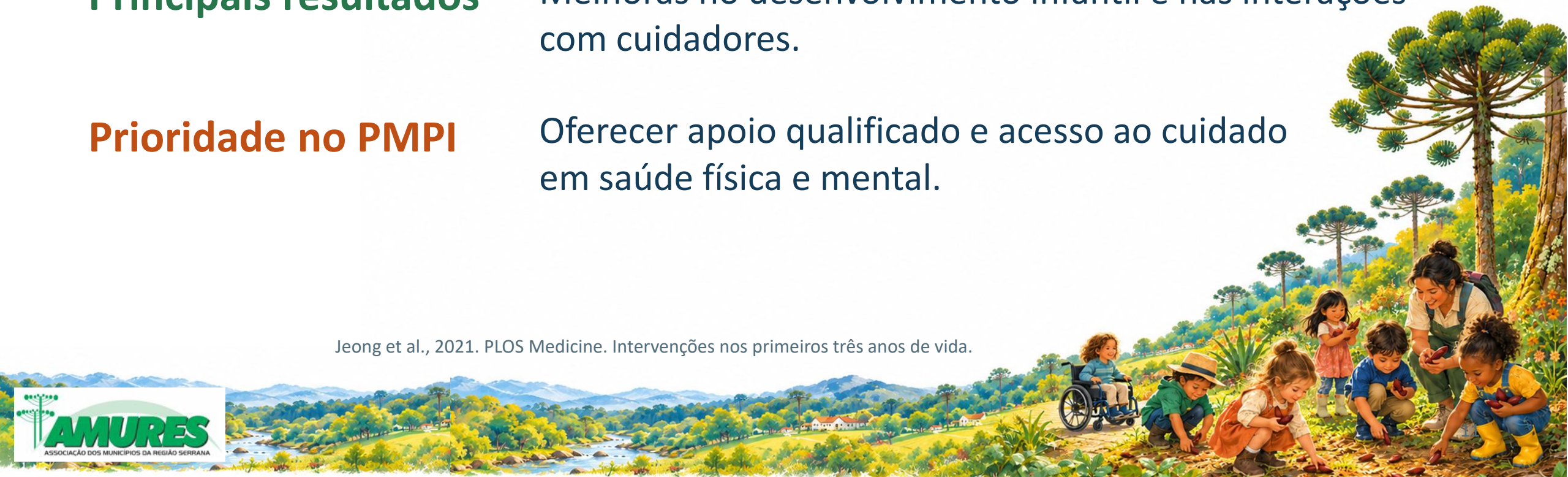
Jeong e colegas reuniram 102 ensaios aleatorizados em 33 países.

Principais resultados

Melhoras no desenvolvimento infantil e nas interações com cuidadores.

Prioridade no PMPI

Oferecer apoio qualificado e acesso ao cuidado em saúde física e mental.



Jeong et al., 2021. PLOS Medicine. Intervenções nos primeiros três anos de vida.

Visitação Domiciliar com frequência e constância

Apoiar quem cuida é uma responsabilidade pública essencial à proteção da infância. Para os gestores públicos, recomenda-se acompanhar tanto a realização das visitas quanto seus resultados: acesso aos serviços, qualidade das interações, necessidades das famílias e desenvolvimento infantil.



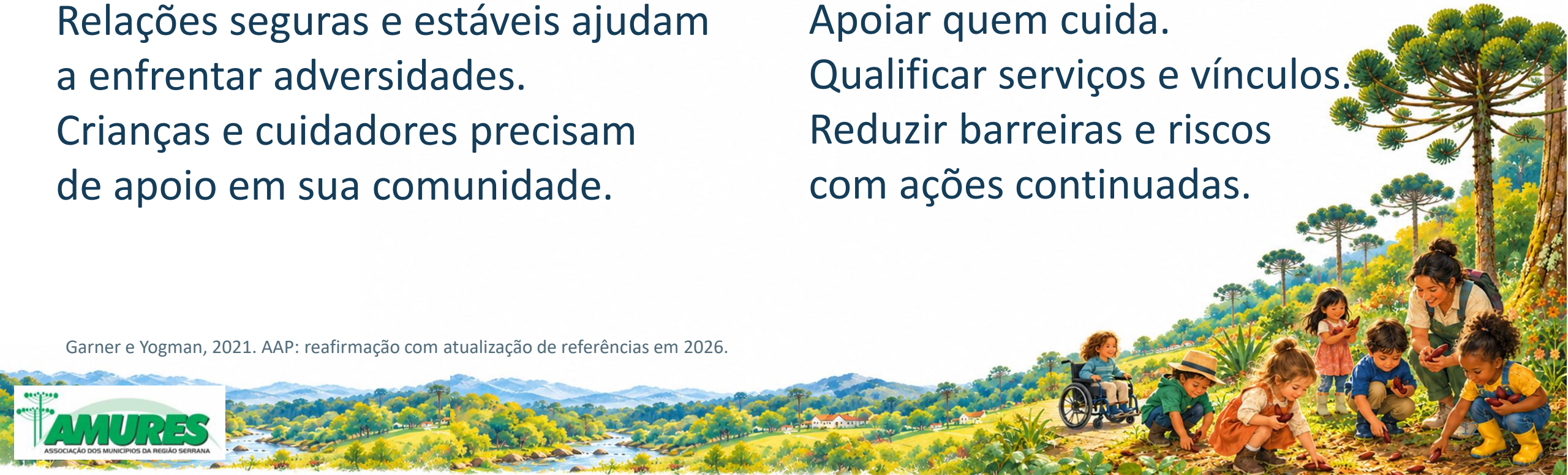
Saúde e proteção: relações que sustentam

Fundamento científico

Relações seguras e estáveis ajudam a enfrentar adversidades. Crianças e cuidadores precisam de apoio em sua comunidade.

Responsabilidade municipal

Apoiar quem cuida.
Qualificar serviços e vínculos.
Reduzir barreiras e riscos com ações continuadas.



Garner e Yogman, 2021. AAP: reafirmação com atualização de referências em 2026.

Há cinco conceitos essenciais para a compreensão das experiências adversas na infância e seu impacto no desenvolvimento e na saúde do cérebro.

Os conceitos fazem parte da Brain Story e incluem:

1. **ARQUITETURA CEREBRAL**
2. **INTERAÇÕES – ação e reação**
3. **ESTRESSE TÓXICO**
4. **CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (FUNÇÃO EXECUTIVA)**
5. **RESILIÊNCIA**



AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Três Conceitos Fundamentais Sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância



1. Arquitetura Cerebral
2. Jogo de Ação e Reação
3. Estresse Tóxico

https://developingchild.harvard.edu/translation/tres-conceitos-fundamentais-sobre-o-desenvolvimento-na-primeira-infancia/



Três conceitos fundamentais sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância

1. As experiências moldam a arquitetura do cérebro

NATIONAL SCIENTIFIC COUNCIL ON THE DEVELOPING CHILD

Center on the Developing Child HARVARD UNIVERSITY


Experiências moldam a arquitetura do cérebro
Habilidades Motoras
Controle do Comportamento
Linguagem
Visual
Memória
Emoções

Três conceitos fundamentais sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância

3. O stress tóxico prejudica o desenvolvimento saudável

NATIONAL SCIENTIFIC COUNCIL ON THE DEVELOPING CHILD

Center on the Developing Child HARVARD UNIVERSITY

POR QUE A PRIMEIRA INFÂNCIA É PRIORIDADE?

Estresse tóxico: ativação prolongada dos sistemas de resposta do organismo, sem qualquer tipo de proteção ou amparo. Supera a capacidade de regeneração cerebral da criança, causando alterações cerebrais e psíquicas profundas, que perduram pela vida toda.

Se ocorrido na Primeira Infância, leva a consequências ainda mais sérias. Pode causar dificuldades no relacionamento pessoal e no aprendizado, tendências violentas e suicidas, problemas hepáticos e cardíacos, obesidade, delinquência, tendência a depressão, problemas com drogas, entre outros.



Uma relação sensível e estável no início da vida pode evitar, e até mesmo inverter, os efeitos nocivos que o estresse tóxico possa ter sobre o desenvolvimento precoce do cérebro.

Aprender a lidar com o estresse é uma parte importante do desenvolvimento infantil. No entanto, é preciso que a criança conte com um adulto acolhedor por perto – caso contrário, ela pode ter problemas emocionais no futuro.

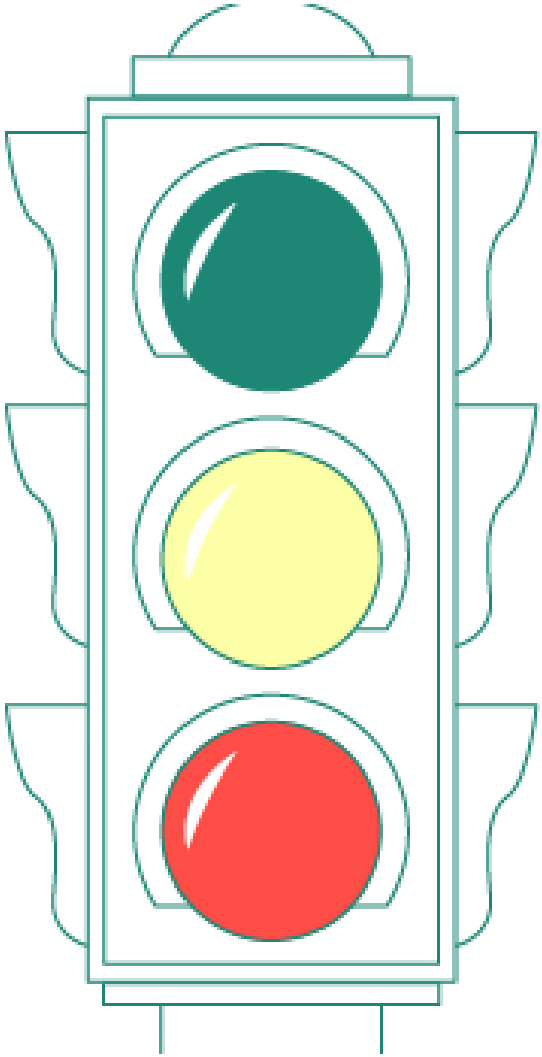




Aprender a lidar com as dificuldades da vida faz parte do nosso desenvolvimento, mas é preciso tomar alguns cuidados com as soluções adotadas, especialmente no caso das crianças.

O estresse é uma resposta fisiológica a uma situação adversa. Quando produzido, desencadeia mudanças químicas no nosso corpo, que afetam os sistemas imunológico, endócrino e neurológico.

Há diferentes tipos de estresse e é importante diferenciá-los. São eles:



Estresse Positivo

Estresse Tolerável

Estresse Tóxico



Estresse positivo – Desafios enfrentados pelas crianças no cotidiano podem gerar situações de estresse de menor intensidade que, ao contrário do estresse tóxico e do estresse tolerável, são importantes para o desenvolvimento infantil. Por isso, especialistas os chamam de estresse positivo.

Nesses casos, há um breve aumento do batimento cardíaco e elevações suaves dos níveis hormonais.



Estresse tolerável – Está relacionado a alguma adversidade grave, como a perda de um ente querido ou um desastre natural, e ativa o sistema de alerta do corpo em um nível mais elevado.
Se o estresse for temporário e compensado com a ajuda dos adultos, o cérebro e as demais partes do corpo conseguirão se recuperar de seus efeitos negativos.





Estresse tóxico- Uma mãe com depressão profunda, que não pode cuidar do seu bebê, ou pais alcoólatras ou viciados em drogas, que não se dedicam aos seus filhos, podem fazer com que a criança entre em um estado permanente de estresse, considerado tóxico. E isso pode gerar repercussões por toda a vida, segundo especialistas.



Quanto mais adversas são as experiências na infância, maior é a probabilidade de a criança vir a apresentar atrasos no desenvolvimento e problemas de saúde, como cardiopatias, diabetes, abusos de drogas e depressão, além de dificuldade de adaptação.

Quais são os danos?

- Esse tipo de resposta prolongada ao estresse pode saturar o cérebro da criança e interromper o seu desenvolvimento, especialmente durante os períodos mais sensíveis do crescimento infantil.

- Nas áreas do cérebro dedicadas a aprendizagem e razão, as conexões neurais que formam a arquitetura cerebral são mais fracas e escassas.

Quais são os danos?

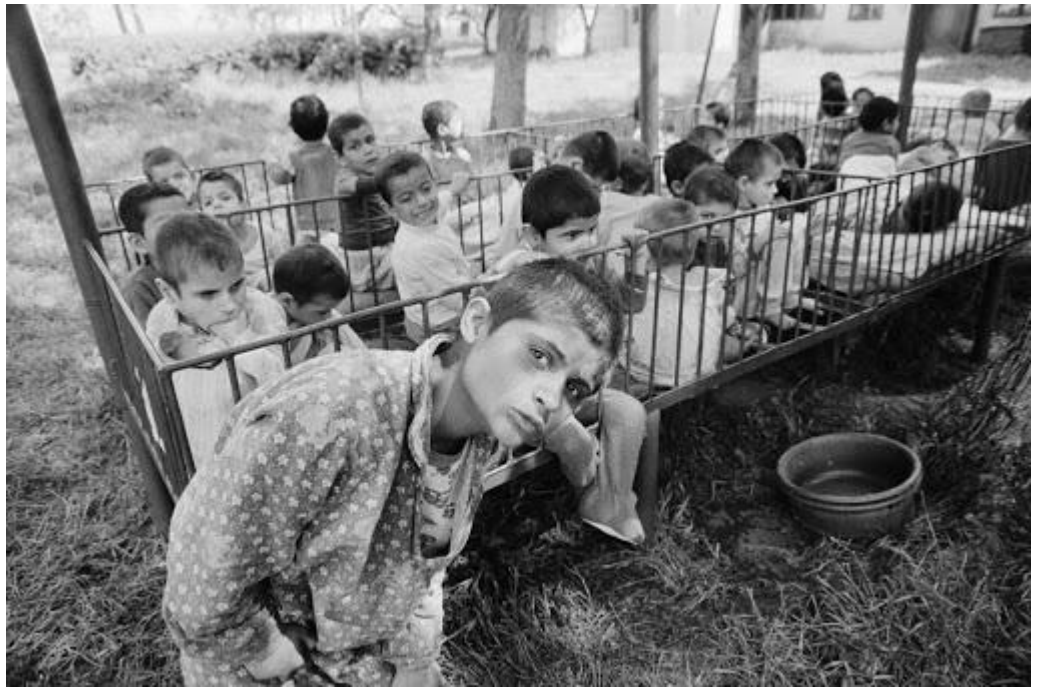
- A ciência demonstra que a atividade prolongada dos hormônios do estresse na infância pode diminuir as conexões neurais nessas importantes zonas do cérebro, precisamente em um momento em que deveriam formar conexões novas.

- O estresse tóxico resulta em desregulação do sistema imunológico, que aumenta o risco e a frequência das infecções entre as crianças.na.

Além de traumas psicológicos, o abandono nos primeiros anos de vida pode causar danos graves no desenvolvimento neurológico das crianças. Um estudo conhecido como Os órfãos da Romênia, com alto nível de precisão e rigor científico, vem mapeando desde os anos 2000 os efeitos da institucionalização precoce no desenvolvimento do cérebro de crianças.

http://www.bucharestearlyinterventionproject.org/

Pesquisa feita pela Universidade de Harvard, com órfãos da Romênia, comprova que o abandono por tempo prolongado pode causar danos neurológicos em crianças.





170 mil órfãos vivendo em 700 instituições superlotadas e precárias.

A tragédia na Romênia comunista que revelou à ciência os danos da negligência na infância.



No início da pesquisa, no outono de 2000, a Romênia vivia os reflexos do duro regime comunista de Nicolae Ceausescu. Para aumentar a natalidade e a mão de obra no país, o ditador proibiu o aborto, o uso de contraceptivos e cobrava altos impostos das famílias que não tivessem filhos ou dos que tivessem poucos.

O resultado foi a explosão da taxa de natalidade, que aliado à miséria do país, levou milhares de bebês e crianças aos orfanatos estatais. Ao final do regime de Ceausescu, em 1989, quando foi executado pelo Exército, havia mais de 170 mil órfãos vivendo em 700 instituições superlotadas e precárias.

A trágica situação da Romênia ganhou destaque internacional e levou à pesquisa chamada oficialmente de **“Programa de Intervenção Precoce de Bucareste”**.

Coordenada pelos professores e pesquisadores Charles A. Nelson III, da Escola de Medicina de Harvard e do Hospital de Crianças de Boston.



https://www.bucharestearlyinterventionproject.org/

O contexto dos orfanatos romenos

Uma crise que ganhou visibilidade após 1989

Políticas pronatalistas, pobreza e fragilidade da proteção social favoreceram separações familiares.

Grandes instituições passaram a concentrar crianças em condições graves de privação.



Bucareste, cerca de 1995. Romano Cagnoni/Getty Images. Reprodução: Harvard Magazine.

Contexto histórico. A fotografia antecede o início do Estudo de Bucareste.

O que prejudicou o desenvolvimento

Pouca continuidade nas relações de cuidado

Muitas crianças dividiam poucos cuidadores.

Rotinas rígidas e escassez de interações individualizadas limitavam o acolhimento, a exploração e a linguagem.



Crianças em instituição de Bucareste. Foto: Michael Carroll. Reprodução: UW News, 2015.

As condições variavam. O problema estudado foi a privação psicossocial grave.

Nem todas eram órfãs de pai e mãe

Muitas crianças tinham familiares vivos

A palavra “órfãos” tornou-se conhecida nas reportagens.

A história também envolve abandono, separações e famílias sem apoio para cuidar. Prevenir a separação é parte da proteção.



Crianças em instituição de Bucareste. Foto: Michael Carroll. Reprodução: UW News, 2015.

Os fundamentos do estudo

Vínculo e cuidado responsivo

Bebês precisam de relações
estáveis e de respostas sensíveis.
O adulto reconhece sinais
e compartilha experiências.

Experiência e plasticidade

As experiências participam
da organização do desenvolvimento.
Mudar o cuidado pode favorecer
a recuperação, com limites variáveis.

Shonkoff et al., 2009. National Scientific Council on the Developing Child, 2012.

O que melhorou nos primeiros anos de acolhimento familiar

Desenvolvimento cognitivo

O acolhimento familiar favoreceu resultados aos 42 e 54 meses.
Os ganhos foram maiores entre as crianças acolhidas mais cedo.

Qualidade do apego

A avaliação aos 42 meses mostrou mais vínculos seguros no grupo familiar.
A colocação antes dos 24 meses se associou a melhores resultados.

Nelson et al., 2007. Smyke et al., 2010. Dois anos não são um limite universal de recuperação.

Cérebro e resposta ao estresse

Desenvolvimento cerebral

Exames ao longo dos anos mostraram diferenças nas trajetórias
de maturação cortical associadas ao ambiente de cuidado.

Regulação do estresse

Na idade escolar, o grupo de cuidado habitual apresentou respostas
fisiológicas mais atenuadas ao estresse.
O grupo familiar mostrou benefícios.

Sheridan et al., 2022. McLaughlin et al., 2015.

A síntese de quase 20 anos de avaliações

Pesquisa de 2023	King e colegas reuniram resultados de diferentes fases do BEIP.
Benefícios gerais	Criança que esteve em grupo familiar obteve melhores resultados cognitivos e físicos.
Saúde mental	A gravidade média dos problemas foi menor no grupo familiar.
Persistência	Os benefícios se mantiveram ao longo do desenvolvimento.

King et al., 2023. American Journal of Psychiatry. A recuperação variou entre domínios.

O que essa história ensina à gestão municipal

Prioridades de cuidado com a primeira infância

Prevenir separações evitáveis.
Apoiar famílias e cuidadores.
Garantir relações estáveis
e intervenções qualificadas.

Uma leitura cuidados

Creche e pré-escola não equivalem
a instituições de privação integral.
Os resultados são de grupos.
Cada criança tem sua própria história.

A negligência severa parece ser uma ameaça pelo menos tão grande à saúde e ao desenvolvimento quanto o abuso físico - possivelmente até maior.

Quando comparadas com crianças que foram vítimas de maus-tratos físicos evidentes, crianças pequenas que experimentaram períodos prolongados de negligência exibem:



- deficiências cognitivas mais sérias;
- problemas de atenção;
- déficits de linguagem;
- dificuldades acadêmicas;
- comportamento retraído e
- problemas com a interação com os pares conforme envelhecem.

Center on the Developing Child na Harvard University (2016).

Fundamentos da Primeira Infância



Regina Shudo

Contato do WhatsApp

AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Primeira Infância Prioridade Absoluta

Fundamentos da Primeira Infância

EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA (EAI)

Adverse Childhood Experiences (ACE)

Como foi sua infância?



AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Primeira Infância Prioridade Absoluta

Experiências Adversas da Infância (sigla em inglês ACE) são circunstâncias traumáticas ou eventos que ocorrem durante a infância. Pesquisas que examinaram as ACEs apontaram a ligação entre esses eventos traumáticos na infância e o aumento do risco de desfechos negativos de saúde física e mental ao longo da vida. Além disso, tem havido pesquisas que sugerem que crianças expostas a traumas podem estar em maior risco de desenvolver problemas, como o uso de álcool e drogas, mais tarde na vida.



EVITANDO UM MAL PROFUNDO...

A pediatra Nadine Burke Harris apresenta pesquisas e descobertas científicas em vários laboratórios norte-americanos e na sua própria clínica pediátrica em uma comunidade de baixa renda em São Francisco, EUA. A partir de um estudo envolvendo mais de 17 mil pacientes adultos, ela analisa como, e quão profundamente, nosso corpo pode ser influenciado em longo prazo por adversidades na infância, que mudam nossos sistemas biológicos e cujos efeitos podem durar a vida inteira, seja na forma de respostas ao estresse, taxas de crescimento, diabetes, asma, cardiopatias ou muitas outras doenças.



EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA

1. ABUSO FÍSICO E EMOCIONAL RECORRENTE
2. ABUSO SEXUAL
3. FOME, EXTREMA POBREZA E RACISMO
4. NEGLIGÊNCIA EMOCIONAL
5. NEGLIGÊNCIA FÍSICA
6. ABUSO DE DROGAS (CONVIVÊNCIA)
7. CONVIVÊNCIA FAMILIAR COM PRESENÇA DE DISTÚRBIO MENTAL
8. PRESENÇA DE AGRESSÕES COM A MÃE
9. SEPARAÇÃO CONFLITUOSA PARENTAL
10. CONVIVÊNCIA COM COMPORTAMENTO CRIMINOSO EM CASA

AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Primeira Infância Prioridade Absoluta



Abuso emocional durante a infância associado ao uso futuro de opioides

De acordo com as pesquisas na área da saúde, o abuso emocional , especificamente, mais do que o abuso sexual ou físico, maus-tratos ou negligência, correlaciona-se com uma maior probabilidade de se envolver em comportamentos de risco durante a adolescência e de sofrer de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) durante a idade adulta.

O JOGO DE AÇÃO E REAÇÃO CONTRIBUI PARA ATIVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS CIRCUITOS DO CÉREBRO - INTERAÇÃO



1. Compartilhe o foco de atenção da criança



2. Retorne a ação apoiando e incentivando



3. Nomeie e descreva



4. Revezem-se... e esperem. Mantenha a interação indo e voltando.



5. Pratique finais e começos

A infância precisa de cuidado hoje

Afeto. Alimento. Proteção.
Saúde. Educação. Natureza.

A prioridade absoluta aparece na vida cotidiana: no atendimento que chega, no vínculo que acolhe e no direito que se realiza.

Prioridade absoluta é dever público

Proteção e socorro	**A criança tem primazia nas situações de risco.**
Atendimento	**Os serviços públicos devem assegurar precedência.**
Políticas públicas	**A infância tem preferência na formulação e execução.**
Recursos	**O orçamento precisa refletir a prioridade.**

ECA, art. 4º. Marco Legal da Primeira Infância.

Os primeiros anos da vida humana são um período de considerável plasticidade e desenvolvimento cerebral, fase em que ocorre um notável desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional. Um expressivo acervo de pesquisas educacionais aponta para a importância da educação infantil como uma base fundamental de toda aprendizagem e desenvolvimento futuros.



A educação infantil de qualidade deve ser uma prioridade para todas as sociedades.

Infâncias no plural: o Brasil profundo chega à Educação Infantil



Cada território é produtor de saberes, linguagens, memórias, brincadeiras e pertencimentos.

O Brasil com 18,3 milhões de crianças

18,3 mi

crianças de 0 a 6 anos completos

8,57%

da população brasileira

Cada média nacional reúne infâncias com oportunidades muito diferentes.

Primeira Infância em Dados. Estimativas populacionais de 2025.

A proteção social alcança grande parte da infância

63,23%

das crianças de 0 a 6 anos estão no Cadastro Único

47,08%

pertencem a famílias beneficiárias do Bolsa Família

Renda e serviços precisam caminhar juntos para garantir direitos.

Cuidado integral na primeira infância

Saúde e nutrição	Gestação acompanhada, vacinação e alimentação adequada.
Cuidado responsivo	Adultos atentos aos sinais, interesses e necessidades da criança.
Aprendizagem	Brincadeiras, linguagem, cultura e relações desde o nascimento.
Segurança e proteção	Convivência sem violência e acesso à proteção social.

Santa Catarina: 711 mil crianças pequenas

711.188

crianças de 0 a 6 anos completos

8,69%

da população do estado

A agenda estadual precisa alcançar todos os territórios e apoiar os 295 municípios.

Planos municipais em Santa Catarina



15

Municípios declararam possuir PMPI no Estado

5,2% dos 290 respondentes
275 declararam não possuir
5 municípios não responderam

RNPI/MEC. Levantamento de março a maio de 2026, publicado em junho.

Territórios das infâncias

Campo, serra, litoral, área urbana e comunidades (quilombola)

O lugar onde a criança vive influencia o acesso, o brincar e a experiência de pertencer.



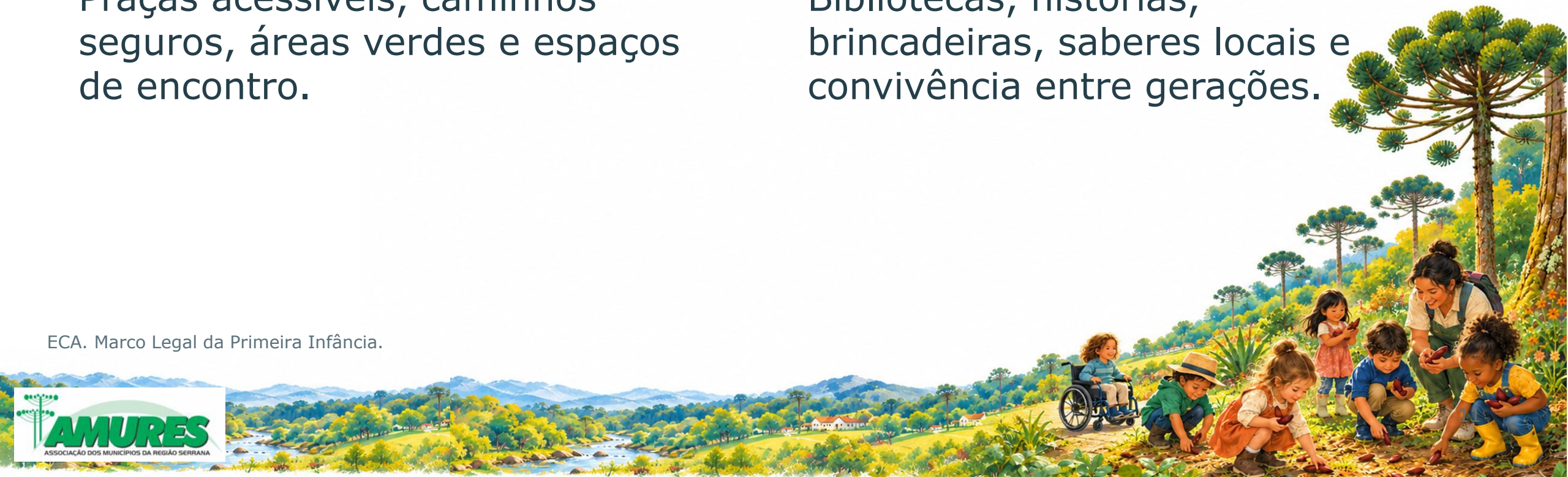
O território também educa

Perto de casa

Praças acessíveis, caminhos seguros, áreas verdes e espaços de encontro.

Na vida da comunidade

Bibliotecas, histórias, brincadeiras, saberes locais e convivência entre gerações.

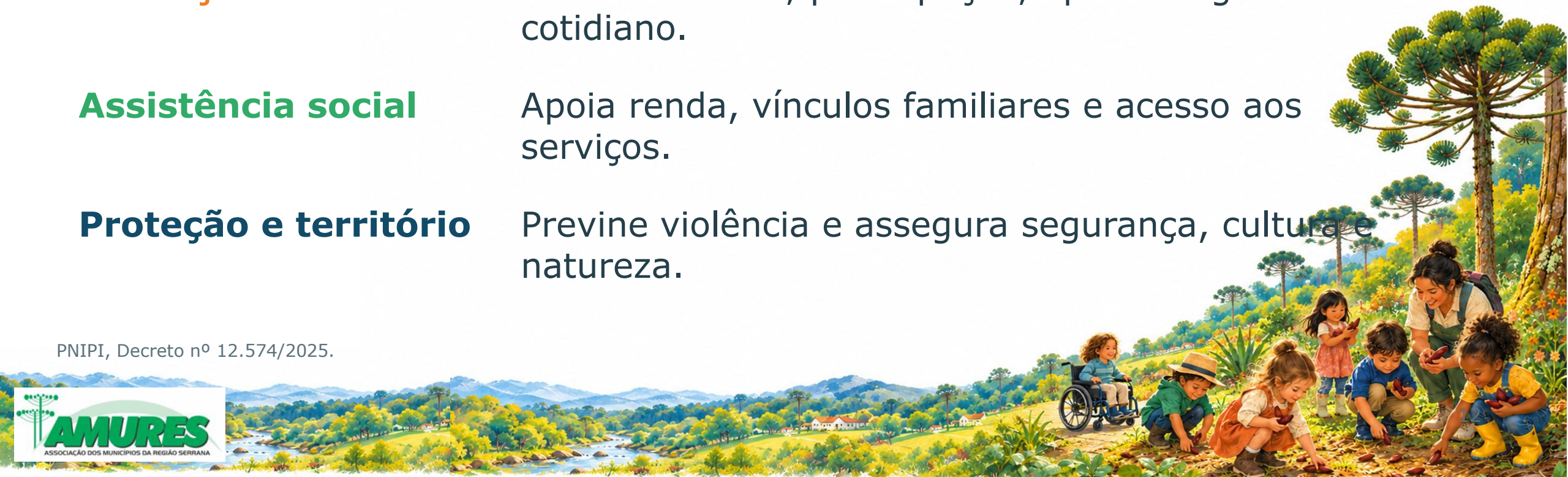


ECA. Marco Legal da Primeira Infância.

Intersetorialidade: uma criança, uma rede

Saúde	Acompanha gestação, crescimento, vacinação e desenvolvimento.
Educação	Garante acesso, participação, aprendizagem e cuidado cotidiano.
Assistência social	Apoia renda, vínculos familiares e acesso aos serviços.
Proteção e território	Previne violência e assegura segurança, cultura e natureza.

PNIPI, Decreto nº 12.574/2025.



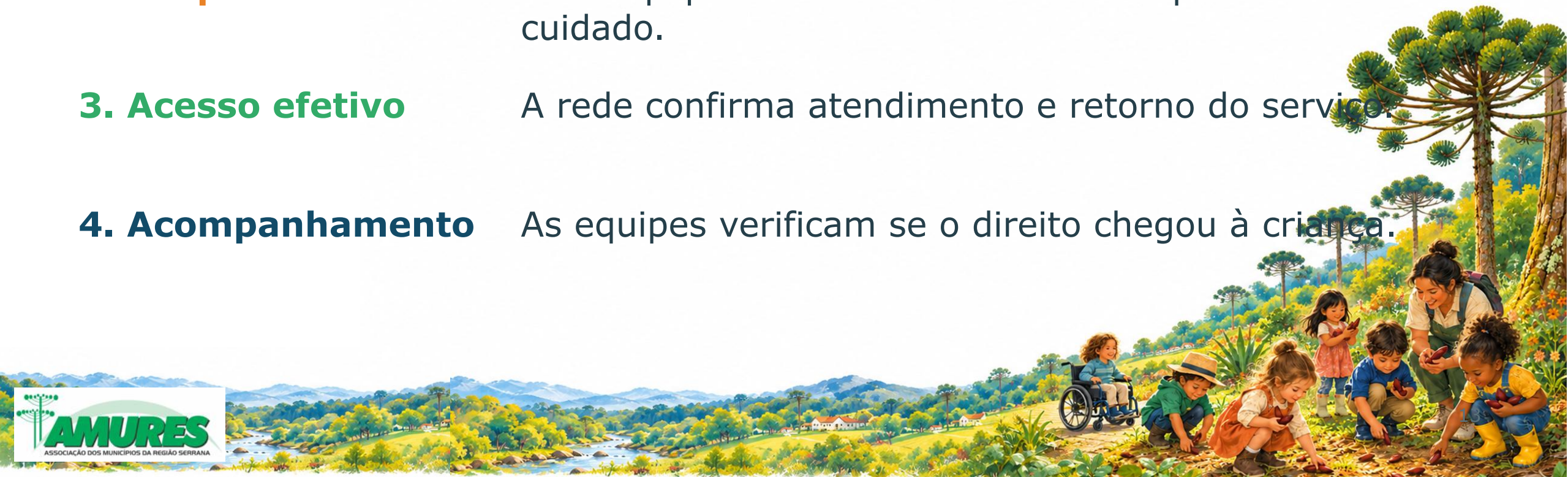
O cuidado continua depois do encaminhamento

1. Acolhimento — Qualquer serviço escuta e identifica a necessidade.

2. Responsabilidade — Uma equipe combina com a família o plano de cuidado.

3. Acesso efetivo — A rede confirma atendimento e retorno do serviço.

4. Acompanhamento — As equipes verificam se o direito chegou à criança.



Educação Infantil: Censo 2026 preliminar

166.294

matrículas em creche

165.287

matrículas na pré-escola

331.581 matrículas nas duas etapas

Recorte apenas estadual e municipal. Dados em retificação até 23/10/2026.



Inep. Extrato simplificado das redes estadual e municipal, setembro de 2026.

O retrato consolidado da Educação Infantil

420.566

matrículas na Educação Infantil

215.447

em creche

205.119

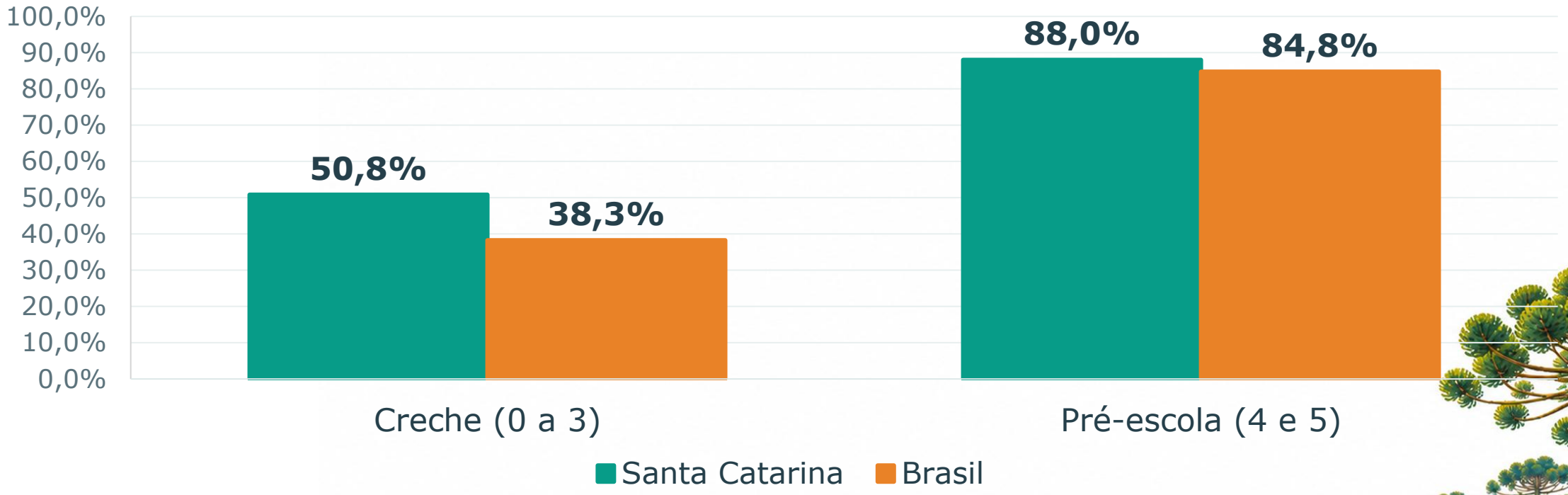
na pré-escola



A rede municipal concentra 78,29% da creche e 81,69% da pré-escola.

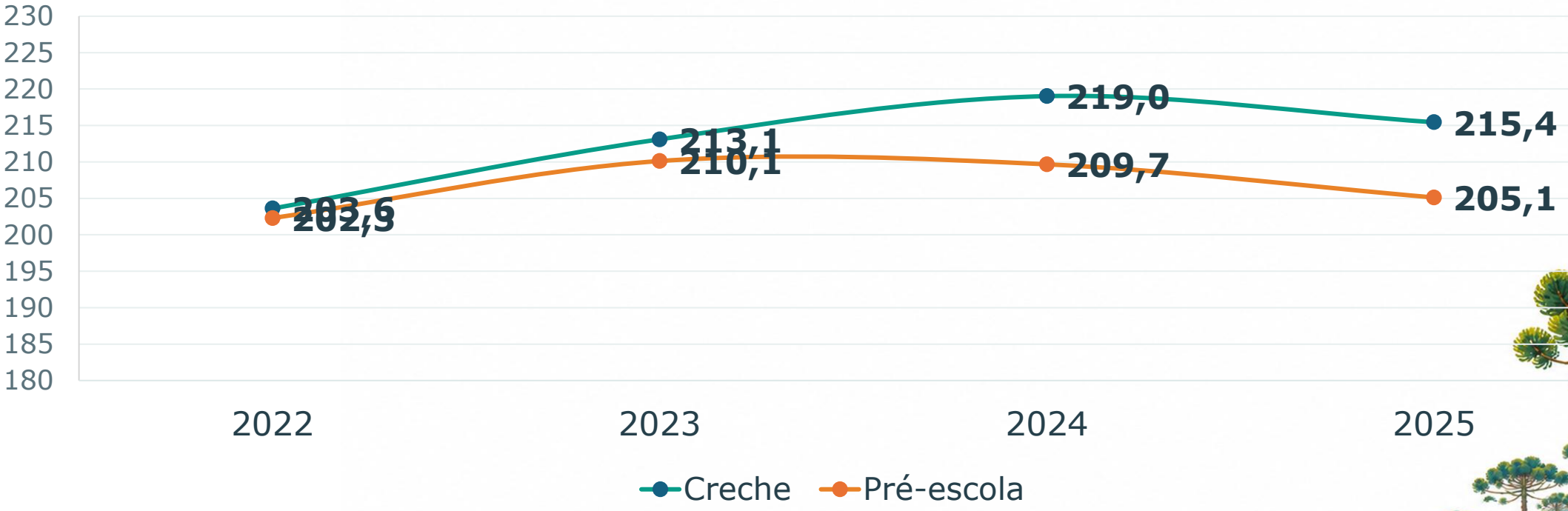
SED/SC, atualização de outubro de 2026. Censo Escolar 2025, todas as redes.

Acesso: Santa Catarina e Brasil



Santa Catarina está acima da média nacional, com lacunas de acesso nas duas etapas.

Matrículas em Santa Catarina: 2022 a 2025

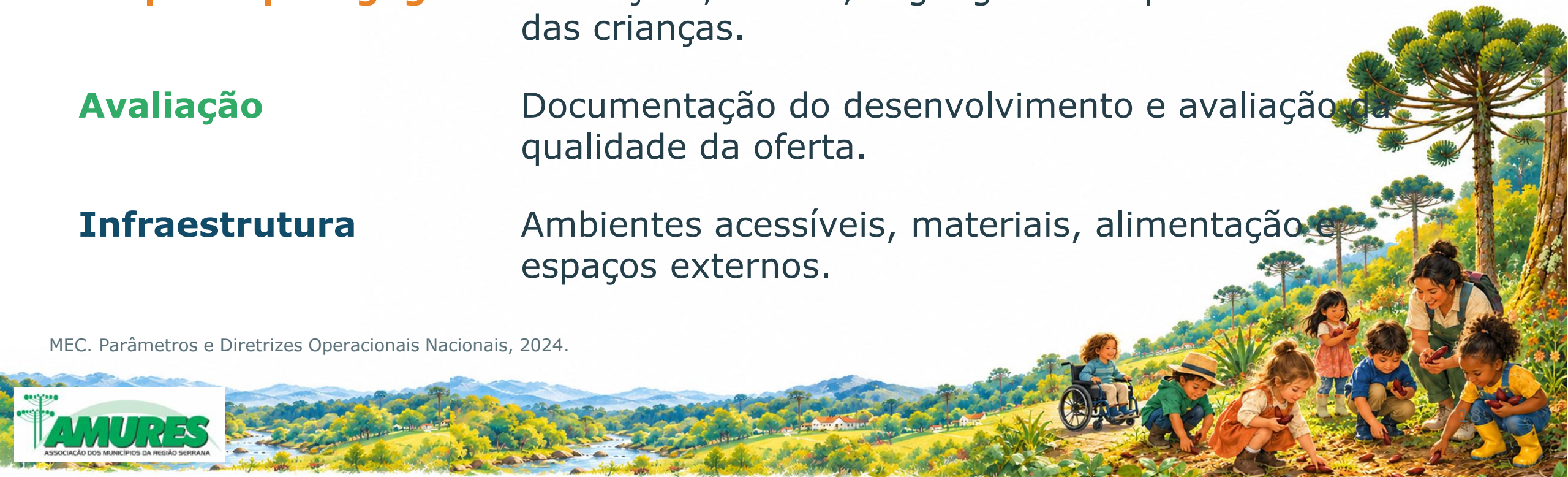


2025: queda de 1,63% na creche e 2,17% na pré-escola em relação a 2024.

Qualidade e equidade na Educação Infantil

Gestão e formação	Condições de trabalho, formação continuada e participação das famílias.
Proposta pedagógica	Interações, brincar, linguagem e respeito às culturas das crianças.
Avaliação	Documentação do desenvolvimento e avaliação da qualidade da oferta.
Infraestrutura	Ambientes acessíveis, materiais, alimentação e espaços externos.

MEC. Parâmetros e Diretrizes Operacionais Nacionais, 2024.



Os desafios da Educação

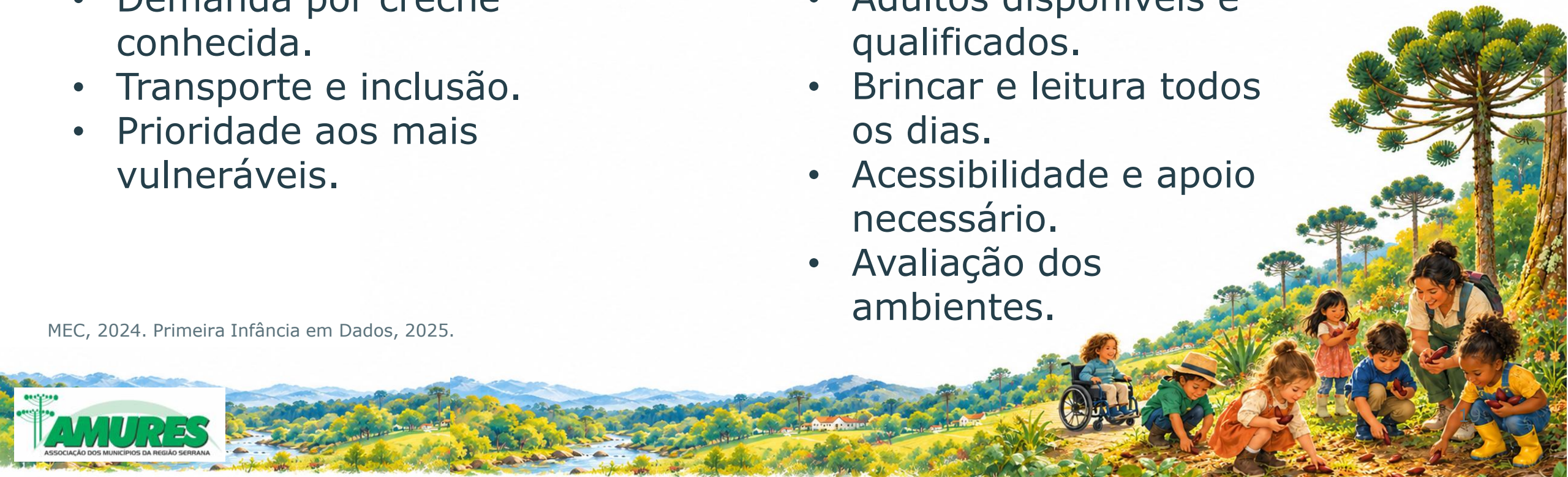
Acesso com equidade

- Busca ativa na pré-escola.
- Demanda por creche conhecida.
- Transporte e inclusão.
- Prioridade aos mais vulneráveis.

Experiência com qualidade

- Adultos disponíveis e qualificados.
- Brincar e leitura todos os dias.
- Acessibilidade e apoio necessário.
- Avaliação dos ambientes.

MEC, 2024. Primeira Infância em Dados, 2025.



Saúde: mortes que o cuidado pode evitar

64,0%

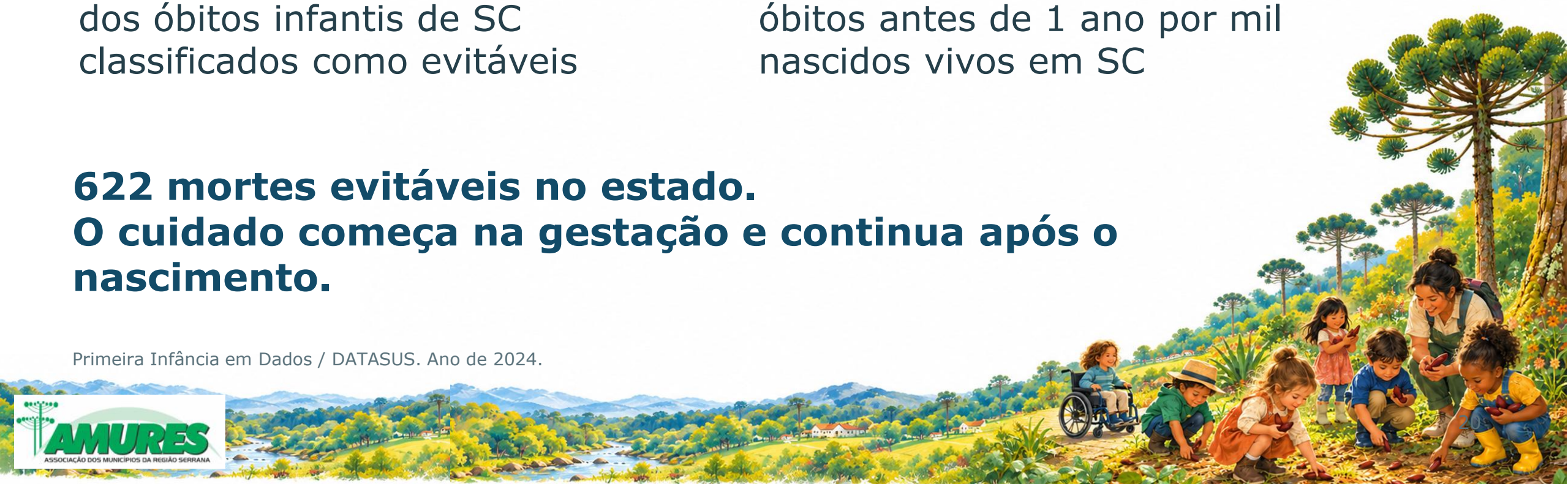
dos óbitos infantis de SC classificados como evitáveis

10,36

óbitos antes de 1 ano por mil nascidos vivos em SC

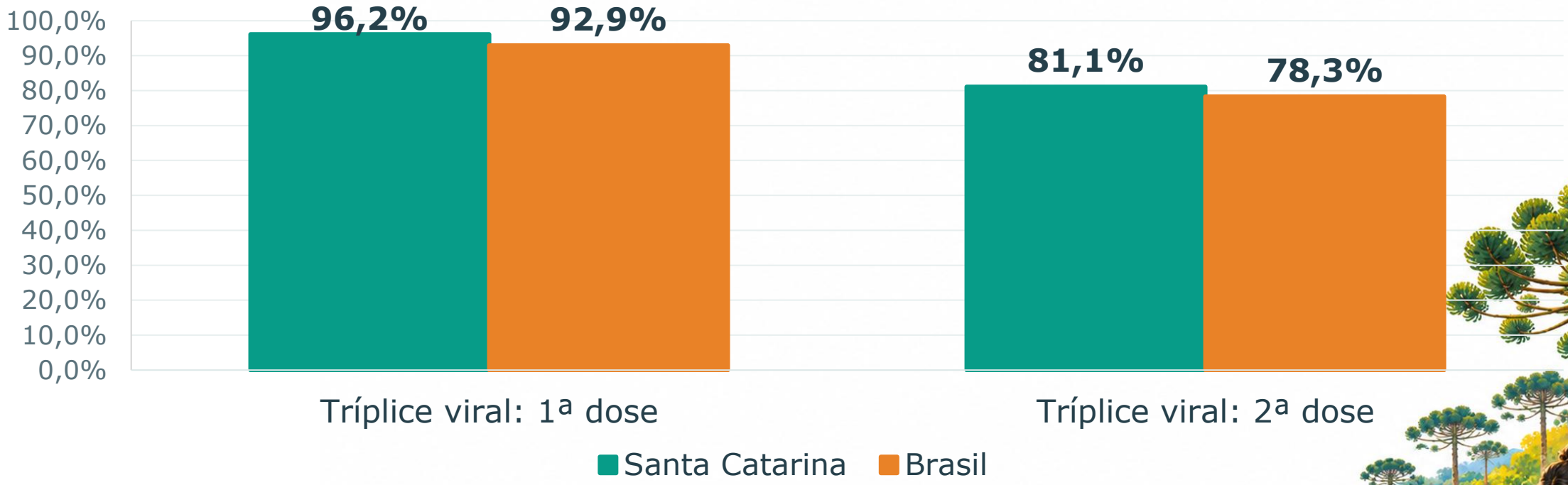
622 mortes evitáveis no estado.
O cuidado começa na gestação e continua após o nascimento.

Primeira Infância em Dados / DATASUS. Ano de 2024.



Vacinação: a segunda dose exige busca ativa

A rede pode verificar a caderneta, acolher dúvidas e facilitar o retorno.



Primeira Infância em Dados / Ministério da Saúde. Cobertura de 2025.

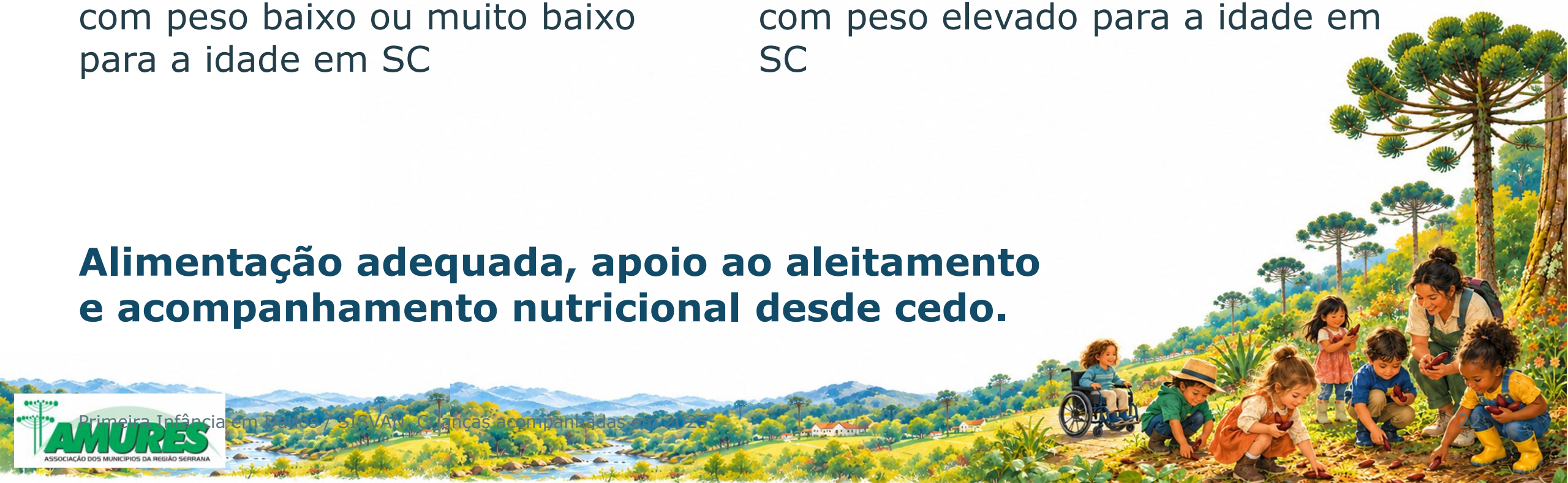
Nutrição: dois desafios no mesmo território

2,92%

com peso baixo ou muito baixo para a idade em SC

6,54%

com peso elevado para a idade em SC



Alimentação adequada, apoio ao aleitamento e acompanhamento nutricional desde cedo.

Assistência social em Santa Catarina

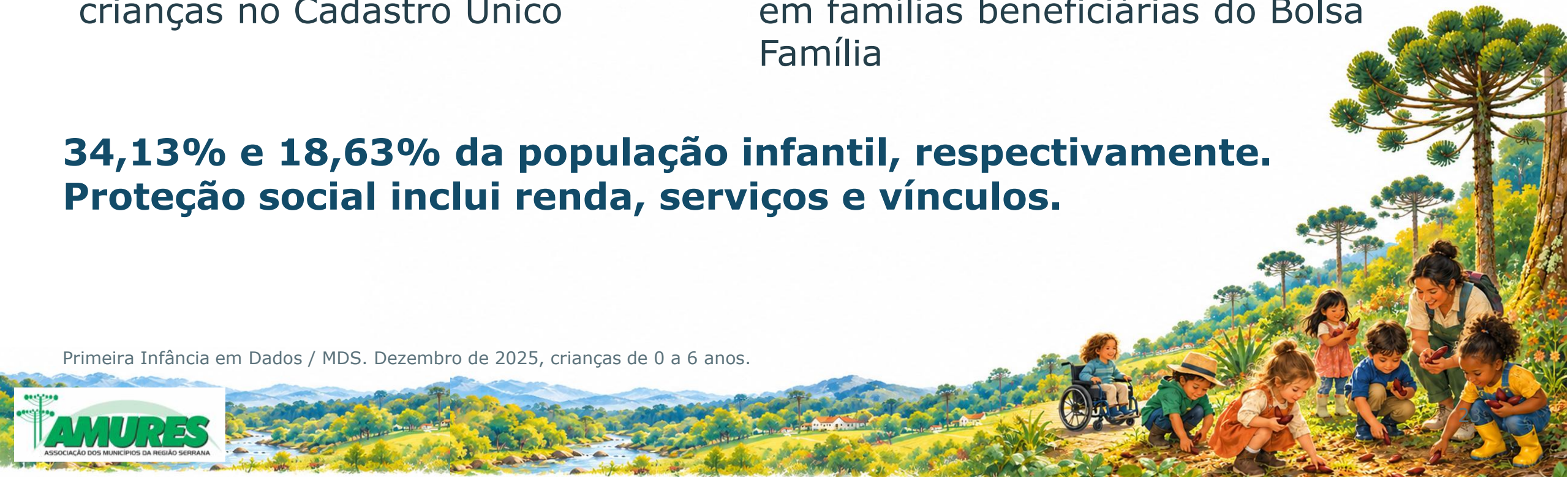
242.697

crianças no Cadastro Único

132.501

em famílias beneficiárias do Bolsa Família

34,13% e 18,63% da população infantil, respectivamente.
Proteção social inclui renda, serviços e vínculos.



Primeira Infância em Dados / MDS. Dezembro de 2025, crianças de 0 a 6 anos.

CadÚnico e Bolsa Família nos 18 municípios

Municípios 1 a 9, referência dezembro de 2025

Município	0–6 anos	CadÚnico	Bolsa Família
Anita Garibaldi	706	444 (62,9%)	298 (42,2%)
Bocaina do Sul	302	201 (66,6%)	125 (41,4%)
Bom Jardim da Serra	337	284 (84,3%)	221 (65,6%)
Bom Retiro	784	468 (59,7%)	306 (39,0%)
Campo Belo do Sul	606	399 (65,8%)	269 (44,4%)
Capão Alto	213	117 (54,9%)	61 (28,6%)
Cerro Negro	267	225 (84,3%)	147 (55,1%)
Correia Pinto	1.575	898 (57,0%)	539 (34,2%)
Lages	14.647	7.329 (50,0%)	4.812 (32,9%)

Percentuais sobre a população estimada de 0 a 6 anos. Bolsa Família já está incluído no CadÚnico.

CadÚnico e Bolsa Família nos 18 municípios

Municípios 10 a 18, referência dezembro de 2025

Município	0–6 anos	CadÚnico	Bolsa Família
Otacílio Costa	1.675	450 (26,9%)	310 (18,5%)
Painel	179	132 (73,7%)	66 (36,9%)
Palmeira	187	119 (63,6%)	82 (43,9%)
Ponte Alta	356	252 (70,8%)	113 (31,7%)
Rio Rufino	195	128 (65,6%)	75 (38,5%)
São Joaquim	2.468	1.350 (54,7%)	758 (30,7%)
São José do Cerrito	615	546 (88,8%)	405 (65,9%)
Urubici	970	577 (59,5%)	410 (42,3%)
Urupema	224	133 (59,4%)	90 (40,2%)

Percentuais sobre a população estimada de 0 a 6 anos. Bolsa Família já está incluído no CadÚnico.

Sinais de atenção na região

A prioridade deve ser definida também por bairro, comunidade e microárea

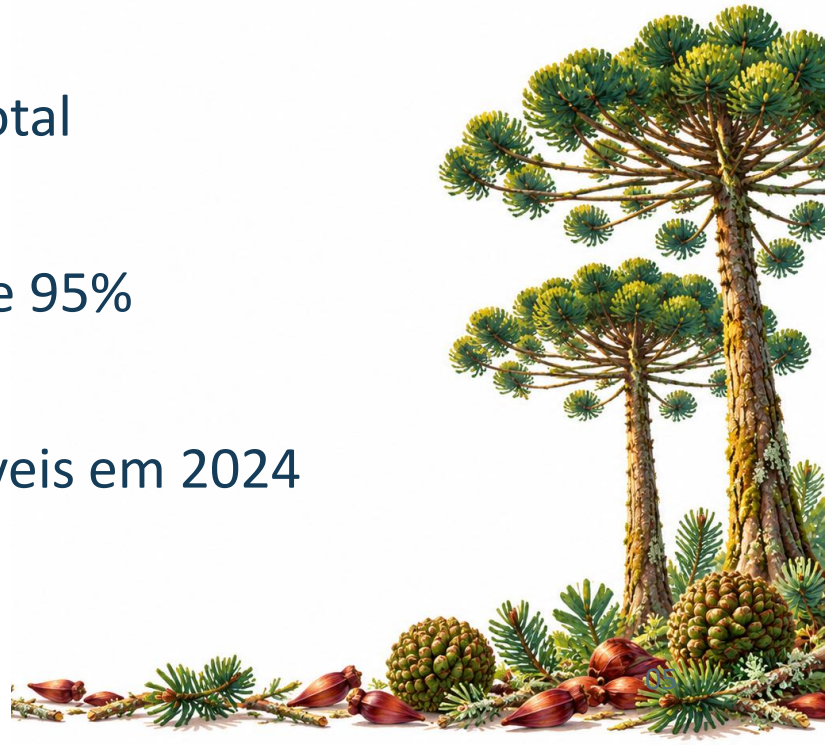
26.306 crianças estimadas de 0 a 6 anos em 2025

14.052 no CadÚnico, 53,4% do total estimado

9.087 em famílias do Bolsa Família, 34,5% do total

13 de 18 municípios com tríplice viral D2 abaixo de 95%

30 / 15 óbitos infantis / classificados como evitáveis em 2024



Apoio a quem cuida

0,12%

das crianças de 0 a 3 anos no CadÚnico atendidas pelo programa em SC

7,38%

no Brasil, pelo mesmo indicador

A rede precisa ampliar o apoio às famílias e verificar cobertura, continuidade e registros.



Violência: os registros exigem resposta

3.768

notificações de violência em Santa Catarina

50.705

notificações no Brasil

No Brasil, cerca de 7 em cada 10 notificações estão associadas ao local de residência.

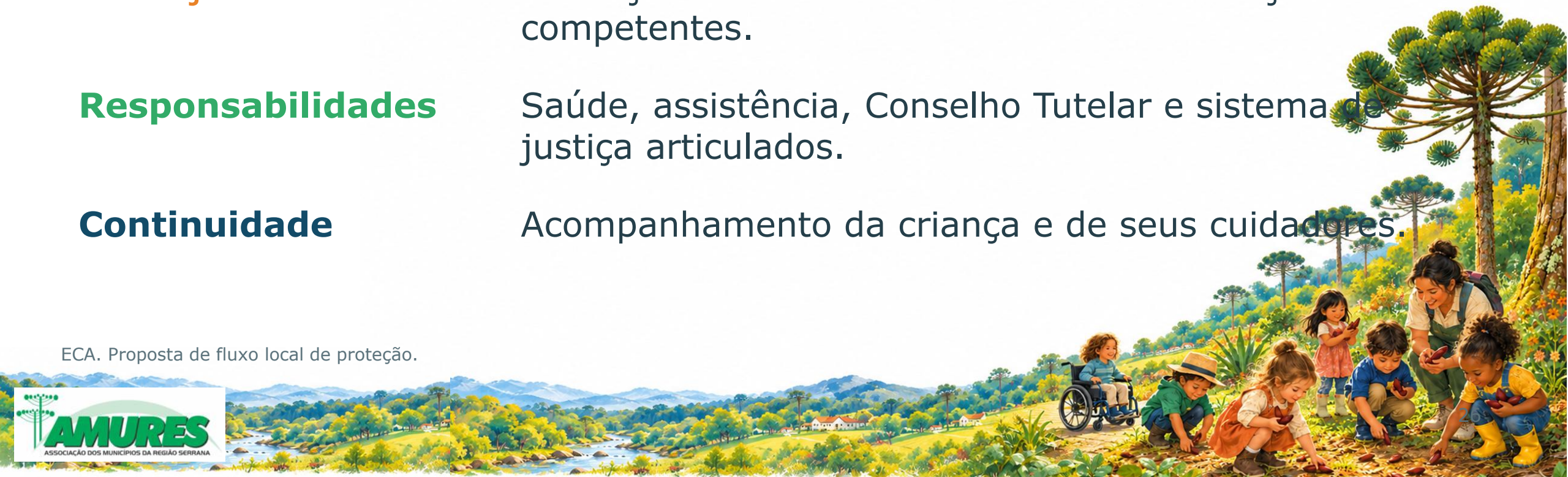
Notificações não equivalem à prevalência nem ao número de crianças únicas.

Primeira Infância em Dados / SINAN. Crianças de 0 a 4 anos, 2024.



A rede de proteção precisa agir sem revitimizar

Acolhimento	Escuta cuidadosa, ambiente seguro e registro do essencial.
Proteção imediata	Avaliação do risco e acionamento dos serviços competentes.
Responsabilidades	Saúde, assistência, Conselho Tutelar e sistema de justiça articulados.
Continuidade	Acompanhamento da criança e de seus cuidadores.



ECA. Proposta de fluxo local de proteção.

Telas na primeira infância

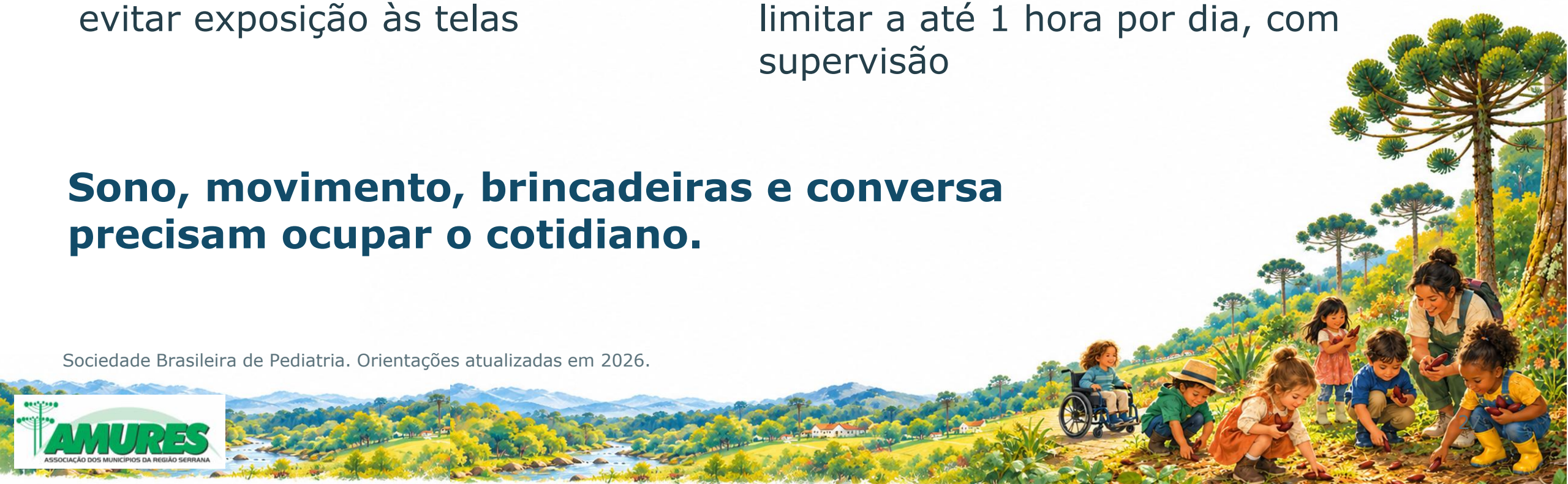
Antes dos 2

evitar exposição às telas

2 a 5 anos

limitar a até 1 hora por dia, com supervisão

Sono, movimento, brincadeiras e conversa precisam ocupar o cotidiano.



Sociedade Brasileira de Pediatria. Orientações atualizadas em 2026.

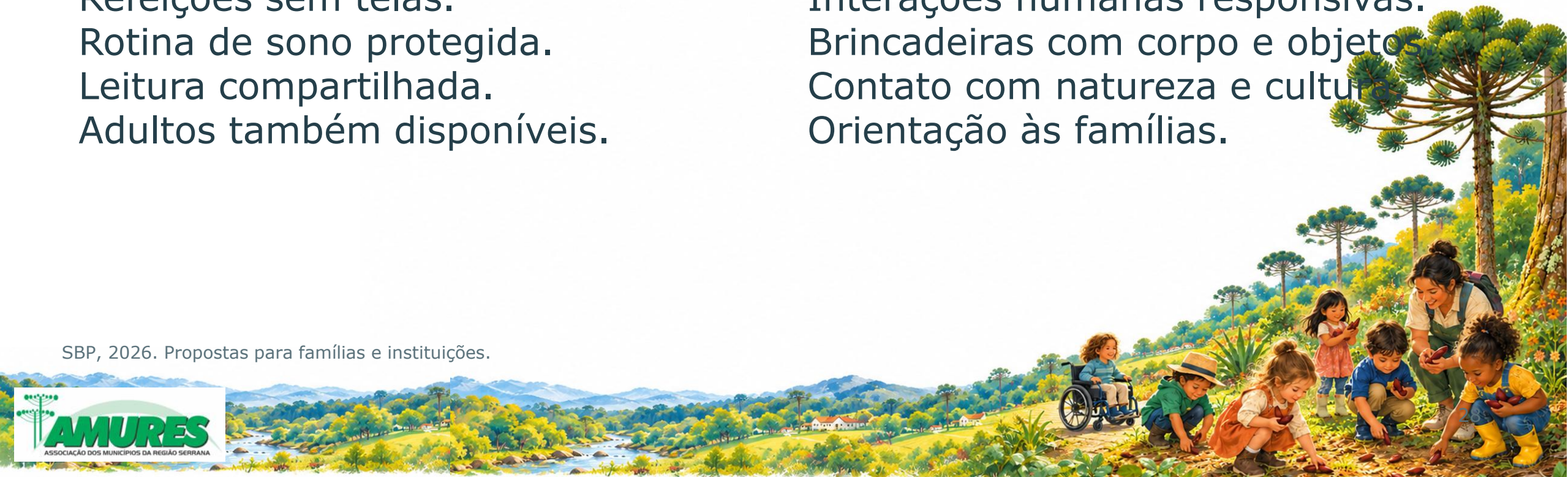
Mais presença no cotidiano

Em casa

Refeições sem telas.
Rotina de sono protegida.
Leitura compartilhada.
Adultos também disponíveis.

Na Educação Infantil

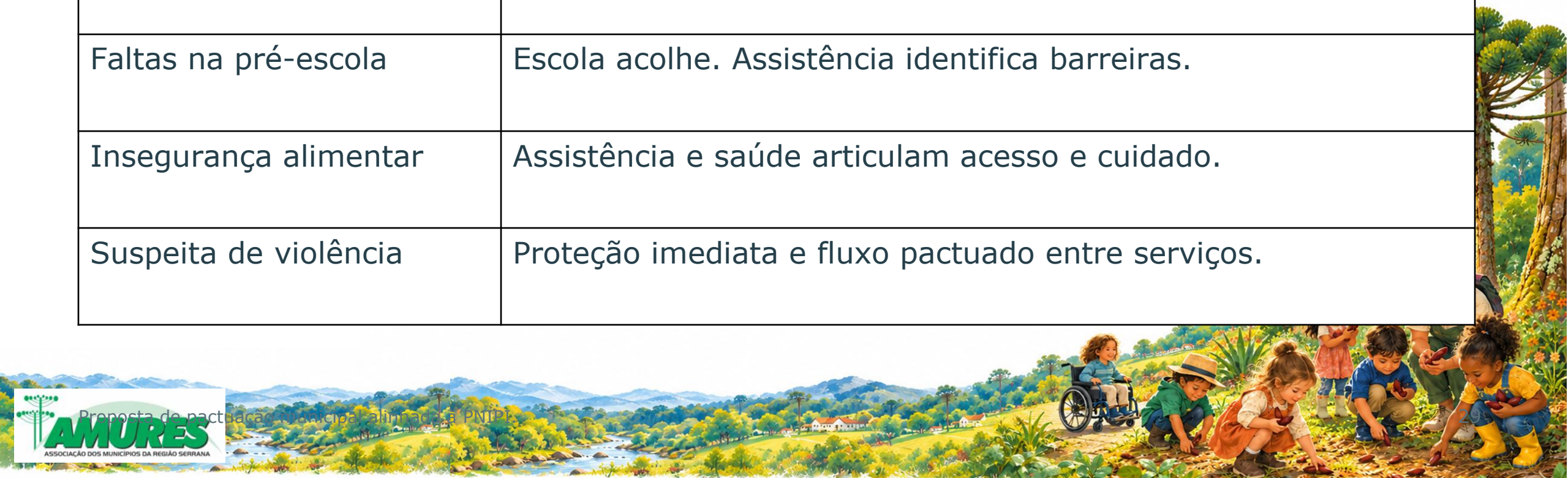
Interações humanas responsivas.
Brincadeiras com corpo e objetos.
Contato com natureza e cultura.
Orientação às famílias.



SBP, 2026. Propostas para famílias e instituições.

Compromissos compartilhados da rede

Necessidade	Resposta compartilhada
Vacinação incompleta	Saúde verifica. Educação aproxima. Família participa.
Faltas na pré-escola	Escola acolhe. Assistência identifica barreiras.
Insegurança alimentar	Assistência e saúde articulam acesso e cuidado.
Suspeita de violência	Proteção imediata e fluxo pactuado entre serviços.

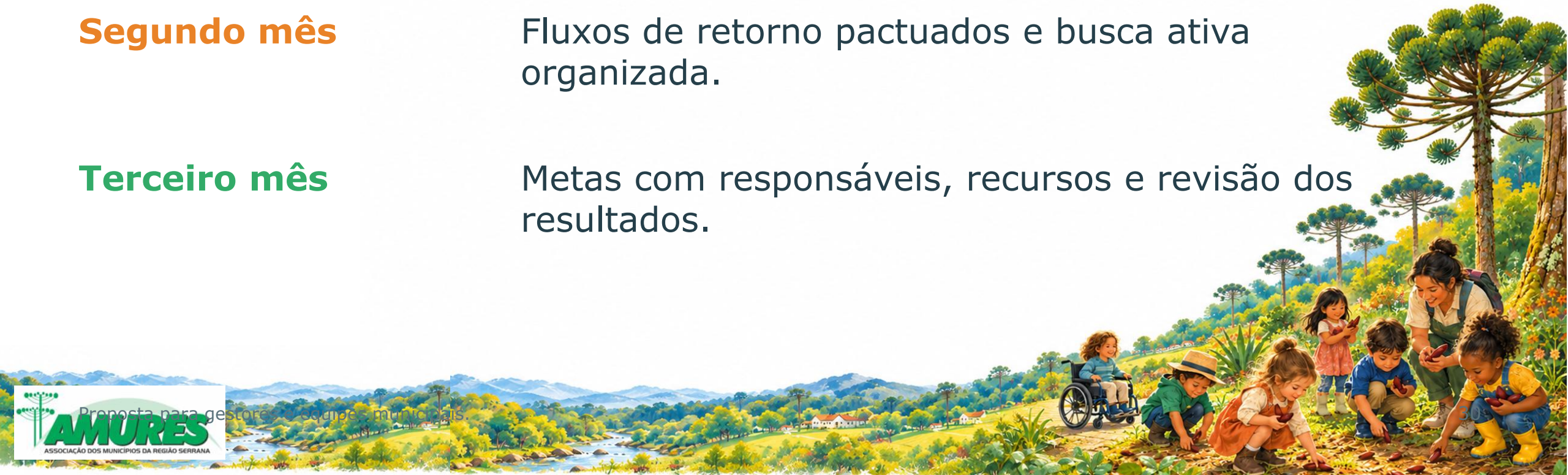


O que pode mudar nos próximos meses

Primeiro mês — Comitê ativo e diagnóstico das barreiras por território.

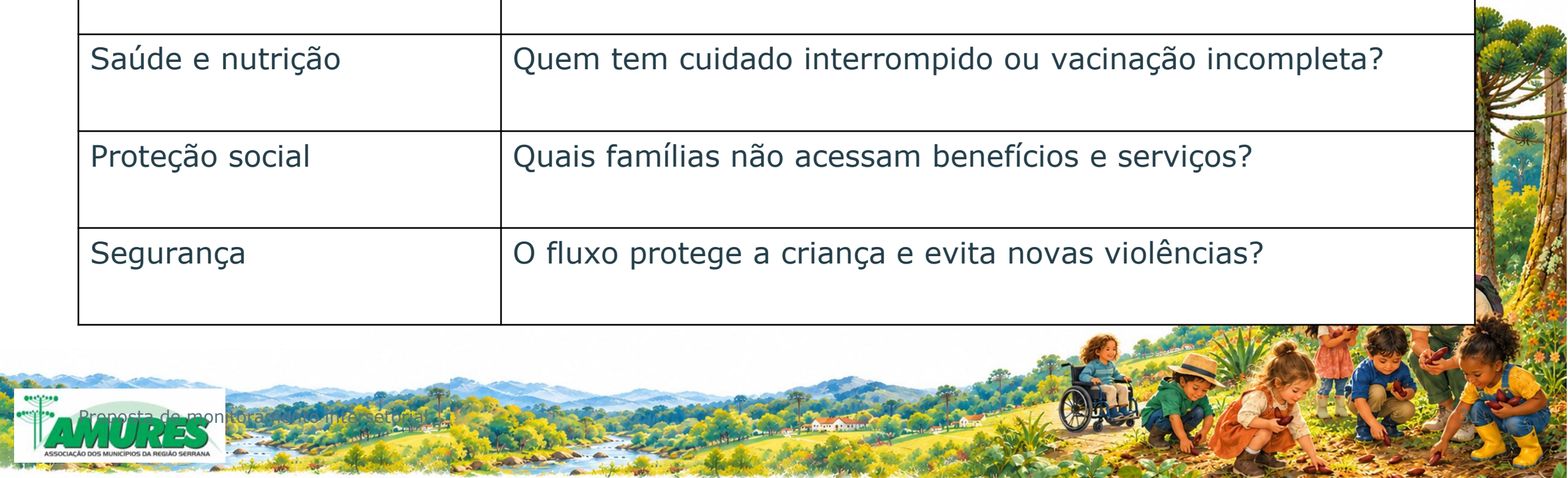
Segundo mês — Fluxos de retorno pactuados e busca ativa organizada.

Terceiro mês — Metas com responsáveis, recursos e revisão dos resultados.



Indicadores que precisam orientar decisões

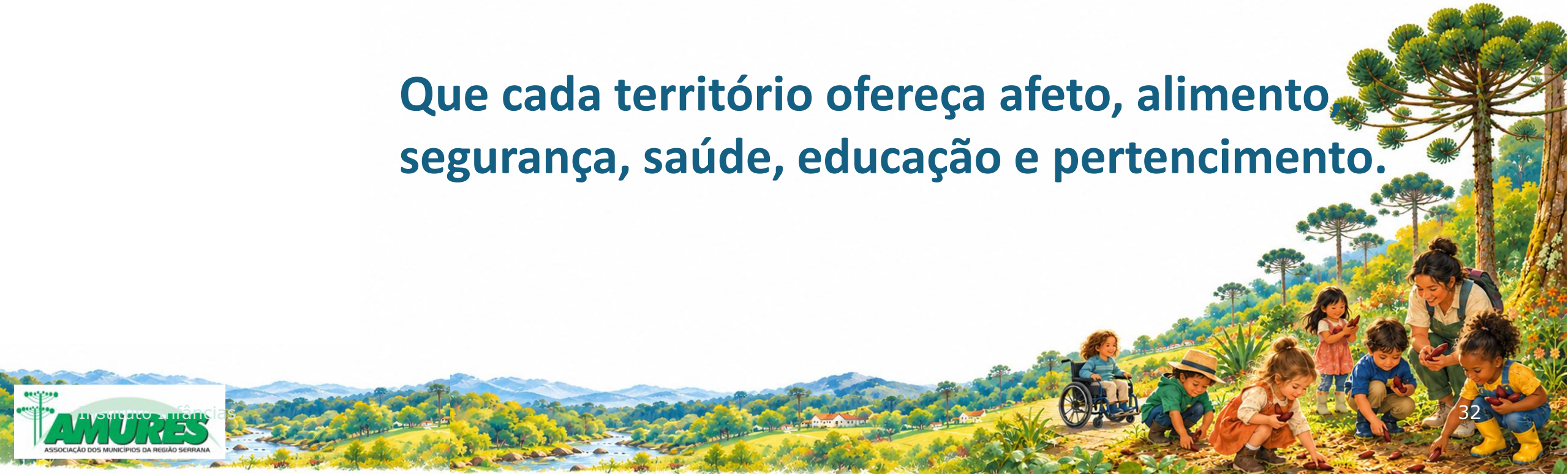
Direito	Pergunta para a gestão
Educação	Quem busca vaga e ainda não consegue acesso?
Saúde e nutrição	Quem tem cuidado interrompido ou vacinação incompleta?
Proteção social	Quais famílias não acessam benefícios e serviços?
Segurança	O fluxo protege a criança e evita novas violências?



A criança precisa do hoje

Uma infância protegida agora é um direito realizado.

Que cada território ofereça afeto, alimento, segurança, saúde, educação e pertencimento.



As etapas da elaboração do PMPI



Plano Municipal da

Primeira Infância

AMURES

O que o Marco Legal orienta

Art. 3º	**Políticas e serviços adequados aos primeiros anos.**
Art. 4º	**Participação infantil, equidade e respeito à diversidade.**
Arts. 6º a 8º	**Articulação intersetorial e colaboração federativa.**
Arts. 11 a 14	**Monitoramento, participação social e apoio às famílias.**



As etapas de elaboração

01 Mobilização e compromisso político

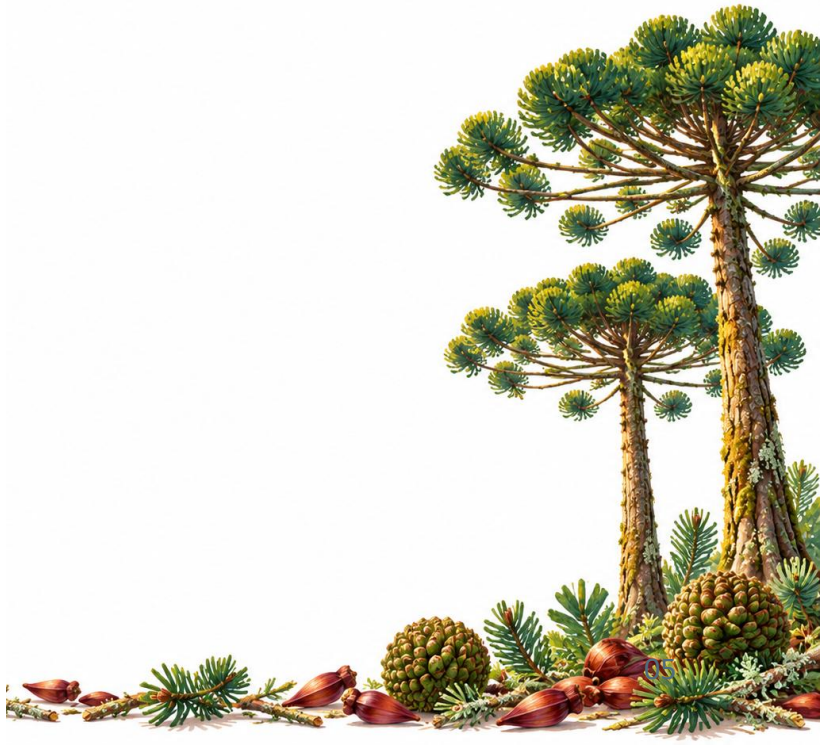
02 Comissão intersetorial

03 Organização do trabalho

04 Diagnóstico territorial

05 Participação das crianças e famílias

06 Definição das prioridades



RNPI, Guia 2026. RNPI e UNICEF.

As etapas de pactuação e aprovação

07 Metas, ações e indicadores

08 Orçamento e viabilidade

09 Redação do plano

10 Consulta pública e ajustes

11 Deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e revisão jurídica

12 Câmara, sanção e publicação



RNPI, Guia 2026. RNPI, Recomendações 2024. Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

01 - Mobilização e compromisso político

O que precisamos fazer

01 Pactuar a liderança do prefeito ou da prefeita.

02 Reunir secretarias e conselhos para iniciar o processo.

03 Mobilizar a sociedade e dialogar com a Câmara.

Entrega: compromisso público e coordenação definida.



02 - Comissão intersetorial

Uma equipe com atribuições formais

01 Instituir a comissão por ato municipal adequado.

02 Definir integrantes, coordenação e apoio técnico.

03 Garantir participação governamental e social.

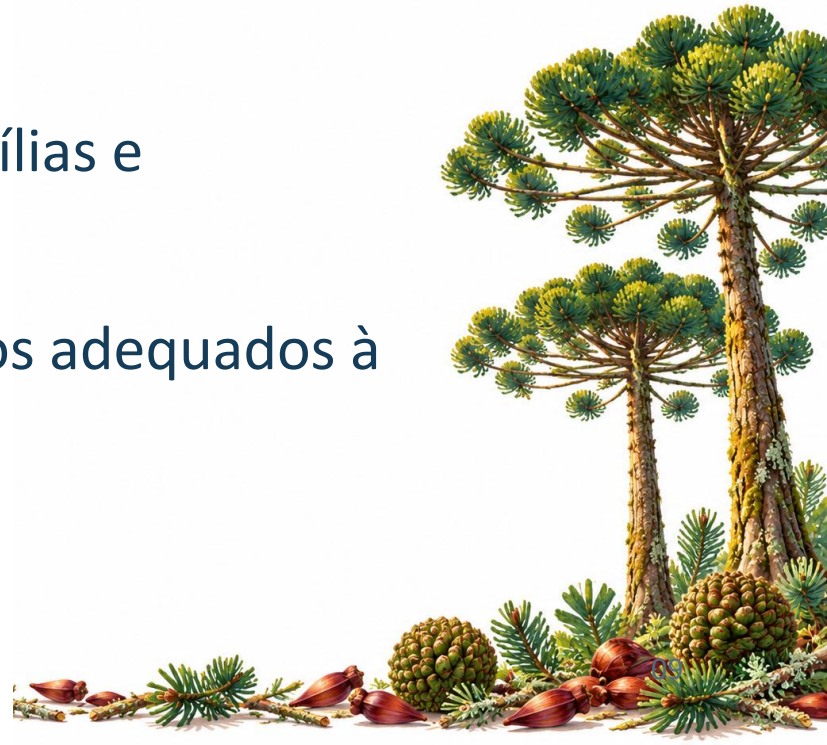
Entregar: decreto ou portaria e integrantes designados.



RNPI, Recomendações 2024. Marco Legal.

Quem participa e com qual função

Gestão municipal	Secretarias executoras e equipe de Planejamento e Finanças.
Conselhos	CMDCA e conselhos setoriais contribuem e acompanham.
Rede e sociedade	Conselho Tutelar, organizações, famílias e comunidades.
Crianças	Participam por linguagens e métodos adequados à idade.



RNPI, Guia 2026. ECA. RNPI, Recomendações 2024.

03 - Organização do trabalho

Um calendário que permita participação

01 Definir reuniões, tarefas e responsáveis.

02 Formar grupos temáticos com diálogo entre setores.

03 Prever recursos para dados, escutas e divulgação.

Entrega: plano de trabalho com prazos e produtos.



RNPI e UNICEF. RNPI, Guia 2026.

04 - Diagnóstico territorial

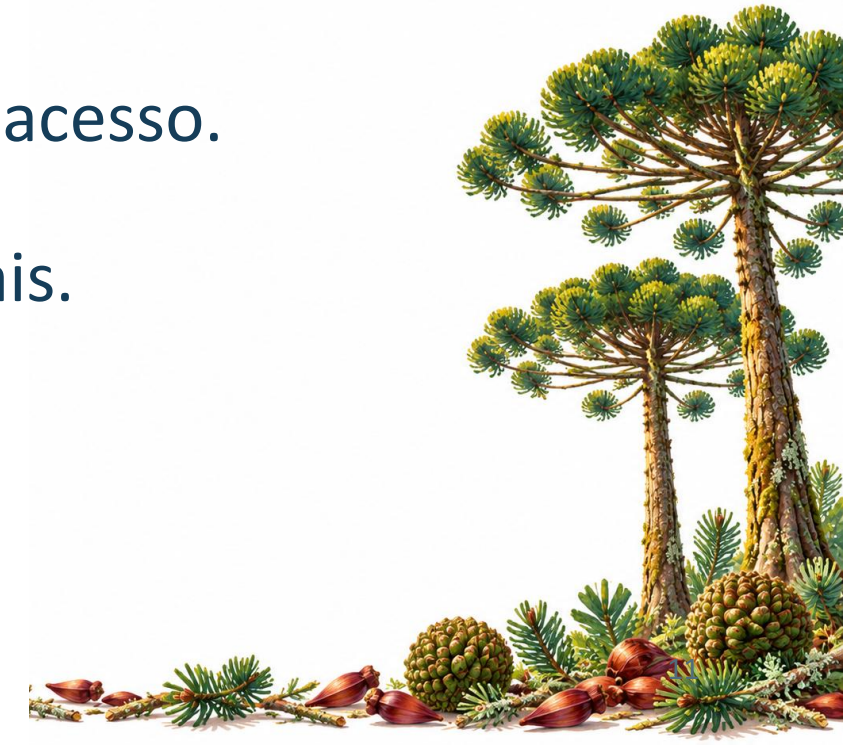
Conhecer as crianças e os serviços

01 Identificar quantas crianças vivem em cada território.

02 Comparar necessidades, oferta e barreiras de acesso.

03 Analisar desigualdades e ouvir as equipes locais.

Entrega: diagnóstico com fontes, datas e lacunas.



Dados que ajudam o diagnóstico

População e educação	IBGE, Censo Escolar e registros municipais de demanda.
Saúde	Pré-natal, vacinação, nutrição e desenvolvimento.
Proteção social	CadÚnico, benefícios e acesso aos serviços.
Direitos e território	Violências, acessibilidade, moradia e espaços de brincar.



05 - Participação das crianças e famílias



Participação das famílias

Encontros acessíveis nos territórios.
Inclusão de grupos pouco ouvidos.
Devolutiva sobre as decisões.

Escuta das crianças

Brincadeiras, desenhos e percursos.
Observação dos bebês.
Profissionais preparados para escutar.

Marco Legal. RNPI, Recomendações 2024.

06 - Definição das prioridades

Critérios para decidir

Gravidade da violação de direitos.
Desigualdade entre grupos e territórios.
Urgência e alcance da resposta.

Decisão compartilhada

Relacionar evidências e escutas.
Pactuar prioridades entre os setores.
Registrar razões e resultados esperados.



Áreas que precisam aparecer no plano

Saúde e nutrição	Gestação, cuidado integral, vacinação e alimentação adequada.
Educação e proteção	Acesso com qualidade, inclusão e apoio às famílias.
Convivência e território	Cultura, brincar, natureza e espaços seguros.
Temas transversais	Antirracismo, prevenção das violências, combate ao racismo, inclusão, ECA ambiental e proteção digital.



Marco Legal da RNPI. Observa. RNPI, Guia 2026.

Dois marcos para proteger as infâncias

ECA Digital

Lei nº 15.211/2025
Proteção de crianças e adolescentes nos produtos e serviços digitais.

ECA Ambiental

Lei nº 15.512/2026
Direito à natureza, ao brincar livre e a ambientes saudáveis.



Leis consultadas em 16/10/2026. Os cuidados cotidianos também se apoiam em orientações de saúde.

ECA Digital: responsabilidade compartilhada

Plataformas — Prevenir riscos e adotar proteção desde a concepção dos serviços.

Famílias — Acompanhar o acesso e utilizar os recursos de supervisão disponíveis.

Poder público — Regular, fiscalizar e organizar ações de proteção e educação digital.



Lei nº 15.211/2025. Em vigor desde 17 de março de 2026.

Proteções previstas para o ambiente digital

Privacidade — Configurações mais protetivas por padrão e cuidado com dados pessoais.

Segurança — Medidas para reduzir exposição a conteúdos inadequados e contatos prejudiciais.

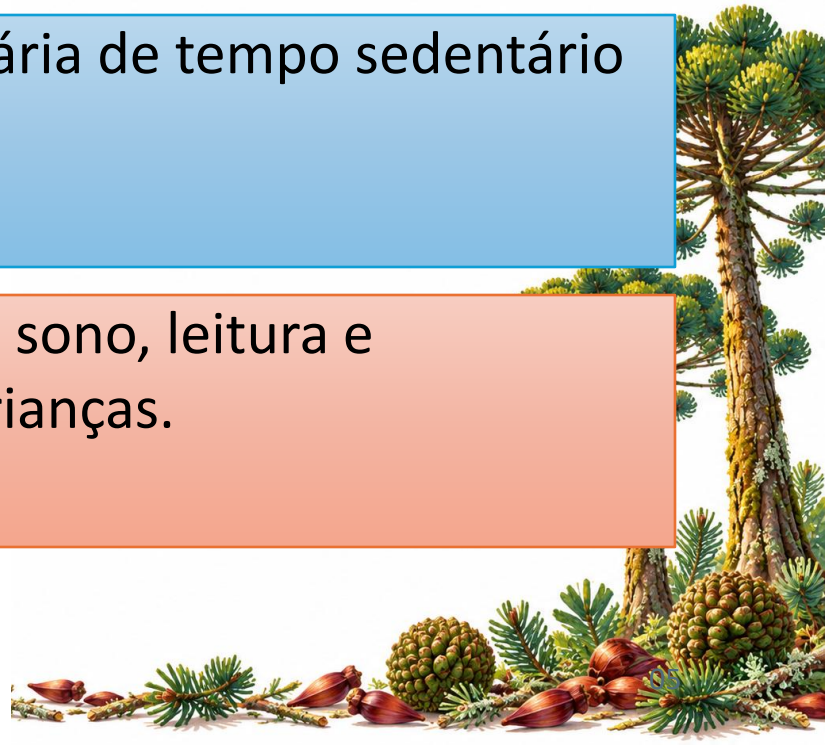
Consumo — Proibição de publicidade por perfilamento e de caixas de recompensa nos jogos abrangidos pela lei.



Lei nº 15.211/25. Obrigações dos fornecedores, conforme o alcance de cada dispositivo.

Telas: recomendações de saúde

Menores de 3 anos	O guia brasileiro recomenda evitar telas, com exceção de videochamadas familiares acompanhadas.
Dos 3 aos 6 anos	A OMS recomenda até uma hora diária de tempo sedentário de tela. Quanto menos, melhor.
Na rotina	Preservar brincadeiras, movimento, sono, leitura e convivência com adultos e outras crianças.



Recomendações de saúde. A Lei do ECA Digital não estabelece esse limite diário por idade.

Cuidados digitais no cotidiano familiar

Escolher e acompanhar	Selecionar o conteúdo e conversar sobre o que a criança vê. Evitar o acesso solitário.
Proteger as rotinas	Fazer refeições sem telas e desconectar uma a duas horas antes de dormir.
Oferecer alternativas	Ler, cantar, brincar e estar ao ar livre. O adulto também precisa de momentos de desconexão.



Fotos, vídeos e dados das crianças

Antes de publicar

Avaliar finalidade, necessidade e possíveis riscos de exposição.

Na escola

Definir acesso, guarda e compartilhamento dos registros. Restringir dados ao necessário.

Na família

Evitar divulgar localização, rotina, banho, sofrimento ou situações constrangedoras.



Educação infantil e proteção digital

Organizar os ambientes

Priorizar brinquedos, livros e interações nas salas e nos espaços de espera.

Planejar o uso

Discutir finalidade e mediação. Garantir acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva quando necessários.

Formar os adultos

Orientar equipes e famílias sobre imagens, privacidade, conteúdo e supervisão.



Quando houver exposição ou violência digital

Acolher

Escutar a criança com calma e evitar culpa, vergonha ou punição por pedir ajuda.

Interromper o risco

Bloquear contatos e denunciar na plataforma. Guardar links, datas e protocolos, sem redistribuir imagens íntimas.

Acionar a rede

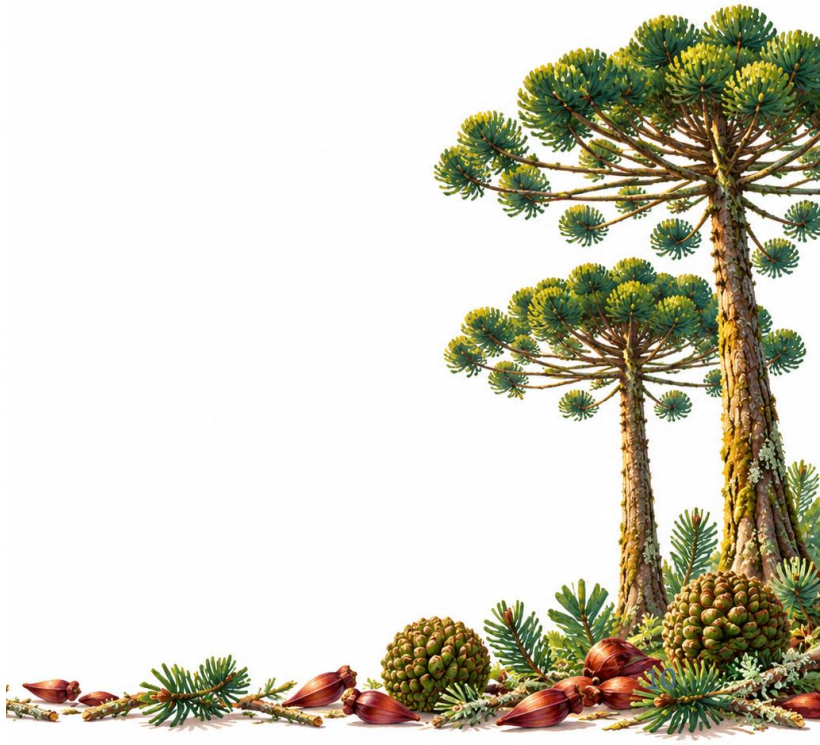
Buscar Conselho Tutelar e serviços competentes. Situações de risco imediato exigem proteção urgente.



ECA Ambiental: direito à natureza

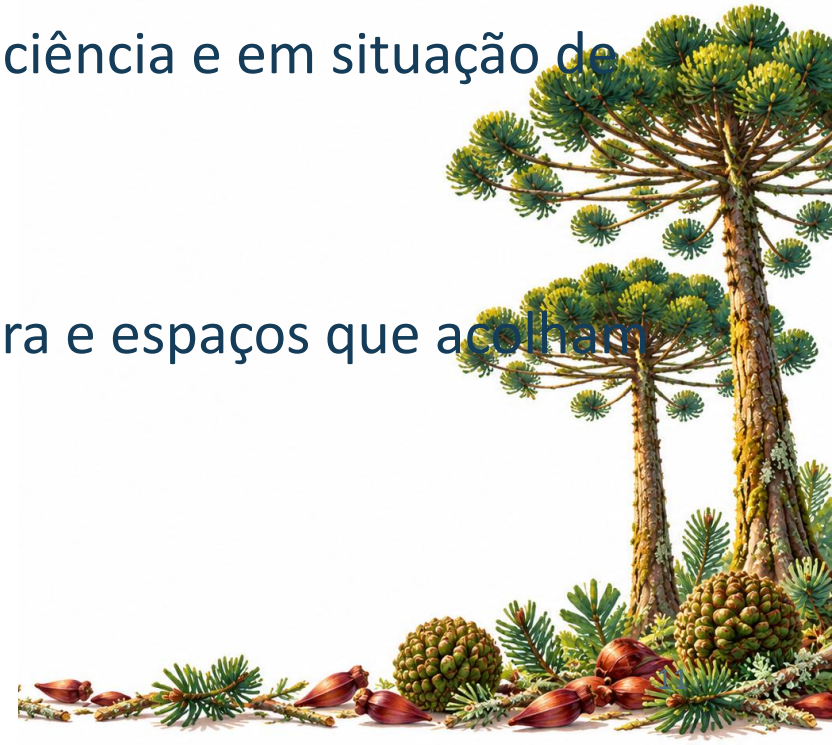
Brincar e conviver com a natureza integra a proteção integral da infância.

A Lei nº 15.512/2026 inclui expressamente a natureza entre os direitos do art. 4º do ECA.



Acesso regular, seguro e equitativo

Perto de casa e da escola	Áreas naturais, verdes e azuis devem integrar o planejamento do território.
Prioridade de acesso	Primeira infância, crianças com deficiência e em situação de risco ou vulnerabilidade.
Condições de participação	Acessibilidade, rotas seguras, sombra e espaços que acolham diferentes formas de explorar.



Áreas azuis incluem ecossistemas aquáticos. O acesso exige prevenção de afogamentos.

Solo, plantas e animais: cuidados necessários

Inspecionar o espaço

Verificar fezes de animais, resíduos, objetos cortantes e possibilidade de contaminação.

Conhecer as plantas

Identificar espécies e manter plantas tóxicas fora do alcance. Não permitir ingestão de folhas, flores ou frutos desconhecidos.

Preparar e acompanhar

Higienizar as mãos após a atividade e adequar propostas a alergias e necessidades individuais.



Prioridades para a gestão municipal

Educação e Meio Ambiente	Qualificar pátios, arborização e acessibilidade. Planejar o uso cotidiano dos espaços naturais.
Saúde e Assistência	Apoiar famílias, orientar cuidados e identificar barreiras de acesso e proteção.
Planejamento e Defesa Civil	Mapear riscos, organizar rotas seguras e inserir as ações no PMPI e no orçamento.



Inclusão e enfrentamento ao racismo no PMPI

Direitos, ações e metas para a gestão municipal

Inclusão

Participação com os apoios necessários

Equidade racial

Proteção, identidade e pertencimento



07 - Metas, ações e indicadores

O que mudar	Problema, objetivo e população a atender.
Quanto e até quando	Situação inicial, meta e prazo.
Como executar	Ações, órgão responsável e parceiros.
Como acompanhar	Indicador, fonte do dado e frequência de análise.



RNPI, Recomendações 2024. RNPI, Guia 2026.

Exemplo de uma meta acompanhável

Situação inicial	40 crianças de 4 e 5 anos fora da pré-escola.
Meta proposta	Localizar as 40 crianças em 30 dias e viabilizar matrícula.
Responsabilidade	Educação coordena busca ativa com a rede local.
Acompanhamento	Verificar mensalmente matrícula e frequência.



Exemplo hipotético para discussão. Valores e prazo ilustrativos.

08 - Orçamento e viabilidade

Estimativa	Calcular investimento inicial e despesas de manutenção.
Financiamento	Identificar recursos e responsabilidades de cada setor.
Integração	Relacionar as ações ao PPA, à LDO e à LOA.
Execução	Definir metas anuais e acompanhar o gasto realizado.



Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. LRF. Constituição Federal.

09 - Redação do plano

Contexto	Processo participativo, diagnóstico e fundamentos legais.
Compromissos	Princípios, prioridades e objetivos.
Matriz de execução	Metas, ações, prazos, responsáveis e recursos.
Gestão do plano	Vigência, monitoramento, avaliação e revisão.



RNPI e UNICEF. RNPI, Guia 2026.

10 - Consulta pública e ajustes

A sociedade conhece e aperfeiçoa a proposta

01 Divulgar a versão preliminar e formas de contribuição.

02 Realizar debates com acessibilidade e alcance territorial.

03 Responder às sugestões e consolidar a versão final.

Entrega: relatório da consulta e texto revisado.



11 - Deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

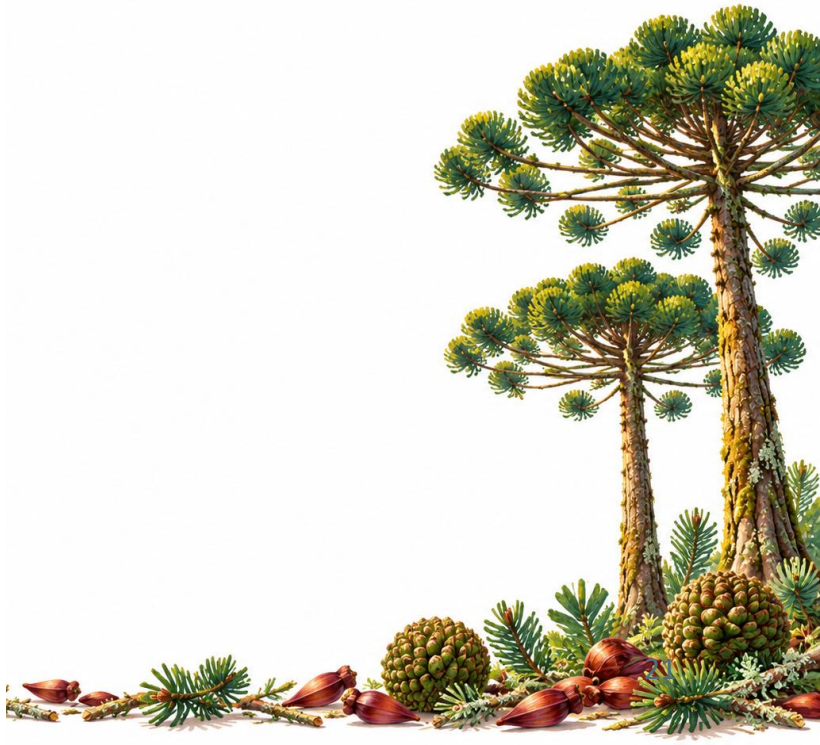
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

01 Encaminhar o plano e os registros de participação.

02 Apresentar prioridades, metas e responsabilidades.

03 Atender aos ajustes e registrar a deliberação.

Entrega: ata e resolução, conforme as regras locais.



Revisão técnica e jurídica do projeto

Equipe técnica e Finanças

Conferem metas e custos.
Confirmam responsáveis e fontes.
Verificam a integração ao orçamento.

Procuradoria municipal

Examina competência e iniciativa.
Revisa a minuta e o anexo.
Confere as exigências legais locais.



LRF. Constituição Federal. RNPI, Guia 2026.

Conteúdo da minuta de lei

Instituição do PMPI	Nome, vigência e plano integral como anexo.
Governança	Coordenação, execução e participação social.
Acompanhamento	Relatórios, avaliação periódica e regras de revisão.
Orçamento	Articulação com o planejamento e as leis orçamentárias.



RNPI, Guia 2026. Constituição Federal. LRF.

12 - Tramitação na Câmara Municipal

O Executivo encaminha o projeto de lei

01 Protocolar mensagem, justificativa e plano anexo.

02 Acompanhar comissões, debates e eventuais emendas.

03 Oferecer apoio técnico para a discussão e votação.

Entrega: texto aprovado pelo Poder Legislativo.



Sanção, promulgação e publicação

Sanção ou veto	O prefeito aprecia o texto aprovado, no prazo local.
Se houver veto	A Câmara o analisa conforme a Lei Orgânica.
Promulgação	A autoridade competente formaliza a existência da lei.
Publicação	Divulgar a lei e o plano anexo no veículo oficial.



Constituição Federal. RNPI, Guia 2020.

Documentos até a publicação da lei

Construção participativa

Ato da comissão e plano de trabalho.
Diagnóstico e matriz de ações.
Registros das escutas e da consulta.
Deliberação do CMDCA.

Processo legislativo

Análises técnica e jurídica.
Projeto, justificativa e anexo.
Texto final aprovado na Câmara.
Lei e plano publicados.



RNPI, Recomendações 2024. RNPI, Guia 2020.

Depois da lei: execução e acompanhamento

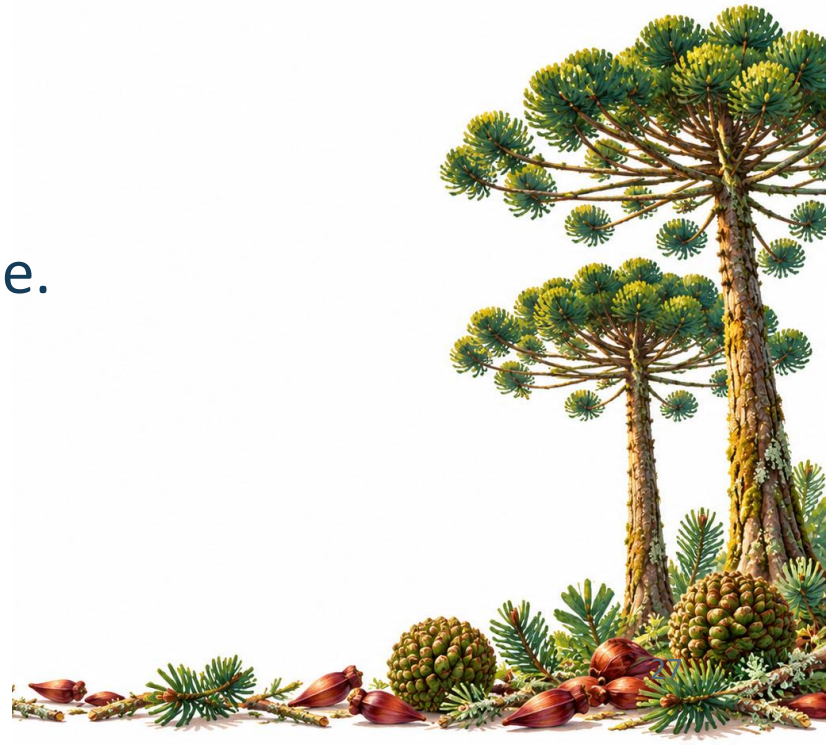
O plano entra na rotina da gestão

01 Pactuar o plano anual de execução com os setores.

02 Acompanhar indicadores e execução orçamentária.

03 Divulgar resultados e corrigir atrasos com a sociedade.

Entrega: ações em curso e relatórios públicos periódicos.



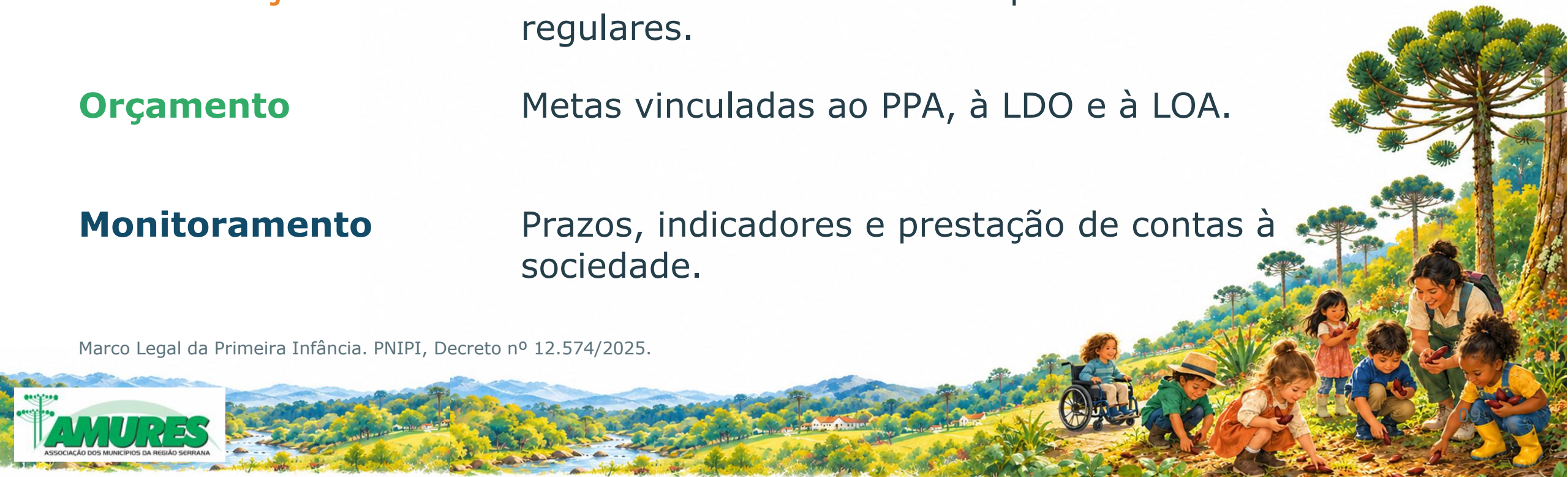
Uma proposta de calendário

Mês 1	Mobilização, comissão e plano de trabalho.
Meses 2 e 3	Diagnóstico e participação nos territórios.
Meses 4 e 5	Metas, custos, redação e consulta pública.
Mês 6 em diante	Deliberações e tramitação legislativa.



O plano precisa chegar ao orçamento e à criança

Diagnóstico	Quem são as crianças e quais direitos ainda faltam?
Governança	Comitê intersetorial com responsabilidades e reuniões regulares.
Orçamento	Metas vinculadas ao PPA, à LDO e à LOA.
Monitoramento	Prazos, indicadores e prestação de contas à sociedade.



Marco Legal da Primeira Infância. PNIPI, Decreto nº 12.574/2025.

Primeira infância e a Educação Infantil

Proteção, cuidado e educação com equidade e qualidade



Tese central da Educação Infantil

Não existe uma infância única.
Existem infâncias — com territórios, culturas, línguas, corpos, histórias e direitos.

A Educação Infantil de qualidade não padroniza crianças: cria condições para que cada uma pertença, participe, brinque, aprenda e seja reconhecida.

QUALIDADE + EQUIDADE



AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

O novo ponto de partida: qualidade inseparável da equidade

Gestão democrática

política pública, planejamento e monitoramento

Proposta pedagógica

interações, brincadeiras e culturas infantis

Profissionais valorizados

formação, condições de trabalho e escuta

Ambientes de aprendizagem

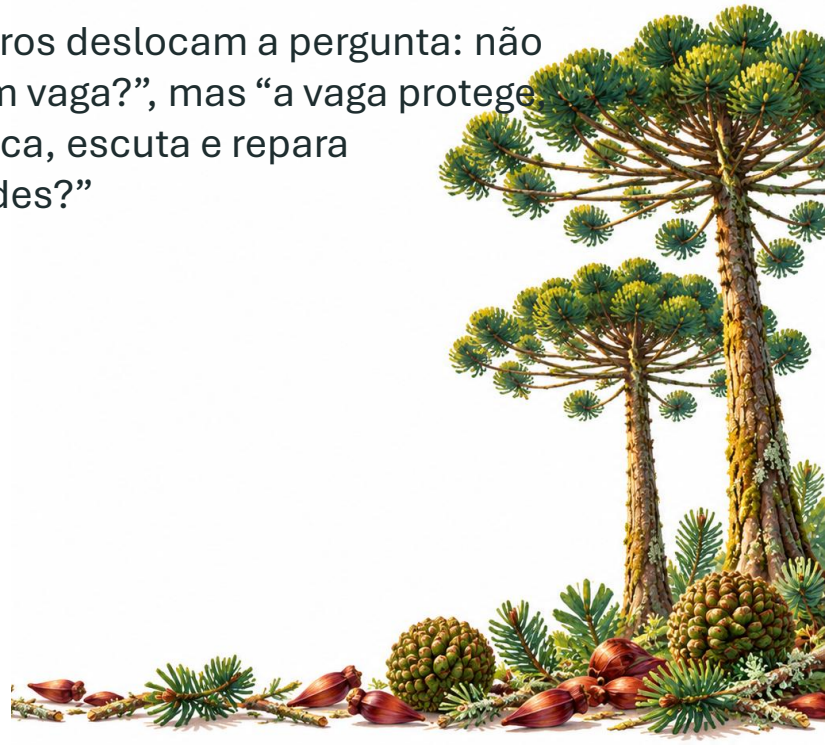
infraestrutura, acessibilidade, salas de referência, áreas externas próxima a natureza

Avaliação sensível

documentação, observação e direitos

Qualidade sem equidade organiza a escola, mas não transforma a vida das crianças.

Os Parâmetros deslocam a pergunta: não apenas “tem vaga?”, mas “a vaga protege, acolhe, educa, escuta e repara desigualdades?”



Fonte: MEC/CNE, Resolução CNE/CEB nº 1/2024 e Parâmetros Nacionais.

A Política Nacional da Educação Infantil

desafios, perspectivas e o compromisso dos municípios com a garantia dos direitos das crianças







Plano Nacional de Educação

Qualidade

Equidade

Direito das crianças

"Uma vaga sem qualidade não realiza integralmente o direito da criança à Educação Infantil."

O Brasil precisa mudar a pergunta

- Durante décadas, perguntamos: quantas crianças conseguimos colocar na creche e na pré-escola?
- Essa pergunta continua necessária, mas já não é suficiente.
- **Agora precisamos perguntar: quais crianças chegam, quais ficam de fora e em que condições são atendidas?**

Do acesso ao direito à experiência educativa de qualidade.



2026: principais eixos e novidades



- ❑ Novo PNE 2026–2036: expansão com equidade.
- ❑ Valorização profissional dos professores da Educação Infantil. LEI nº 15.326, de 6 de janeiro de 2026.
- ❑ Equidade em todos os territórios da infância.
- ❑ Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil — Conaquei.

Da igualdade de oportunidade à equidade e à justiça educacional

DESIGUALDADE

Acesso desigual às oportunidades.

Nem todas as crianças começam do mesmo lugar.



IGUALDADE?

Os mesmos recursos e apoios para todos.

Tratar todos da mesma forma não corrige desigualdades.



EQUIDADE

Apoios diferenciados para responder às necessidades de cada criança.

Dar a cada estudante o que precisa para participar, permanecer e aprender.



JUSTIÇA

Transformar o sistema para garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem.

Quando o sistema muda, o direito à educação de qualidade e equidade se torna real para todos.



Toda criança tem direito à educação de qualidade com equidade.
Nosso compromisso é fazer todos os esforços para não deixar nenhum estudante para trás.

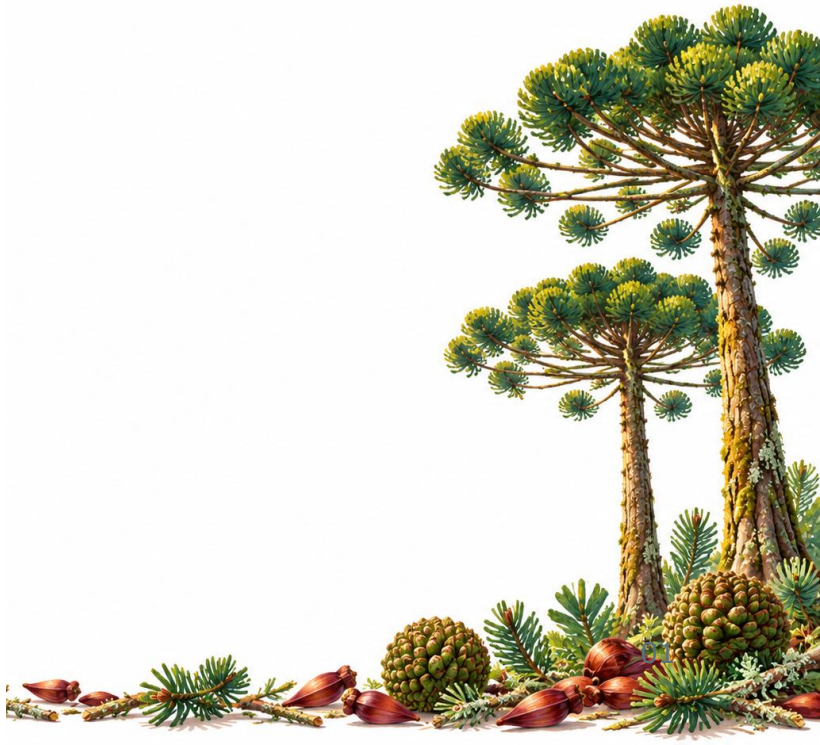
Fonte de inspiração: adaptação livre do conceito visual 'Inequality, Equality, Equity, Justice' — Lunchbreatth, baseado em 'The Giving Tree', de Shel Silverstein, para o Design in Tech Report 2019, de John Maeda.

Educação Infantil na AMURES

Acesso e equidade

O cenário municipal e os referenciais do PNE 2026–2036

População infantil, creche, pré-escola, Cadastro Único e Bolsa Família



Os referenciais do PNE 2026–2036

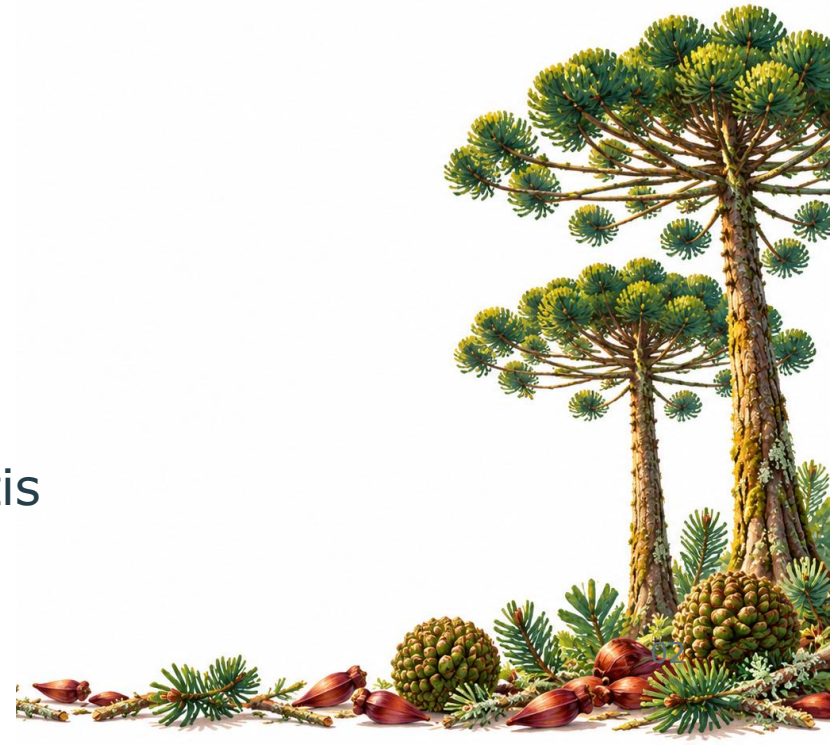
Creche

Atender toda a demanda manifesta. Atingir pelo menos 60% das crianças de até 3 anos no Brasil até 2036.

Pré-escola

Universalizar o acesso das crianças de 4 e 5 anos até o segundo ano de vigência do PNE, em 2028.

Equidade: reduzir a diferença de acesso à creche entre os quintis de maior e menor renda a, no máximo, 10 pontos percentuais.



Lei nº 15.388/2026. Anexo I, metas 1.a, 1.b e 1.c.

Anita Garibaldi

706 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	210	**53,71%**	391
Pré-escola (4 e 5 anos)	175	**84,54%**	207
Cadastro Único (0 a 6 anos)	444	**62,89%**	706
Bolsa Família (0 a 6 anos)	298	**42,21%**	706

Creche: mais 25 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 32 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Bocaina do Sul

302 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	96	**59,26%**	162
Pré-escola (4 e 5 anos)	80	**86,96%**	92
Cadastro Único (0 a 6 anos)	201	**66,56%**	302
Bolsa Família (0 a 6 anos)	125	**41,39%**	302

Creche: mais 2 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 12 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Bom Jardim da Serra

337 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	94	**51,65%**	182
Pré-escola (4 e 5 anos)	96	**94,12%**	102
Cadastro Único (0 a 6 anos)	284	**84,27%**	337
Bolsa Família (0 a 6 anos)	221	**65,58%**	337

Creche: mais 16 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 6 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Bom Retiro

784 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	242	**55,50%**	436
Pré-escola (4 e 5 anos)	221	**96,51%**	229
Cadastro Único (0 a 6 anos)	468	**59,69%**	784
Bolsa Família (0 a 6 anos)	306	**39,03%**	784

Creche: mais 20 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 8 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Campo Belo do Sul

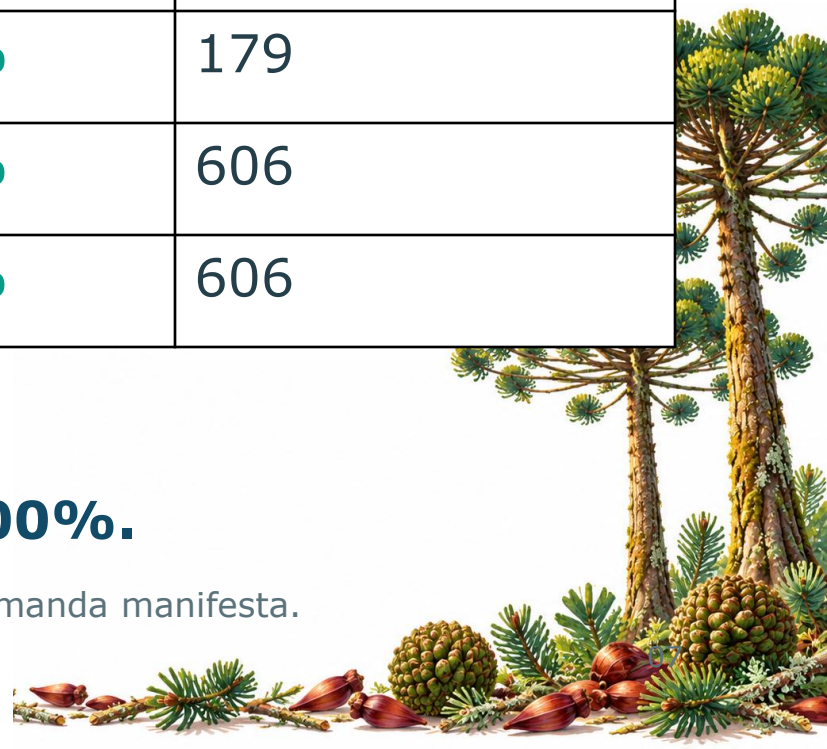
606 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	176	**52,85%**	333
Pré-escola (4 e 5 anos)	167	**93,30%**	179
Cadastro Único (0 a 6 anos)	399	**65,84%**	606
Bolsa Família (0 a 6 anos)	269	**44,39%**	606

Creche: mais 24 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 12 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.



Capão Alto

213 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	69	**58,47%**	118
Pré-escola (4 e 5 anos)	59	**95,16%**	62
Cadastro Único (0 a 6 anos)	117	**54,93%**	213
Bolsa Família (0 a 6 anos)	61	**28,64%**	213

Creche: mais 2 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 3 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Cerro Negro

267 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	55	**38,46%**	143
Pré-escola (4 e 5 anos)	79	**97,53%**	81
Cadastro Único (0 a 6 anos)	225	**84,27%**	267
Bolsa Família (0 a 6 anos)	147	**55,06%**	267

Creche: mais 31 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 2 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Correia Pinto

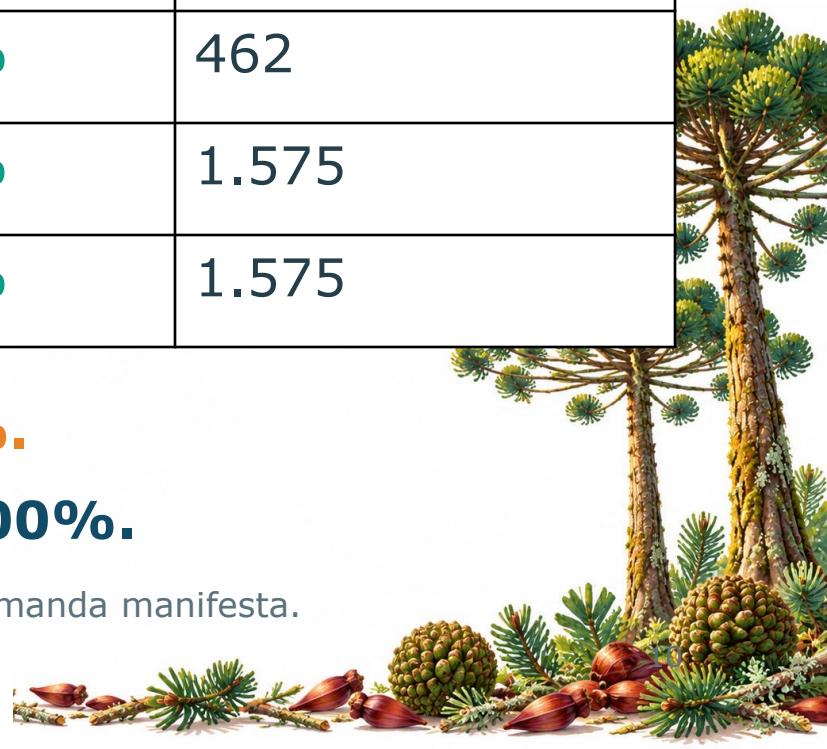
1.575 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	393	**44,97%**	874
Pré-escola (4 e 5 anos)	434	**93,94%**	462
Cadastro Único (0 a 6 anos)	898	**57,02%**	1.575
Bolsa Família (0 a 6 anos)	539	**34,22%**	1.575

Creche: mais 132 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 28 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.



Lages

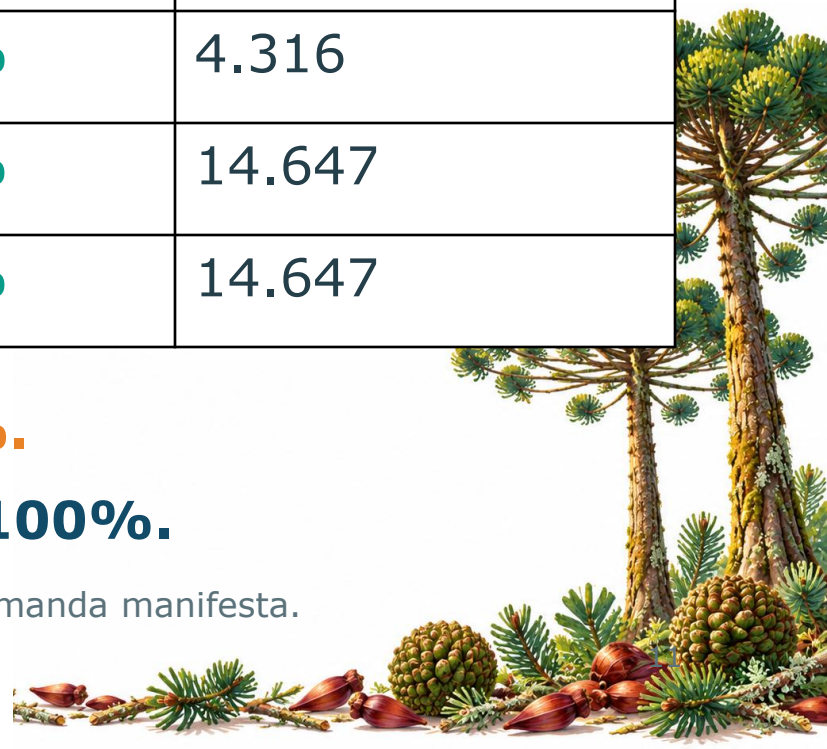
14.647 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	4.239	**52,42%**	8.087
Pré-escola (4 e 5 anos)	3.725	**86,31%**	4.316
Cadastro Único (0 a 6 anos)	7.329	**50,04%**	14.647
Bolsa Família (0 a 6 anos)	4.812	**32,85%**	14.647

Creche: mais 614 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 591 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.



Otacílio Costa

1.675 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	536	**57,95%**	925
Pré-escola (4 e 5 anos)	426	**86,23%**	494
Cadastro Único (0 a 6 anos)	450	**26,87%**	1.675
Bolsa Família (0 a 6 anos)	310	**18,51%**	1.675

Creche: mais 19 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 68 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Painel

179 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	44	**44,90%**	98
Pré-escola (4 e 5 anos)	63	**100,00%[1]**	53
Cadastro Único (0 a 6 anos)	132	**73,74%**	179
Bolsa Família (0 a 6 anos)	66	**36,87%**	179

Creche: mais 15 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: validar o atendimento das crianças residentes.

Simulação com população de 2025. [1] Portal limita a 100%. Não comprova acesso de todos os residentes.

Palmeira

187 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	57	**56,44%**	101
Pré-escola (4 e 5 anos)	72	**100,00%[1]**	56
Cadastro Único (0 a 6 anos)	119	**63,64%**	187
Bolsa Família (0 a 6 anos)	82	**43,85%**	187

Creche: mais 4 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: validar o atendimento das crianças residentes.

Simulação com população de 2025. [1] Portal limita a 100%. Não comprova acesso de todos os residentes.

Ponte Alta

356 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	113	**58,55%**	193
Pré-escola (4 e 5 anos)	112	**100,00%¹**	107
Cadastro Único (0 a 6 anos)	252	**70,79%**	356
Bolsa Família (0 a 6 anos)	113	**31,74%**	356

Creche: mais 3 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: validar o atendimento das crianças residentes.

Simulação com população de 2025. ¹ Portal limita a 100%. Não comprova acesso de todos os residentes.

Rio Rufino

195 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	58	**55,77%**	104
Pré-escola (4 e 5 anos)	57	**95,00%**	60
Cadastro Único (0 a 6 anos)	128	**65,64%**	195
Bolsa Família (0 a 6 anos)	75	**38,46%**	195

Creche: mais 5 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 3 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

Primeira Infância em Dados. Referência: 2025. Consulta: 08/10/2026.

São Joaquim

2.468 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	554	**40,47%**	1.369
Pré-escola (4 e 5 anos)	680	**93,92%**	724
Cadastro Único (0 a 6 anos)	1.350	**54,70%**	2.468
Bolsa Família (0 a 6 anos)	758	**30,71%**	2.468

Creche: mais 268 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 44 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.

São José do Cerrito

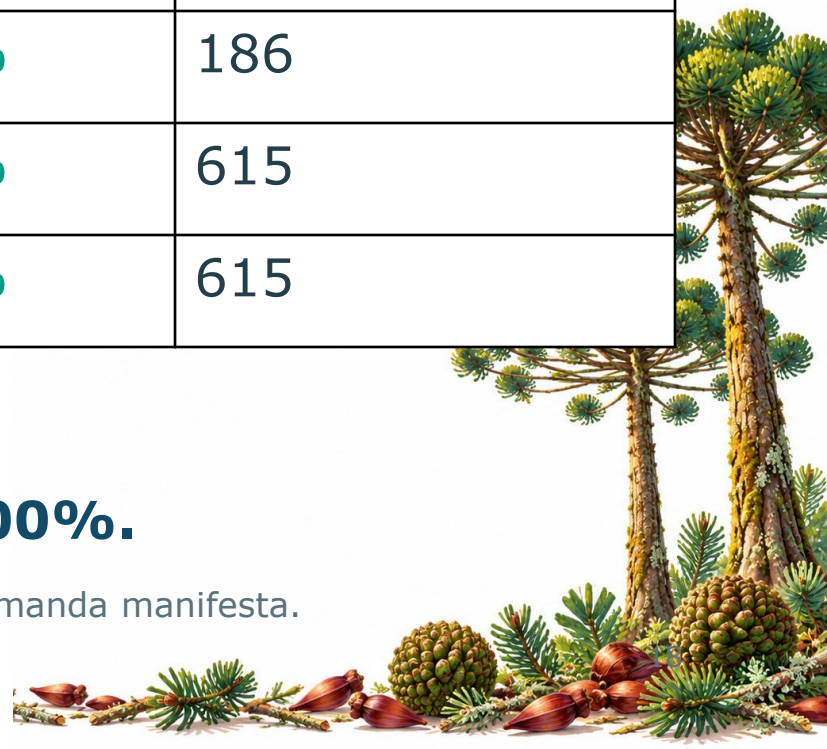
615 **crianças de 0 a 6 anos completos**

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	118	**35,76%**	330
Pré-escola (4 e 5 anos)	168	**90,32%**	186
Cadastro Único (0 a 6 anos)	546	**88,78%**	615
Bolsa Família (0 a 6 anos)	405	**65,85%**	615

Creche: mais 80 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 18 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.



Urubici

970 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	342	**64,53%**	530
Pré-escola (4 e 5 anos)	311	**100,00%[1]**	289
Cadastro Único (0 a 6 anos)	577	**59,48%**	970
Bolsa Família (0 a 6 anos)	410	**42,27%**	970

Creche: acima do referencial de 60%. Verificar a demanda manifesta.

Pré-escola: validar o atendimento das crianças residentes.

Simulação com população de 2025. [1] Portal limita a 100%. Não comprova acesso de todos os residentes.

Primeira Infância em Dados. Referência: 2025. Consulta: 08/10/2026.

Urupema

224 crianças de 0 a 6 anos completos

Indicador	Número	Percentual	População-base
Creche (0 a 3 anos)	63	**52,94%**	119
Pré-escola (4 e 5 anos)	66	**95,65%**	69
Cadastro Único (0 a 6 anos)	133	**59,38%**	224
Bolsa Família (0 a 6 anos)	90	**40,18%**	224

Creche: mais 9 matrículas para o referencial de 60%.

Pré-escola: mais 3 matrículas para o referencial de 100%.

Simulação com população de 2025. Diferença numérica não equivale à fila de espera ou à demanda manifesta.



Como interpretar os indicadores

Ano de referência

População e matrículas: 2025. CadÚnico e Bolsa Família: dezembro de 2025.

Faixas etárias

Total e proteção social: 0 a 6 anos completos. Creche: 0 a 3. Pré-escola: 4 e 5.

Cobertura

Razão entre matrículas e população estimada. O portal limita o percentual a 100%.

Planejamento

As diferenças são simulações com população fixa. Validar residência, demanda manifesta e fila de espera.



“Um bom sistema educacional melhora a média. Um sistema educacional justo reduz a distância entre as crianças.”

A primeira infância é o lugar onde o município pode começar essa transformação.



Riqueza e vulnerabilidade nos 18 municípios

Indicadores econômicos e sociais para o planejamento municipal

AMURES

Quanto se produz
Quanto chega às pessoas
Quem precisa de mais proteção

PIB por habitante 2023 • Renda domiciliar 2022 • IDHM 2010

Como interpretar os indicadores

Os anos são diferentes e permanecem identificados em toda a apresentação

PIB por habitante

Produção econômica anual dividida pela população. Ajuda a comparar a intensidade da produção no território.

Renda domiciliar por pessoa

Rendimentos do domicílio divididos pelos moradores. A equivalência anual apresentada é a média mensal de 2022 × 12.

IDHM e baixa renda

O IDHM combina renda, educação e longevidade. A parcela com até meio salário mínimo oferece um recorte direto de baixa renda em 2022.

PIB elevado pode coexistir com baixa renda familiar. O IDHM de 2010 exige leitura histórica.

Comparativo dos municípios 1 de 3

R$ por pessoa • Valores nominais • Faixas etárias gerais da população

Município	PIB anual 2023	Renda anual equivalente[1]	IDHM 2010	Até ½ salário mínimo[2]
Anita Garibaldi	R$ 30.354,97	R$ 17.619,84	0,688	24,0%
Bocaina do Sul	R$ 41.275,58	R$ 18.735,72	0,647	16,6%
Bom Jardim da Serra	R$ 84.150,09	R$ 19.102,32	0,696	20,7%
Bom Retiro	R$ 53.987,85	R$ 20.522,52	0,699	14,6%
Campo Belo do Sul	R$ 55.322,62	R$ 15.518,16	0,641	28,9%
Capão Alto	R$ 107.351,78	R$ 16.067,76	0,654	26,3%

[1] Média mensal domiciliar por pessoa de 2022 × 12. Não é rendimento anual observado.

[2] Em 2022: até R$ 606 mensais por pessoa, incluindo sem rendimento. Fonte: IBGE/SIDRA.

Comparativo dos municípios 2 de 3

R$ por pessoa • Valores nominais • Faixas etárias gerais da população

Município	PIB anual 2023	Renda anual equivalente[1]	IDHM 2010	Até ½ salário mínimo[2]
Cerro Negro	R$ 45.912,94	R$ 14.438,88	0,621	32,6%
Correia Pinto	R$ 48.533,25	R$ 18.376,80	0,702	18,9%
Lages	R$ 50.561,28	R$ 24.352,92	0,770	15,1%
Otacílio Costa	R$ 73.231,72	R$ 21.513,48	0,740	10,8%
Painel	R$ 50.115,56	R$ 13.876,92	0,664	32,8%
Palmeira	R$ 80.067,61	R$ 18.023,40	0,671	17,9%

[1] Média mensal domiciliar por pessoa de 2022 × 12. Não é rendimento anual observado.

[2] Em 2022: até R$ 606 mensais por pessoa, incluindo sem rendimento. Fonte: IBGE/SIDRA.

Comparativo dos municípios 3 de 3

R$ por pessoa • Valores nominais • Faixas etárias gerais da população

Município	PIB anual 2023	Renda anual equivalente[1]	IDHM 2010	Até ½ salário mínimo[2]
Ponte Alta	R$ 46.316,07	R$ 15.954,24	0,673	24,1%
Rio Rufino	R$ 40.377,29	R$ 21.251,04	0,653	14,3%
São Joaquim	R$ 57.243,95	R$ 19.259,16	0,687	17,6%
São José do Cerrito	R$ 40.869,77	R$ 14.686,56	0,636	30,3%
Urubici	R$ 43.545,84	R$ 24.213,72	0,694	13,1%
Urupema	R$ 49.642,35	R$ 19.795,92	0,699	20,1%

[1] Média mensal domiciliar por pessoa de 2022 × 12. Não é rendimento anual observado.

[2] Em 2022: até R$ 606 mensais por pessoa, incluindo sem rendimento. Fonte: IBGE/SIDRA.

Diferenças que orientam a leitura regional

Posições dentro dos 18 municípios, para cada indicador separadamente

Maior PIB por habitante

1. Capão Alto
R$ 107.351,78

2. Bom Jardim da Serra
R$ 84.150,09

3. Palmeira
R$ 80.067,61

Maior renda por pessoa

1. Lages
R$ 2.029,41/mês

2. Urubici
R$ 2.017,81/mês

3. Otacílio Costa
R$ 1.792,79/mês

Maior parcela de baixa renda

1. Painel
32,8%

2. Cerro Negro
32,6%

3. São José do Cerrito
30,3%

Baixa renda: renda mensal domiciliar por pessoa de até R$ 606 em 2022, incluindo sem rendimento.

Anita Garibaldi

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 30.354,97

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 17.619,84

Média de R$ 1.468,32/mês × 12[1]

IDHM

0,688

Desenvolvimento médio • 2010

24,0%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 1.985 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Bocaina do Sul

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 41.275,58

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 18.735,72

Média de R$ 1.561,31/mês × 12[1]

IDHM

0,647

Desenvolvimento médio • 2010

16,6%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 584 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Bom Jardim da Serra

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 84.150,09

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 19.102,32

Média de R$ 1.591,86/mês × 12[1]

IDHM

0,696

Desenvolvimento médio • 2010

20,7%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 832 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Bom Retiro

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 53.987,85

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 20.522,52

Média de R$ 1.710,21/mês × 12[1]

IDHM

0,699

Desenvolvimento médio • 2010

14,6%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 1.222 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Campo Belo do Sul

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 55.322,62

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 15.518,16

Média de R$ 1.293,18/mês × 12[1]

IDHM

0,641

Desenvolvimento médio • 2010

28,9%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 2.093 pessoas no universo do Censo[2]

Está entre os quatro maiores percentuais de baixa renda da região. Prioridade: proteção de renda e acesso territorial aos serviços.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Capão Alto

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 107.351,78

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 16.067,76

Média de R$ 1.338,98/mês × 12[1]

IDHM

0,654

Desenvolvimento médio • 2010

26,3%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 691 pessoas no universo do Censo[2]

Maior PIB por habitante da AMURES, com 26,3% dos moradores no recorte de baixa renda. A produção não revela, sozinha, a distribuição da renda.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Cerro Negro

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 45.912,94

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 14.438,88

Média de R$ 1.203,24/mês × 12[1]

IDHM

0,621

Desenvolvimento médio • 2010

32,6%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 1.081 pessoas no universo do Censo[2]

Está entre os quatro maiores percentuais de baixa renda da região. Prioridade: proteção de renda e acesso territorial aos serviços.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Correia Pinto

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 48.533,25

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 18.376,80

Média de R$ 1.531,40/mês × 12[1]

IDHM

0,702

Desenvolvimento alto • 2010

18,9%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 2.962 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Lages

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 50.561,28

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 24.352,92

Média de R$ 2.029,41/mês × 12[1]

IDHM

0,770

Desenvolvimento alto • 2010

15,1%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 24.777 pessoas no universo do Censo[2]

Maior renda média por pessoa entre os 18. O porte populacional também concentra o maior número absoluto de moradores no recorte de baixa renda.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Otacílio Costa

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 73.231,72

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 21.513,48

Média de R$ 1.792,79/mês × 12[1]

IDHM

0,740

Desenvolvimento alto • 2010

10,8%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 1.866 pessoas no universo do Censo[2]

Menor percentual de baixa renda entre os 18 neste recorte de 2022. O município ainda precisa identificar e atender as famílias com maiores necessidades.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Painel

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 50.115,56

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 13.876,92

Média de R$ 1.156,41/mês × 12[1]

IDHM

0,664

Desenvolvimento médio • 2010

32,8%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 724 pessoas no universo do Censo[2]

Está entre os quatro maiores percentuais de baixa renda da região. Prioridade: proteção de renda e acesso territorial aos serviços.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Palmeira

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 80.067,61

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 18.023,40

Média de R$ 1.501,95/mês × 12[1]

IDHM

0,671

Desenvolvimento médio • 2010

17,9%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 457 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Ponte Alta

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 46.316,07

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 15.954,24

Média de R$ 1.329,52/mês × 12[1]

IDHM

0,673

Desenvolvimento médio • 2010

24,1%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 1.071 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Rio Rufino

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 40.377,29

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 21.251,04

Média de R$ 1.770,92/mês × 12[1]

IDHM

0,653

Desenvolvimento médio • 2010

14,3%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 343 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

São Joaquim

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 57.243,95

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 19.259,16

Média de R$ 1.604,93/mês × 12[1]

IDHM

0,687

Desenvolvimento médio • 2010

17,6%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 4.546 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

São José do Cerrito

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 40.869,77

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 14.686,56

Média de R$ 1.223,88/mês × 12[1]

IDHM

0,636

Desenvolvimento médio • 2010

30,3%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 2.640 pessoas no universo do Censo[2]

Está entre os quatro maiores percentuais de baixa renda da região. Prioridade: proteção de renda e acesso territorial aos serviços.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Urubici

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 43.545,84

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 24.213,72

Média de R$ 2.017,81/mês × 12[1]

IDHM

0,694

Desenvolvimento médio • 2010

13,1%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 1.420 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Urupema

Perfil econômico e social para leitura conjunta dos indicadores

PIB por habitante

R$ 49.642,35

Produção anual • 2023

Renda anual equivalente

R$ 19.795,92

Média de R$ 1.649,66/mês × 12[1]

IDHM

0,699

Desenvolvimento médio • 2010

20,1%

dos moradores com até ½ salário mínimo por pessoa em 2022

Aproximadamente 533 pessoas no universo do Censo[2]

A renda e o acesso aos serviços devem orientar a busca ativa e as prioridades por bairro e comunidade.

[1] Equivalência calculada, a preços de 2022. [2] Até R$ 606/mês, incluindo sem rendimento. IBGE.

Uma região serrana com múltiplas infâncias

População dos 18 municípios

295.210 habitantes

Crianças de 0 a 6 anos

26.512 crianças

Contagens do Censo 2022, comparáveis entre municípios e faixas etárias.

Como ler os dados e os territórios

Os números têm ano, faixa etária e universo identificados

População e crianças

Total e idades de 0 a 6 anos completos usam o Censo 2022. A participação infantil usa o mesmo ano no numerador e denominador.

Raça e renda

Raça/cor e população rural abrangem todas as idades. A renda é a média mensal por pessoa, a preços de 2022.

Trabalho e cultura

Sínteses territoriais dos planos do CISAMA. Atividades citadas caracterizam o contexto e não medem a ocupação atual de cada família.

Educação do campo

Os quadros trazem prioridades de acesso e currículo. Não constituem inventário de escolas nem comprovam classificações de povos tradicionais.

População e crianças 1 de 3

Censo 2022 • Pessoas residentes nos municípios

Município	População total	Crianças 0 a 6 anos	Crianças no total	População rural
Anita Garibaldi	8.285	722	8,7%	42,6%
Bocaina do Sul	3.515	301	8,6%	63,5%
Bom Jardim da Serra	4.026	375	9,3%	44,0%
Bom Retiro	8.418	851	10,1%	26,1%
Campo Belo do Sul	7.257	614	8,5%	34,9%
Capão Alto	2.625	226	8,6%	57,2%

Crianças: inclui o sexto ano completo. Rural: percentual da população total, de todas as idades.

População e crianças 2 de 3

Censo 2022 • Pessoas residentes nos municípios

Município	População total	Crianças 0 a 6 anos	Crianças no total	População rural
Cerro Negro	3.317	291	8,8%	69,5%
Correia Pinto	15.727	1.570	10,0%	13,8%
Lages	164.981	14.504	8,8%	2,3%
Otacílio Costa	17.312	1.714	9,9%	7,7%
Painel	2.215	188	8,5%	53,0%
Palmeira	2.561	197	7,7%	53,1%

Crianças: inclui o sexto ano completo. Rural: percentual da população total, de todas as idades.

População e crianças 3 de 3

Censo 2022 • Pessoas residentes nos municípios

Município	População total	Crianças 0 a 6 anos	Crianças no total	População rural
Ponte Alta	4.437	380	8,6%	23,5%
Rio Rufino	2.397	219	9,1%	56,9%
São Joaquim	25.939	2.416	9,3%	28,6%
São José do Cerrito	8.708	685	7,9%	66,2%
Urubici	10.834	1.013	9,4%	27,0%
Urupema	2.656	246	9,3%	51,4%

Crianças: inclui o sexto ano completo. Rural: percentual da população total, de todas as idades.

Anita Garibaldi

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

8.285 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

722 crianças

Participação das crianças

8,7% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.468,32/pessoa/mês em 2022.
Agricultura e pecuária, com comércio e serviços locais.

Raça/cor da população total

Branca 63,8% Preta 2,1%
Parda 33,4% Amarela 0,45%
Indígena 0,33% (27 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Memórias tropeiras e da imigração italiana. Rios e reservatórios marcam a paisagem e as relações com o território.

Escolas do campo e acesso

42,6% da população em área rural.
Planejar acesso das comunidades rurais e considerar percursos próximos a rios e reservatórios.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Bocaina do Sul

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

3.515 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

301 crianças

Participação das crianças

8,6% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.561,31/pessoa/mês em 2022.
Agropecuária, apicultura, cultivos agrícolas e produção florestal. Presença de produtos coloniais familiares.

Raça/cor da população total

Branca 69,8% Preta 2,3%
Parda 27,9% Amarela 0,06%
Indígena 0,00% (0 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Saberes de produção familiar, memórias de diferentes povos e paisagens de campos e matas.

Escolas do campo e acesso

63,5% da população em área rural.
Priorizar oferta próxima às comunidades, transporte seguro e currículo ligado à vida no campo.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Bom Jardim da Serra

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

4.026 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

375 crianças

Participação das crianças

9,3% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.591,86/pessoa/mês em 2022.
Agropecuária, fruticultura e turismo associado à Serra do Rio do Rastro.

Raça/cor da população total

Branca 61,8% Preta 4,5%
Parda 33,6% Amarela 0,02%
Indígena 0,02% (1 pessoa)

Cultura e paisagem serrana

Memórias dos caminhos tropeiros, campos de altitude e paisagens da Serra do Rio do Rastro.

Escolas do campo e acesso

44,0% da população em área rural.
Considerar frio, distâncias rurais e segurança das rotas. Valorizar os saberes do campo.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Bom Retiro

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

8.418 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

851 crianças

Participação das crianças

10,1% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.710,21/pessoa/mês em 2022.
Agricultura diversificada, pecuária e apicultura.
Também há atividades industriais e turísticas.

Raça/cor da população total

Branca 73,9% Preta 3,8%
Parda 22,3% Amarela 0,02%
Indígena 0,01% (1 pessoa)

Cultura e paisagem serrana

Campos dos Padres, paisagens de montanha, práticas rurais e referências culturais de diferentes origens.

Escolas do campo e acesso

26,1% da população em área rural.
Articular atendimento urbano e rural, considerando deslocamentos e calendários das famílias.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Campo Belo do Sul

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

7.257 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

614 crianças

Participação das crianças

8,5% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.293,18/pessoa/mês em 2022.
Agropecuária, silvicultura e fruticultura, com referência ao cultivo de kiwi.

Raça/cor da população total

Branca 60,5% Preta 2,9%
Parda 36,5% Amarela 0,06%
Indígena 0,06% (4 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Cultura agropastoril, paisagens serranas e lagos que integram o território municipal.

Escolas do campo e acesso

34,9% da população em área rural.
Apoiar escolas e famílias do campo, com transporte e experiências seguras de natureza.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Capão Alto

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

2.625 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

226 crianças

Participação das crianças

8,6% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.338,98/pessoa/mês em 2022.
Agricultura, pecuária e produção florestal. A renda das famílias precisa ser lida separadamente do PIB.

Raça/cor da população total

Branca 66,2% Preta 4,0%
Parda 29,8% Amarela 0,08%
Indígena 0,00% (0 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Memórias tropeiras e de fazendas, modos de vida rurais e paisagens de campos.

Escolas do campo e acesso

57,2% da população em área rural.
Priorizar acesso das comunidades dispersas e preservar vínculos entre escola e território.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Cerro Negro

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

3.317 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

291 crianças

Participação das crianças

8,8% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.203,24/pessoa/mês em 2022.
Agricultura, produção de leite, apicultura e madeira de reflorestamento.

Raça/cor da população total

Branca 53,7% Preta 1,9%
Parda 44,1% Amarela 0,30%
Indígena 0,00% (0 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Vale do Rio Canoas, Gruta de Linda Vista e práticas comunitárias vinculadas à vida rural.

Escolas do campo e acesso

69,5% da população em área rural.
Forte presença rural exige oferta territorial, rotas seguras e valorização dos saberes locais.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Correia Pinto

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

15.727 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

1.570 crianças

Participação das crianças

10,0% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.531,40/pessoa/mês em 2022.
Produção florestal e cadeia da madeira, além de comércio e serviços.

Raça/cor da população total

Branca 66,3% Preta 3,0%
Parda 30,4% Amarela 0,26%
Indígena 0,04% (7 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Memórias de ocupação junto ao Rio Canoas e relações entre atividade produtiva e paisagem serrana.

Escolas do campo e acesso

13,8% da população em área rural.
Atender diferenças entre bairros urbanos e comunidades rurais, com cuidado aos percursos.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Lages

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

164.981 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

14.504 crianças

Participação das crianças

8,8% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 2.029,41/pessoa/mês em 2022.
Polo regional de comércio e serviços, com indústria e agropecuária no território.

Raça/cor da população total

Branca 69,4% Preta 4,3%
Parda 26,0% Amarela 0,15%
Indígena 0,06% (100 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Festa Nacional do Pinhão, memórias tropeiras, turismo rural e paisagens da Coxilha Rica.

Escolas do campo e acesso

2,3% da população em área rural.
Combinar atenção aos bairros urbanos com atendimento das comunidades rurais dispersas.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Otacílio Costa

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

17.312 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

1.714 crianças

Participação das crianças

9,9% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.792,79/pessoa/mês em 2022.
Produção de papel e celulose, silvicultura e serviços ligados à atividade industrial.

Raça/cor da população total

Branca 69,1% Preta 2,2%
Parda 28,6% Amarela 0,02%
Indígena 0,04% (7 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Relações entre trabalho industrial, paisagem florestal e vida comunitária serrana.

Escolas do campo e acesso

7,7% da população em área rural.
Considerar horários de trabalho das famílias, acesso urbano e necessidades das comunidades rurais.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Painel

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

2.215 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

188 crianças

Participação das crianças

8,5% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.156,41/pessoa/mês em 2022.
Agricultura, pecuária, fruticultura, apicultura e silvicultura, com referência ao pinhão.

Raça/cor da população total

Branca 62,8% Preta 5,6%
Parda 31,6% Amarela 0,00%
Indígena 0,00% (0 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Araucárias, pinhão e memórias da vida rural compõem referências do território serrano.

Escolas do campo e acesso

53,0% da população em área rural.
Planejar proximidade da oferta, transporte e práticas educativas ligadas à natureza e às comunidades.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Palmeira

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

2.561 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

197 crianças

Participação das crianças

7,7% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.501,95/pessoa/mês em 2022.
Agricultura, silvicultura e atividade industrial, incluindo a indústria química.

Raça/cor da população total

Branca 66,3% Preta 2,9%
Parda 30,6% Amarela 0,12%
Indígena 0,04% (1 pessoa)

Cultura e paisagem serrana

Rio Canoas, Morro da Cruz e referências comunitárias da Igreja de São Miguel Arcanjo.

Escolas do campo e acesso

53,1% da população em área rural.
Articular oferta para famílias rurais e urbanas e reconhecer os diferentes modos de vida.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Ponte Alta

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

4.437 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

380 crianças

Participação das crianças

8,6% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.329,52/pessoa/mês em 2022.
Atividades ligadas à madeira, avicultura e cultivos como milho, feijão e moranga.

Raça/cor da população total

Branca 63,3% Preta 2,8%
Parda 33,4% Amarela 0,50%
Indígena 0,02% (1 pessoa)

Cultura e paisagem serrana

Memórias tropeiras e do Contestado. Gruta do Cafundó e paisagens rurais são referências locais.

Escolas do campo e acesso

23,5% da população em área rural.
Relacionar escola e história local, garantindo acesso das comunidades rurais e transporte seguro.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Rio Rufino

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

2.397 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

219 crianças

Participação das crianças

9,1% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.770,92/pessoa/mês em 2022.
Atividades rurais, comércio e serviços locais, com turismo ligado à natureza.

Raça/cor da população total

Branca 66,0% Preta 6,1%
Parda 27,9% Amarela 0,04%
Indígena 0,00% (0 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Vale do Rio Canoas, Rota do Lambari e Rota das Araucárias articulam paisagem e vida comunitária.

Escolas do campo e acesso

56,9% da população em área rural.
Reconhecer comunidades rurais e relações com rios, sem presumir identidade ribeirinha de todas as famílias.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

São Joaquim

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

25.939 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

2.416 crianças

Participação das crianças

9,3% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.604,93/pessoa/mês em 2022.
Produção de maçã, vinhos de altitude, agropecuária e turismo. O cuidado deve considerar a sazonalidade do trabalho.

Raça/cor da população total

Branca 61,8% Preta 5,4%
Parda 32,1% Amarela 0,66%
Indígena 0,03% (8 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Cultura da maçã, paisagens serranas e diversidade de pertencimentos. Incluir a comunidade quilombola São Sebastião da Várzea.

Escolas do campo e acesso

28,6% da população em área rural.
Integrar campo, cidade e comunidade quilombola, com acessibilidade, antirracismo e transporte seguro.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

São José do Cerrito

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

8.708 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

685 crianças

Participação das crianças

7,9% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.223,88/pessoa/mês em 2022.
Agricultura com referência ao feijão, além de atividades agropecuárias e serviços locais.

Raça/cor da população total

Branca 75,7% Preta 2,3%
Parda 21,9% Amarela 0,06%
Indígena 0,07% (6 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Memórias de Caru e do Contestado, práticas rurais e paisagens de cerros e cascatas.

Escolas do campo e acesso

66,2% da população em área rural.
Forte presença rural demanda oferta territorial, continuidade do atendimento e vínculo com as comunidades.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Urubici

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

10.834 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

1.013 crianças

Participação das crianças

9,4% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 2.017,81/pessoa/mês em 2022.
Agricultura, especialmente hortaliças, e atividades de turismo, hospedagem e alimentação.

Raça/cor da população total

Branca 70,4% Preta 4,4%
Parda 25,1% Amarela 0,07%
Indígena 0,08% (9 pessoas)

Cultura e paisagem serrana

Patrimônio arqueológico, montanhas, rios e cachoeiras. Diferentes histórias de ocupação integram a identidade local.

Escolas do campo e acesso

27,0% da população em área rural.
Considerar vales e distâncias, segurança em áreas naturais e diversidade das famílias atendidas.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Urupema

População e crianças: Censo 2022 • Características do território e leitura para o PMPI

População total

2.656 pessoas

Crianças de 0 a 6 anos

246 crianças

Participação das crianças

9,3% da população

Renda e atividades de trabalho

R$ 1.649,66/pessoa/mês em 2022.
Agropecuária e fruticultura, com destaque histórico para a maçã, além do turismo.

Raça/cor da população total

Branca 62,3% Preta 8,1%
Parda 29,3% Amarela 0,26%
Indígena 0,04% (1 pessoa)

Cultura e paisagem serrana

Frio, araucárias e paisagens de altitude. Saberes rurais e referências do Morro das Torres.

Escolas do campo e acesso

51,4% da população em área rural.
Organizar rotas e ambientes para o frio e valorizar experiências educativas no campo e na natureza.

Fontes: IBGE e diagnósticos territoriais do CISAMA. Educação: prioridades propostas a partir do território.

Campo serra águas e florestas

O currículo territorial exige conhecer as famílias e as comunidades

Identidade serrana

Frio, relevo, araucárias, campos e modos de vida compõem o contexto regional. A cultura serrana reúne diferentes histórias e pertencimentos.

Populações do campo

Agricultores familiares, trabalhadores rurais e outras comunidades têm direito a uma educação ligada às suas condições de vida.

Relações com as águas

Rios, nascentes e reservatórios permitem experiências e exigem proteção. A presença da água, por si só, não define uma população como ribeirinha.

Relações com as florestas

Matas de araucárias e silvicultura são situações distintas. Reflorestamento produtivo não comprova pertencimento aos povos da floresta.

Escolas e atendimento das crianças do campo

Prioridades para o planejamento e a validação em cada município

Oferta e acesso

Localizar as crianças, a demanda de creche e pré-escola e as escolas que as atendem, incluindo unidades urbanas com público predominantemente do campo.

Distâncias e frio

Avaliar tempo de percurso, condições das estradas, segurança, acessibilidade e ambientes adequados para bebês e crianças pequenas.

Currículo com identidade

Trabalhar paisagens, histórias, alimentos e saberes locais com as famílias. Garantir práticas antirracistas e participação das crianças com deficiência.

Inventário municipal

Validar unidades, localização, etapas e público atendido. Os percentuais rurais desta apresentação não informam quantas escolas existem.

Fontes e limites do perfil

Dados oficiais e documentos territoriais, com os recortes preservados

IBGE • Censo Demográfico 2022

SIDRA 9514: população por idade
SIDRA 9923: população urbana e rural
SIDRA 9605: raça/cor
SIDRA 10295: renda domiciliar por pessoa

CISAMA • Diagnósticos municipais de turismo de 2021
Decreto nº 7.352/2010 • Educação do campo

Perfil territorial não equivale a classificação automática de famílias ou escolas.
Fontes específicas e notas metodológicas nas notas dos slides.

Prioridades para o planejamento municipal

Os indicadores ajudam a localizar desigualdades e organizar respostas

Renda e proteção social

Cruzar o diagnóstico com CadÚnico e busca ativa. Benefícios e serviços precisam chegar a quem encontra maiores barreiras.

Acesso nos territórios

Examinar transporte, creche, saúde, alimentação e moradia por bairro, campo e comunidade quilombola.

Orçamento e equidade

Relacionar cada prioridade do PMPI a custo, responsável e indicador. Considerar raça, deficiência e idade no acompanhamento.

Seis prioridades para a ação municipal

Metas precisam combinar acesso, qualidade e equidade.

01 Busca ativa de todas as crianças de 4 e 5 anos

02 Expansão da creche nos territórios de maior necessidade

03 PMPI com metas, orçamento e monitoramento público

04 Qualidade dos espaços, interações e práticas pedagógicas

05 Formação continuada com foco em equidade racial e inclusão

06 Painel nominal integrado entre educação, saúde e assistência



“Um bom sistema educacional melhora a média. Um sistema educacional justo reduz a distância entre as crianças.”

A primeira infância é o lugar onde o município pode começar essa transformação.



Brasil: primeira infância marcada pela desigualdade

18,1 mi

crianças de 0 a 6 anos no Brasil

10 mi

vivem em famílias de baixa renda no CadÚnico

55,4%

da primeira infância está em famílias de baixa renda

71%

das crianças pequenas de baixa renda são negras

A pobreza na primeira infância não é residual: ela estrutura a vida de milhões de crianças brasileiras.



Fonte: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal / MDS, Perfil Síntese da Primeira Infância no CadÚnico.

Creche: o direito que chega menos a quem mais precisa



2,3 milhões de crianças de até 3 anos estão fora da creche por dificuldade de acesso.

Fonte: Todos Pela Educação, com base na PNAD Contínua/IBGE.

A vulnerabilidade rouba condições de infância

28,8 mi crianças e adolescentes vivem pobreza multidimensional

36,9% das crianças estavam em insegurança alimentar em 2023

12,2 mi sem acesso adequado a esgotamento sanitário

2,1 mi sem acesso adequado à água



A criança com fome não chega apenas com o estômago vazio: chega com o corpo em alerta.

Fonte: UNICEF, com base em dados sobre pobreza multidimensional, insegurança alimentar, água e saneamento.

Violências: quando a infância deixa de ser tempo protegido

289,4 mil

denúncias envolvendo crianças e adolescentes no Disque 100 em 2024

87.545

estupros e estupros de vulnerável registrados em 2024

77%

das vítimas tinham menos de 14 anos

A escola não substitui a rede de proteção.
Mas precisa ser parte dela.



Fontes: Disque 100/MDHC; 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Diversidade e Pertencimento

Uma Educação Infantil que não reconhece a diversidade brasileira produz invisibilidades desde muito cedo.

Crianças negras, indígenas, quilombolas, migrantes, do campo, das águas, das florestas e das periferias precisam existir no cotidiano escolar.

Equidade começa quando cada criança consegue responder: eu também existo aqui?



Os territórios precisam entrar na política

- Não existe uma única infância brasileira. Existem infâncias brasileiras.
- O currículo nacional ganha vida quando encontra o território.
- A BNCC precisa conversar com memória, paisagem, cultura, modos de viver, saberes e perguntas das crianças de cada lugar.



Crianças do Campo



Dos Centros Urbanos



Indígenas



Das Florestas



Ribeirinhas



Quilombolas

Pertencimento: o direito de se reconhecer no mundo

Pertencer não é apenas estar matriculado.
É sentir: “minha história cabe aqui”.

- Minha cor aparece com dignidade?
- Meu nome é pronunciado com cuidado?
- Minha família é respeitada?
- Meu território está no currículo?
- Minha cultura é presença — não folclore?



O racismo começa também no cuidado negado



Referências: Jussara N. Santos; Nilma Lino Gomes.

O colo também precisa ser democratizado.

Jussara Santos desloca a educação antirracista para o coração da Educação Infantil: quem recebe colo, consolo, afeto, paciência, escuta e proteção?

Nilma Lino Gomes mostra que corpo negro, cabelo crespo, estética e identidade são dimensões centrais da experiência escolar.

Racismo não é só agressão explícita. Pode ser a distribuição desigual da ternura.

Brasil: primeira infância marcada pela desigualdade

18,1 mi

crianças de 0 a 6 anos no Brasil

10 mi

vivem em famílias de baixa renda no CadÚnico

55,4%

da primeira infância está em famílias de baixa renda

71%

das crianças pequenas de baixa renda são negras

A pobreza na primeira infância não é residual: ela estrutura a vida de milhões de crianças brasileiras.



Fonte: Fundação Maria Ce

Creche: o direito que chega menos a quem mais precisa



2,3 milhões de crianças de até 3 anos estão fora da creche por dificuldade de acesso.

Fonte: Todos Pela Educação, com base na PNAD Contínua/IBGE.

A vulnerabilidade rouba condições de infância

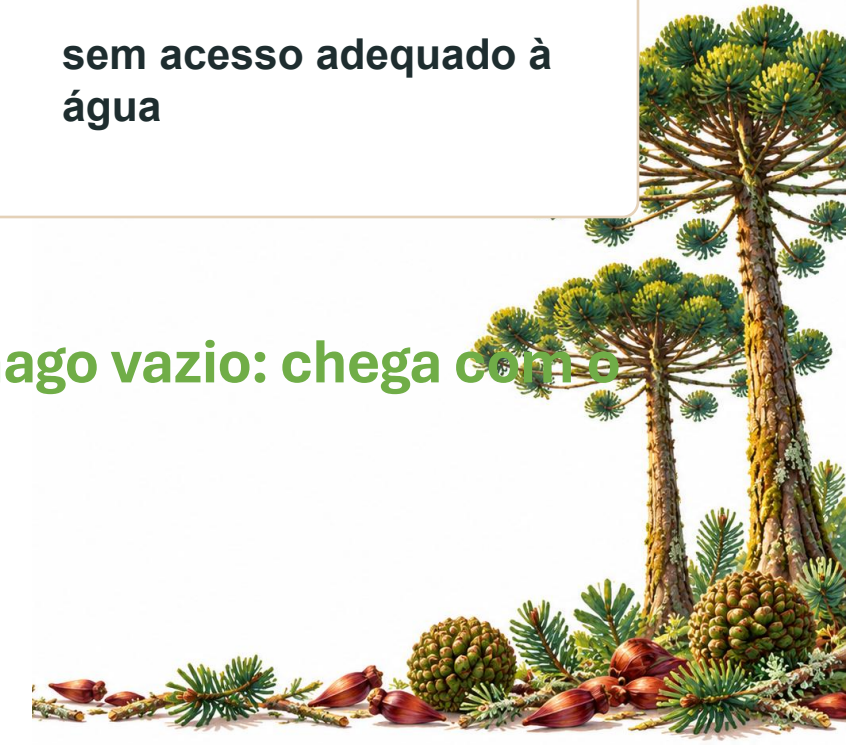
28,8 mi crianças e adolescentes vivem pobreza multidimensional

36,9% das crianças estavam em insegurança alimentar em 2023

12,2 mi sem acesso adequado a esgotamento sanitário

2,1 mi sem acesso adequado à água

A criança com fome não chega apenas com o estômago vazio: chega com o corpo em alerta.



Fonte: UNICEF, a partir de estudos sobre pobreza multidimensional, insegurança alimentar, água e saneamento.

Violências: quando a infância deixa de ser tempo protegido

289,4 mil

denúncias envolvendo crianças e adolescentes no Disque 100 em 2024

87.545

estupros e estupros de vulnerável registrados em 2024

77%

das vítimas tinham menos de 14 anos

A escola não substitui a rede de proteção.
Mas precisa ser parte dela.



Fontes: Disque 100/MDHC; 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A desigualdade aparece depois no 9º ano

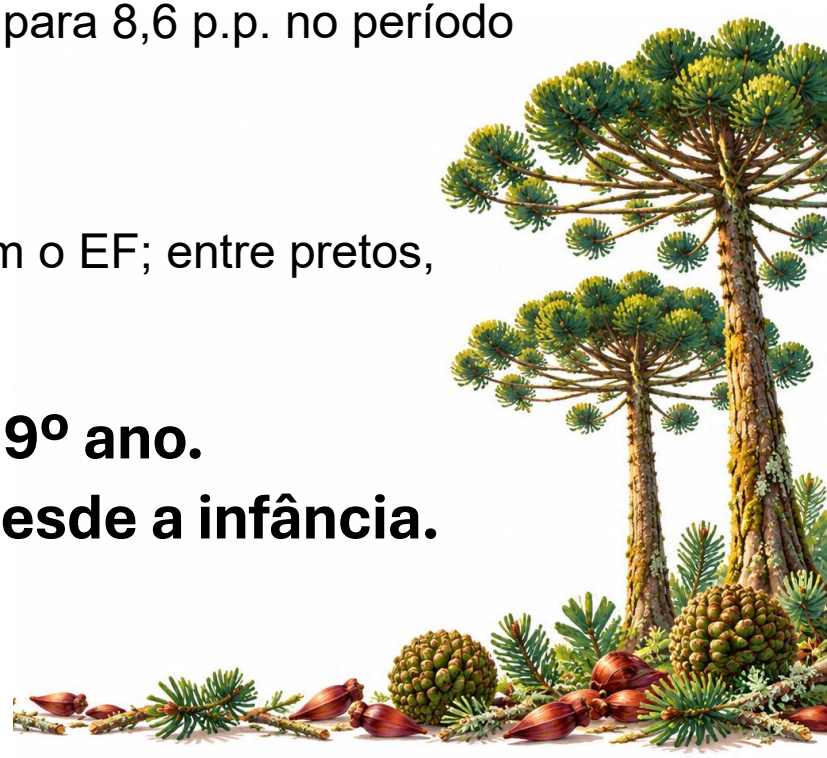
Língua Portuguesa diferença racial no 9º ano passou de 9,6 p.p. para 14,1 p.p. entre 2013 e 2023

Matemática diferença racial no 9º ano subiu de 6,2 p.p. para 8,6 p.p. no período

Conclusão aos 16 anos, 91,5% dos brancos concluíram o EF; entre pretos, 80,9%

O fracasso escolar não nasce no 9º ano.

Ele é produzido por perdas acumuladas desde a infância.



Fonte: Todos Pela Educação

Da infância vulnerável à juventude vulnerabilizada

Quando o Estado chega tarde, a desigualdade chega cedo.

19.801
jovens de 15 a 29 anos assassinados no Brasil em 2024

32.820
homicídios de pessoas negras em 2024

170,3%
taxa de homicídios de negros superior à de não negros

Cada vida jovem perdida é também uma infância que a sociedade não protegeu suficientemente.



Fonte: Atlas da Violência 2026, Ipea/FBSP

O impacto da Educação Infantil na sociedade



Protege — alimentação, cuidado, identificação de violações

Repara — racismo, pobreza, invisibilidade e exclusão

Amplia — linguagens, vínculos, brincadeira, cultura e imaginação

Transforma — trajetórias escolares, famílias, redes e territórios



Cuidar da primeira infância é cuidar do projeto de país que desejamos construir.

A desigualdade aparece depois no 9º ano

Língua Portuguesa — diferença racial no 9º ano passou de 9,6 p.p. para 14,1 p.p. entre 2013 e 2023

Matemática — diferença racial no 9º ano subiu de 6,2 p.p. para 8,6 p.p. no período

Conclusão — aos 16 anos, 91,5% dos brancos concluíram o EF; entre pretos, 80,9%

O fracasso escolar não nasce no 9º ano.
Ele é produzido por perdas acumuladas desde a infância.



Fonte: Todos Pela Educação

Da infância vulnerável à juventude vulnerabilizada

Quando o Estado chega tarde, a desigualdade chega cedo.

19.801
jovens de 15 a 29 anos assassinados no Brasil em 2024

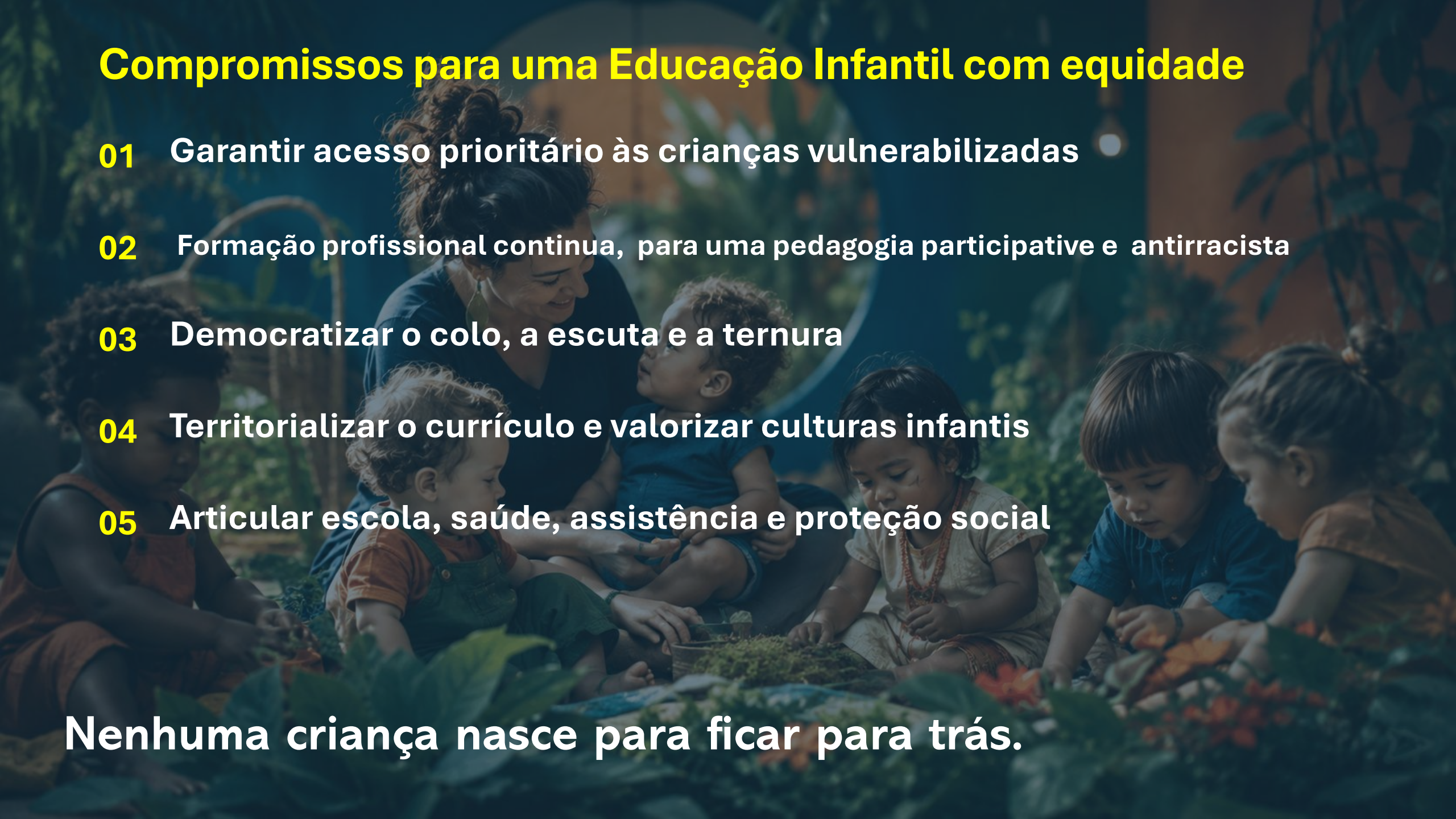
32.820
homicídios de pessoas negras em 2024

170,3%
taxa de homicídios de negros superior à de não negros

Cada vida jovem perdida é também uma infância que a sociedade não protegeu suficientemente.

Fonte: Atlas da Violência 2026, Ipea/FBSP.





Compromissos para uma Educação Infantil com equidade

01 Garantir acesso prioritário às crianças vulnerabilizadas

02 Formação profissional continua, para uma pedagogia participative e antirracista

03 Democratizar o colo, a escuta e a ternura

04 Territorializar o currículo e valorizar culturas infantis

05 Articular escola, saúde, assistência e proteção social

Nenhuma criança nasce para ficar para trás.

A pergunta que muda tudo

Que infância estamos garantindo dentro de cada vaga?



Uma vaga é apenas a porta de entrada.

Primeira infância
Planejamento por setor

Exemplos de ações e metas para os municípios da AMURES

Planejar	Pactuar	Acompanhar
Partir das necessidades das crianças e dos territórios.	Definir responsáveis, parceiros, recursos e prazos.	Verificar resultados e corrigir desigualdades.

O que a lei exige e o que o município pactua

O diagnóstico orienta a execução dos direitos

Deveres legais

Assegurar direitos, prioridade absoluta e acesso às políticas públicas.

Metas locais

Transformar problemas do território em resultados, com linha de base e prazo.

Condições de execução

Definir equipes, financiamento, cooperação e monitoramento.

Metas locais não podem reduzir direitos ou afastar obrigações legais.

Como escrever uma meta verificável

Quatro decisões antes de aprovar a ação

Ponto de partida	Resultado	Execução	Verificação
Qual é o problema? Qual a linha de base e o ano?	O que mudará? Quanto e até quando?	Quem lidera? Quem coopera e quais recursos?	Qual indicador? Qual fonte e frequência?

Registrar idade, território e critérios de equidade. Proteger os dados pessoais.

Exemplo de meta: vacinação infantil

Exemplo fictício para uma população-alvo de 100 crianças

Diagnóstico

80 crianças com a dose prevista registrada. Cobertura inicial: 80%.

Meta sugerida

Chegar a 95 crianças com a dose prevista registrada em 12 meses.

Monitorar

Acompanhar mensalmente registros, pendências e acesso por microárea.

95% é referência técnica para vacinas específicas, como pentavalente D3 e tríplice viral D1.

Gabinete e coordenação do PMPI

Organizar a responsabilidade política e a articulação entre setores

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Designar coordenação, representantes e rotina de trabalho intersetorial.	Em 90 dias, pactuar prioridades, responsáveis e calendário de reuniões.	Verificar decisões executadas e pendências a cada trimestre.

Liderança: Gabinete. Parcerias: secretarias, Procuradoria, conselhos e sociedade civil.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Saúde: gestação, nascimento e puerpério

Garantir continuidade entre atenção primária e serviços de referência

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Buscar gestantes precocemente e organizar referência e seguimento após o parto.	Em 12 meses, ampliar em 10 pontos percentuais o início do pré-natal até a 12ª semana.	Medir início oportuno, continuidade do cuidado e barreiras territoriais.

Liderança: Saúde. Parcerias: maternidades, atenção especializada, Assistência e transporte.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Saúde: vacinação, crescimento e nutrição

Conhecer quem precisa de cuidado e garantir acompanhamento

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Revisar cadernetas, buscar doses pendentes e acompanhar crescimento e alimentação.	Em 12 meses, assegurar plano de seguimento a todas as crianças identificadas com risco nutricional.	Revisar cobertura por vacina e dose, retornos realizados e indicadores do SISVAN.

Liderança: Saúde. Parcerias: Educação, Assistência e segurança alimentar.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Educação: acesso à creche e à pré-escola

Ampliar o atendimento com qualidade e equidade

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Atualizar demanda por idade e território. Fazer busca ativa e planejar vagas e equipes.	Em 6 meses, validar a demanda e pactuar expansão anual para atender as crianças identificadas.	Acompanhar cobertura, fila, acesso de crianças vulneráveis e permanência.

Liderança: Educação. Parcerias: CRAS, Saúde, Planejamento e comunidades rurais.

PNE: atender a demanda manifesta por creche e atingir ao menos 60% em nível nacional ao fim do plano.

PNE: referências para as metas de acesso

Lei nº 15.388/2026, metas 1.a e 1.c

Demanda por creche

Atender 100% da demanda manifesta. Diagnosticar também a demanda ainda não registrada.

Cobertura nacional

Atingir pelo menos 60% das crianças de até 3 anos ao final do PNE. É uma referência nacional.

Pré-escola

Universalizar o acesso aos 4 e 5 anos até o segundo ano do PNE. A obrigatoriedade já existe.

O prazo de universalização do PNE não autoriza negar matrícula ou postergar direitos já exigíveis.

Educação: qualidade, inclusão e equidade

A expansão deve vir acompanhada de condições adequadas

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Avaliar ambientes, equipes, currículo, acessibilidade e práticas antirracistas.	Em 12 meses, elaborar plano de melhoria para todas as unidades de educação infantil.	Verificar melhorias realizadas e barreiras de participação por unidade e território.

Liderança: Educação. Parcerias: CME, equipes escolares, famílias e rede de apoio à inclusão.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Assistência Social: renda e proteção familiar

Fortalecer vínculos e reduzir barreiras de acesso às políticas

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Identificar famílias elegíveis ao CadÚnico e avaliar necessidades de acompanhamento.	Em 12 meses, ofertar atendimento às famílias prioritárias identificadas e registrar encaminhamentos.	Acompanhar acesso, atualização cadastral e retorno dos serviços acionados.

Liderança: Assistência. Parcerias: CRAS, CREAS, Saúde, Educação e gestão do CadÚnico.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Agricultura e Segurança Alimentar

Articular alimentação adequada, produção local e proteção social

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Identificar insegurança alimentar e articular abastecimento, agricultura familiar e alimentação escolar.	Em 12 meses, implantar fluxo de resposta para as famílias prioritárias identificadas.	Acompanhar acesso à alimentação, qualidade das refeições e necessidades alimentares específicas.

Liderança: Segurança Alimentar e Agricultura. Parcerias: Educação, nutricionistas, Saúde e Assistência.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Visitação domiciliar e apoio à parentalidade

Organizar a oferta segundo competências, critérios e necessidades

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Definir público, equipe, formação, supervisão e articulação entre UBS e CRAS.	Em 6 meses, pactuar fluxo e plano de acompanhamento para as famílias incluídas.	Verificar continuidade, qualidade dos encontros e acesso aos serviços necessários.

Liderança: Saúde e Assistência, em suas competências. Parcerias: Educação e rede de proteção.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Proteção contra violências e acidentes

Organizar resposta rápida, acolhimento e continuidade da proteção

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Pactuar fluxo de identificação, comunicação, atendimento e acompanhamento.	Em 6 meses, formalizar o fluxo e formar as equipes dos serviços envolvidos.	Medir tempo de resposta e continuidade do cuidado, sem expor as crianças.

Liderança: gestão da rede de proteção. Parcerias: Saúde, Educação, Assistência e Conselho Tutelar.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Meio Ambiente: natureza e brincar livre

Garantir acesso regular, seguro e acessível

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Mapear praças e áreas naturais, sombra, acessibilidade e riscos de uso.	Em 12 meses, qualificar ao menos um espaço prioritário e pactuar sua manutenção.	Verificar acesso, conservação e uso por crianças de diferentes territórios.

Liderança: Meio Ambiente. Parcerias: Educação, Obras, Saúde e famílias.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Obras, Habitação e Saneamento

Reduzir riscos nos lugares onde as crianças vivem

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Identificar moradias e equipamentos com riscos sanitários, estruturais ou de acessibilidade.	Em 12 meses, executar plano de intervenção nos pontos prioritários mapeados.	Contar riscos corrigidos e famílias atendidas, com verificação no território.

Liderança: Obras e Habitação. Parcerias: saneamento, Saúde, Assistência e Defesa Civil.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Mobilidade e atendimento aos territórios rurais

Planejar o deslocamento a partir da vida das crianças

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Mapear distâncias, tempo de viagem, acessibilidade e interrupções de acesso.	Em 6 meses, revisar as rotas prioritárias e pactuar medidas para reduzir barreiras.	Verificar tempo de deslocamento, faltas por transporte e segurança das rotas.

Liderança: Mobilidade e Educação. Parcerias: Saúde, Obras e comunidades do campo.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Cultura, Esporte e Lazer

Ampliar experiências de convivência e pertencimento

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Ofertar leitura, arte, brincadeiras e experiências corporais adequadas à infância.	Em 12 meses, manter programação mensal gratuita nos territórios priorizados.	Registrar regularidade, acessibilidade e alcance das famílias, sem duplicar usuários.

Liderança: Cultura, Esporte e Lazer. Parcerias: bibliotecas, Educação e coletivos locais.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Comunicação e tecnologia: proteção digital

Proteger dados e apoiar famílias e profissionais

Planejar	Meta sugerida	Monitorar
Revisar uso de imagens, plataformas, acesso a dados e orientações às famílias.	Em 6 meses, adotar protocolo de proteção de dados e imagens nos serviços municipais.	Verificar formação das equipes, adequação dos contratos e resposta a incidentes.

Liderança: Comunicação e TI. Parcerias: encarregado de dados, Jurídico e secretarias.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Planejamento e Fazenda: metas com recursos

Vincular o PMPI aos instrumentos orçamentários

Planejar

Estimar custo, equipes, manutenção e fontes para cada ação prioritária.

Meta sugerida

No próximo ciclo orçamentário, identificar as ações do PMPI nas peças municipais.

Monitorar

Comparar entrega física, despesa executada e resultados para as crianças.

Liderança: Planejamento e Fazenda. Parcerias: secretarias, Controle Interno e conselhos.

PPA: Plano Plurianual. LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias. LOA: Lei Orçamentária Anual.

Cooperação entre os municípios da AMURES

Compartilhar capacidade técnica e preservar responsabilidades locais

Planejar em conjunto	Meta sugerida	Monitorar
Promover formação, instrumentos de diagnóstico e pactuação de referências regionais.	Em 12 meses, realizar quatro oficinas regionais e uma revisão compartilhada dos indicadores.	Registrar adesão, encaminhamentos pactuados e aplicação dos acordos em cada município.

Articulação proposta: AMURES e municípios, em parceria com Estado e redes regionais.

Metas e prazos propostos para adaptação e pactuação local.

Cada município define sua ordem de prioridades

O ponto de partida depende das crianças, dos serviços e do território

Demanda por vagas

Verificar fila, população por idade, oferta e condições de atendimento.

Barreiras territoriais

Avaliar acesso rural, distâncias, transporte e distribuição dos equipamentos.

Riscos e desigualdades

Considerar nutrição, vacinação, violência, raça/cor, deficiência e renda.

Selecionar prioridades por magnitude, gravidade, desigualdade e capacidade de resposta.

AMURES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

Indicadores com recortes de equidade

A média municipal precisa ser acompanhada da distribuição do atendimento

Desagregar

Acompanhar idade, território, raça/cor, deficiência e vulnerabilidade, quando pertinente.

Qualificar

Padronizar registros, período, denominadores e tratamento de dados ausentes.

Analisar e agir

Identificar quem ficou sem acesso e corrigir barreiras de forma pactuada.

Quem coordena, executa e acompanha

Papéis diferentes na implementação do plano

Coordenação

Comitê ou instância local articula prioridades e acompanha decisões.

Execução

Secretarias organizam serviços, equipes, orçamento e entregas.

Controle social

CMDCA e conselhos setoriais deliberam e acompanham, conforme suas competências.

CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar é órgão autônomo.

Agenda sugerida para pactuar e acompanhar

Prazos de trabalho ajustáveis ao calendário de cada município

Até 30 dias

Conferir diagnóstico e ouvir serviços, famílias e crianças.

Até 60 dias

Escolher prioridades, metas e responsáveis.

Até 90 dias

Estimar custos e pactuar fluxos e financiamento.

A cada trimestre

Analisar indicadores e corrigir a execução.

Prazos ilustrativos. Providências urgentes e obrigações legais não aguardam esse cronograma.

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.”

Ditado africano



O Canto das Infâncias – Por Regina Shudo

